

ndernos do

terceiro mundo

1 • Janeiro 1985 • Esc 100 • Kz 65 • Mt 80 • Pg80 • CV 80\$ • Cr\$ 2.600 • Ano VIII n.º 73

EL SALVADOR
A estratégia
da pacificação

CONVENÇÃO DE LOMÉ

UMA RELAÇÃO

NORTE-SUL

DIFERENTE?





**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260

Lomé III, avanço ou recuo?

Desde o início da grande descolonização africana, na década de 50, que as novas nações da África, Caraíbas e Ásia têm tentado um acordo com as ex-metrópoles visando estabelecer um mecanismo de trocas comerciais o mais equilibrado possível. A primeira tentativa a produzir resultados concretos aconteceu em 1975 com a assinatura da Primeira Convenção de Lomé. Quatro anos mais tarde, o primeiro acordo teve que ser modificado para ampliação do número de signatários e aprimoramento de cláusulas consideradas desfavoráveis às ex-colônias.

Mas, ainda assim, o comércio entre as nações da Comunidade Económica Europeia e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) não atingiu o grau de equilíbrio necessário para impedir que as ex-colônias recebessem cada vez menos pelo que exportavam e pagassem cada vez mais pelo que importavam. Surgiu assim a necessidade de uma Terceira Convenção de Lomé, prevendo entre outras coisas o possível ingresso de Angola. Moçambique entretanto, já aderiu. Neste número apresentamos uma reportagem com os prós e os contra na longa experiência dos países ACP, especialmente no que se refere às relações entre a África e a Europa.

Outro tema importante nesta edição é o especial sobre a nova fase da guerra em El Salvador, depois que o governo aceitou dialogar com os movimentos de libertação nacional. Neste primeiro número de 1985, queremos aproveitar a oportunidade para renovar o nosso compromisso com os leitores, prometendo neste novo ano, empenharmos ainda mais para fornecer uma informação cada vez melhor sobre o Terceiro Mundo.

verde

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-19
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Guionar Belo Marques

Revisão
Estevam Reis
Paginação
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo
Composição e Impressão
Gráfica Europam
Representantes

Angola
Luís Henriques, C. P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Administração
Marinete Silva
Secretário de Redacção
José C. Gondim
Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Macário Costa
Divulgação
Henrique Menezes
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Telex: (011) - 23059

Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Mata
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP. 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registo no INPI nº 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios
y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal 20.572 b - México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Servic), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), November (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center,
Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da
Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto -
The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St.
West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Su-
américa Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306,
Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Cór-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205, Quito. Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador - El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ar-
mstrong Ave., Chicago, Illinois - New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chi-
cago, Illinois - Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 -
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 - Librería del Pueblo
2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus
Bookellers, 2915 Broadway at 114th St.,
New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Fran-
cisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA - Red and Black,
4736 University Way, Seattle - Groundwork
Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Islington
Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Insti-
tuto Nacional do Livro e do Disco, Av. Do-
mingos Ramos, 10-A, Bissau. HOLANDA:
Athenaeon Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidade Auto-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:
Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60,
Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Ro-
ma - Spagnola, Via Monserrato, 35/B, Roma
- Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MEXI-
CO: Unión de Expendedores y Vocedores
de Periódico, Humbolt No. 47 México I, D. F.
- Distribuidora Sayrols de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. - Librería México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. - Metropolita-
na de Publicaciones, Librería de Cristal e
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBI-
QUE: Instituto Nacional do Livro e do Disco,
Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicará-
gua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramé-
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Dis-
tribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalij
Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pen-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf
Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚ-
BLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de
la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave
Bolívar 354, Santo Domingo. REPUBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con - Ver-
trieb Westerdeich, 38, 2800 Bremen.
S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação, S. Tomé. SUÉCIA:
Wenngreg-Williams AB, S-10425,
Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones
Españolas, S. A., Ave. México Lechosa a
Pte. Brion, Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa.



- 5 *Cartas*
-
- 7 *Panorama Tricontinental*
-
- 6 *Editorial: Reagan e o auge da reacção*
-

Matéria de capa: Lomé III: As conseqüências do novo diálogo, A. Jardim Gonçalves, António Silva e Baptista da Silva

- 12 O que se pode esperar de Lomé III
- 12 Melhor a teoria que a prática
- 19 "O único fórum do diálogo Norte-Sul", entrevista com José Brito

África

- 12 Documento: Angola, as negociações com Washington e Pretória
- 16 Angola: Nove anos de independência
- 1 Angola: I Feira Internacional de Luanda, *Pascoal Francisco*

América Latina

- 13 Nicarágua: Eleições, a outra guerra, *Roberto Bardini*
- 17 Chile: A FECh torna a nascer, *Fernando Reyes Matta*

Ásia

- 12 Afeganistão: A revolução, cinco anos depois, *José Monserrat Filho*

Economia

- 16 A África cada vez mais pobre
- 10 Notas

Especial/El Salvador: O custo humano da guerra, Mark Fried e Horacio Castellano Moya

- 14 As conseqüências do diálogo
- 16 A situação da imprensa
- 19 Uma frente na guerra pela paz
- 14 Uma bomba-relógio
- 17 Sindicatos voltam a pressionar
- 11 A estratégia insurreccional

- 16 *Humor: Wasserman*
-



Daniel Ortega,
presidente da Nicarágua



A fome no continente africano



A guerra civil em El Salvador

• BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livraria 17 de Setembro

• DONDO
Livraria 2 de Março

• GANDA
Livraria 1.ª de Maio

• HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUÍLA
Livraria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livraria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livraria Aníbal de Melo

• LOBITO
Livraria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livraria 1.ª de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livraria Lutulma

• NEGAGE
Livraria Saldy Mingas

• SOYO
Livraria Lundogi

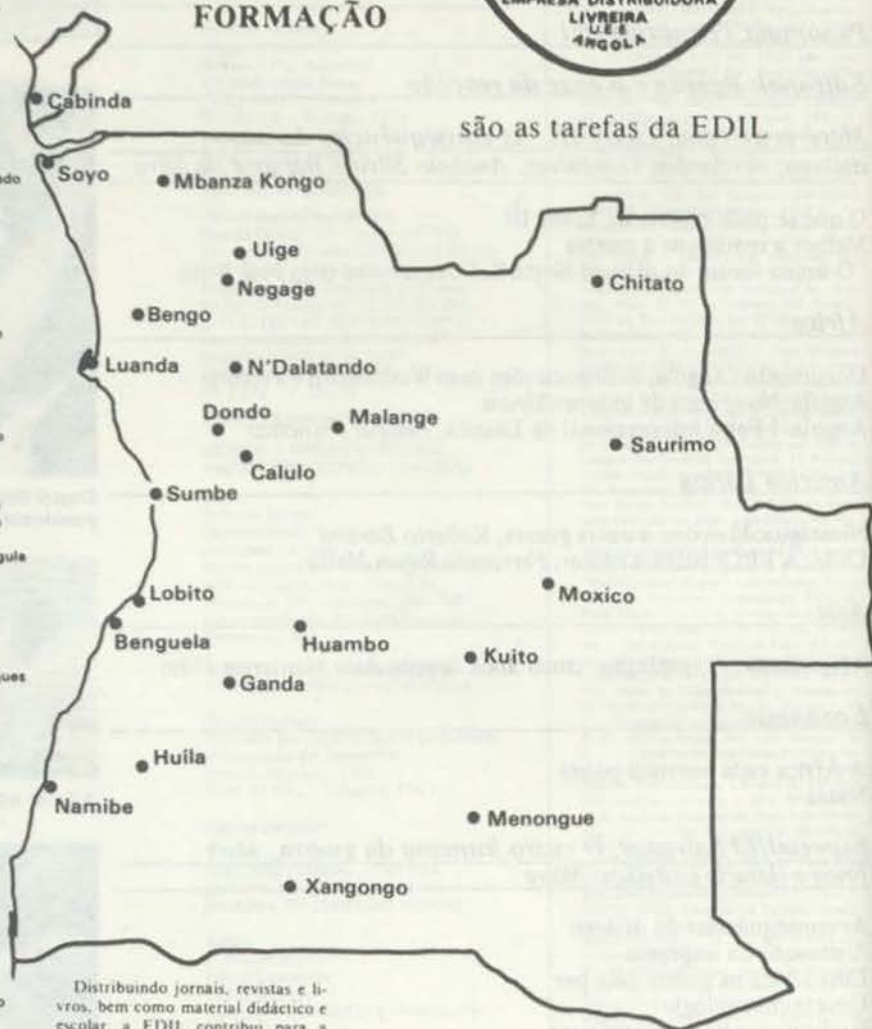
• UÍGE
Livraria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Carta do Mês

Comentários sobre o conteúdo de "cadernos"

É propícia a oportunidade para cumprimentá-los e desejar-lhes os maiores êxitos pela comemoração dos 10 anos desta revista, que tem o papel de formar, através da informação, os povos dos países do Terceiro Mundo. (...) Tentei fazer um balanço crítico que penso poder resultar no melhoramento desta publicação.

(...) A análise abrangeu do nº 54 (1982) até o 68 (1984).¹ Constatou-se que durante esse período foram abordados 28 países (sem incluir as secções "Panorama", Cultura, Ciência e Tecnologia, etc.) em cerca de 95 artigos. É significativo assinalar que 20 países tiveram matérias que ultrapassaram 10 páginas.

América Latina e Caraíbas

Esta região foi coberta com realce para 18 países; destes, 12 em matérias com mais de 10 páginas. Isso quer dizer que 66,6% dos artigos de fundo corresponderam a essa região. Por outro lado, dos 34 países e/ou colónias que formam essa região, 18 foram analisados no intervalo mencionado (52,9% dos países). Dentro deste contexto, é preciso assinalar que coube à Argentina 18,5% de todos os artigos regionais, resultando uma média de 7,3 páginas por artigo. El Salvador e Brasil ocuparam 13,2% dos artigos, com 5,2 e 10,8 páginas por artigos respectivamente. Coube à região, no conjunto, uma média de nove páginas por artigo.

África

Dos 49 países africanos, cerca de 16 (30,6%) foram abordados no período mencionado, dos quais só cinco ultrapassaram as 10 páginas (Namíbia, Angola, África do Sul, Moçambique e Nigéria). Correspondeu a esse continente uma média de 4,9 páginas por artigo. Desse total, é necessário destacar que Angola abrangeu 35,3% do número de páginas, a África do Sul 13,7% e Moçambique 11,5%. Ao Sudão coube 4,2%, ao Chade 1,8% e quanto a países como o Mali, Níger, Togo, entre outros, não foram estudados desde a fundação da revista.

Ásia/Médio Oriente

Os países deste continente foram mencionados 37 vezes e 13 deles foram analisados no período estudado

(35%), dos quais só dois ultrapassaram 10 páginas, isto é, 5,4% de todos os países. Este continente teve uma relação de 4,2 páginas por artigo, destacando-se o Líbano com 40,8% de todas as páginas/artigos; a Palestina, 31,6%; Índia, 18,3%; Argentina, 7,1% e o Vietname, 2%. Coube a este continente 22,3% de todos os artigos.

Comentários

É verdade que no dia-a-dia do mundo emergente, durante um dado período, ocorrem factos que transformam países em notícias e como tais devem ser tratados no momento de passar a informação. É o caso do Líbano, Palestina, El Salvador, Nicarágua, dos países da África Austral e outros, que na década de 80 foram importantes fontes de notícias. Mas não é menos verdade que uma revista como esta deve procurar equilibrar a cobertura do maior número de países e colónias, respeitando o facto objectivo de que alguns são num determinado momento, mais importantes do que outros quanto à definição do estágio revolucionário, em função da emancipação dos povos. Mas, ao lado desses factos informativos inegáveis, devem ser abordados outros países que, mesmo não sendo notícia de primeiro plano, é preciso analisar, não com um mínimo de páginas, mas sim adequada e suficiente mente.

Também não existe correspondência entre a cobertura da região da América Latina e Caraíbas com a Ásia, por exemplo, redundando em que a primeira seja qualitativa e quantitativamente melhor tratada.

No continente africano, ocorre algo parecido: deu-se grande cobertura aos países que estão na crista dos acontecimentos mundiais, em detrimento de outros que não são grandes "focos de notícias". Neste caso, ocorre um facto singular: a guerra do Chade, apesar da sua importância, não foi suficientemente abordada, como também a vitória de governos progressistas e revolucionários na sub-região indico-insular.

Na Ásia estão os maiores desequilíbrios e deficiências. Ninguém duvida que a situação no Médio Oriente é fundamental para a paz mundial, mas paralelamente a isso deixou-se de lado, por exemplo, a sub-região indochinesa, ignorando-se o seu singular processo de desenvolvimento e a sua influência regional. Necessariamente, tem que se mencionar o processo iraniano, deficientemente abordado, assim como os países hima-

laiois, quase nunca mencionados. Há o caso das duas Coreias, escassamente estudadas, da mesma forma que a Mongólia, que não foi abordada, nem citada (por acaso, não a consideram do Terceiro Mundo?).

A Oceania tem permanecido num estado de total abandono. Só foi tratada num ou noutro "Panorama" deixando de lado notícias tão importantes como a anexação das micronésias, Marianas, Marshall e outras ilhas pelo imperialismo norte-americano. Isto, sendo o Pacífico uma região importante para o futuro mundial, ao ponto dos Estados Unidos quererem transformá-lo no seu *mare nostrum*.

Por último, queria destacar a pouca referência às lutas das minorias nacionais para conquistar uma maior democratização da sua situação: curdos, baluquistaneses, afro-sudaneses, iranianos-árabes, etc.

No meio desta crítica, quero felicitá-los pelo excelente trabalho de divulgação das lutas dos povos que combatem pela sua emancipação definitiva e, muito especialmente, ao louvável trabalho de esclarecimento sobre as lutas dos povos de Timor-Leste, El Salvador, Nicarágua, Angola, Palestina, República Árabe Sarauí Democrática e outros que formam o hoje poderoso movimento de libertação nacional, que junto com o movimento pela paz, derrotarão o imperialismo.

Não me resta mais nada do que lhes desejar, companheiros, todo o êxito nessa trincheira da grande batalha pela paz, a solidariedade, a amizade, o antiimperialismo e o socialismo. Avante!

Daniel Aché, Caracas, Venezuela.

Ficamos muito gratos com as suas considerações, comentários e sugestões. Estamos descontentes de que ainda necessitamos melhorar muito a nossa cobertura jornalística de algumas regiões do Terceiro Mundo, de mais difícil acesso para nós, por motivos diversos, em geral ligados à própria limitação de muitos deles em gerar informações a respeito das suas realidades. Em suma, todos nós somos vítimas desse desequilíbrio no fluxo informativo, que desejamos superar com a proposta de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

Nesse sentido despontam os nossos planos de desenvolvimento e expansão nesta segunda década que começamos a percorrer. Muito obrigado!

Ass.: A equipa de cadernos do terceiro mundo.

¹O leitor refere-se à edição em espanhol.

Cartas

Degradação ambiental e alternativas energéticas

Como assinante da revista sou leitor há já alguns anos e noto com satisfação que cada vez mais os problemas da degradação ambiental são incluídos nos vossos números, como por exemplo o nº 68. Na mesma linha gostei de um anterior número sobre o álcool como alternativa energética. Concordo com a forma de encerrar a questão da degradação ambiental e alternativas energéticas como uma questão socio-política e não meramente economicista ou ambientalista idílica, como muitos a querem ver.

Gostaria, no entanto, que fossem perspectivadas em próximas oportunidades especificamente esquemas alternativos em energia e de contenção da crescente degradação ambiental. Apresentar, nomeadamente, algumas experiências implementadas em países do Terceiro Mundo. Seria muito útil.

José A. Lopes, *Caldas da Rainha, Portugal.*

Intercâmbio frutífero

Acabo de ler no nº 70 o desejo dos leitores que já tiveram os seus nomes publicados na secção "Intercâmbio", de saberem qual a recepção da divulgação. Como o meu nome foi publicado no nº 63, estou aqui para lhes dizer o resultado. Hoje de manhã, estive na minha caixa postal e recebi — após todo este tempo — uma outra proposta de correspondência. É

a 21ª só de Angola. Somar-se-á aos sete brasileiros, um moçambicano e um da Guiné-Bissau. Estes foram correspondentes directos, mas, por conhecimento pessoal os correspondentes directos passaram o meu nome para mais dois brasileiros e dois angolanos. O total até agora é de 33, entre os quais duas mulheres. O mais jovem tem 17 anos e a mais velha 32.

Já tive de tudo nessas correspondências. Recibi de Angola uma carta sem remetente contendo uma mensagem religiosa cristã que deveria ser passada (mas eu não passei) para mais 10 "amigos", sob pena de morrer. E a carta citava vários casos de mortes e empobrecimentos. Nota: não empobrecei, porque nunca fui rico. (...) Houve um angolano que me confundiu com uma agência de casamentos e pediu endereço de brasileiras, "pois gostaria de se casar...". Não mandei nenhum endereço.

Já há uns três meses que tenho sido namorado de forma subtil por uma angolana. Se der em alguma coisa, o Neiva Moreira é o responsável. (...) Já recebi cinco livros (três angolanos e dois brasileiros), várias revistas "Novembro" de Angola, diversos jornais. Para não falar da colecção de quase 40 postais que eu formei.

Pois é, esta é a rotina de um colunável da "Terceiro Mundo". Um abraço.

Carlos, *Olinda, PE, Brasil.*

Parabéns pelos 10 anos

Felicitemos os dez anos desta importante revista *cadernos do terceiro mundo*, que tantas contribuições tem dado pela liberdade, independência e o progresso dos países da África, Ásia e América Latina. A grandeza deste projecto merece o apoio de todos os democratas brasileiros.

Elias Gomes (*Presidente Camarão*), *Cabo, PE, Brasil.*

Em prol do Terceiro Mundo

O mundo está a mudar. A dura pena, contra a vontade dos senhores feudais contemporâneos, à custa de muito luta, de muito esforço físico e intelectual, mas está.

Nesta mudança, desempenha um papel básico de grande importância o trabalho sério e frutífero de *cadernos*. Vai aqui o meu aplauso, apoio e incentivo às actuais empreitadas efectuadas a favor do Terceiro Mundo.

Bruno Z. O. de *Lavras Anna, Angra dos Reis, RJ, Brasil.*

Ano Internacional da Juventude

O ano de 1985 será dedicado à juventude, será o "Ano Internacional da Juventude". Assim sendo, gostaria de sugerir que *cadernos* abordasse este tema sob diversos aspectos: o jovem como força de trabalho, o jovem e o consumo, o jovem e a participação política, etc.

Fernando Lemos Pacheco, *Porto Alegre, RS, Brasil.*

Intercâmbio

- **Aldori Romalino da Cunha**
Desemb. Pedro Silva, 196 — Coqueiros Florianópolis — SC — CEP.: 88.000 Brasil
- **Antonio Carlos Moraes**
Rua José M. Correia das Neves, 85/403 Farol — Maceió — AL — CEP.: 57.000 Brasil
- **Alage Baldé**
a/c A. Rodrigues, C. P. 49 — Bissau Guiné-Bissau
- **Ivan Bernardo Nenevê**
Artefama — Oxford — C. P. 50 São Bento do Sul — RS CEP.: 89.290 — Brasil
- **Jorge H. F. de Assis**
C. P. 1136 — Benguela — Angola
- **Danielson-Bond "Deniux"**
Bairro Hoji-Ya-Henda — C. P. 2055 Luanda — Angola
- **Crisnacumar Jaientilal**
P. O. Box, 74 — Inhambane Moçambique
- **Hernando Venâncio Luimbi**
C. P. 16695 — Luanda — Angola

- **Catarina Adriano Rufino**
C. P. 3878 — a/c de Francisco Rufino — Luanda — Angola
- **Neori Rafael Krhal**
Rua Ana Maria Nunes, 36 — Bairro Córrego Grande — Florianópolis SC — CEP.: 88.000 — Brasil
- **Bruno Ricardo Z. O. de Lavras Anna**
Praça Lopes Trovão, 142 — C. P. 36 Angra dos Reis — RJ — CEP.: 23.900 Brasil
- **Luciana Filomena**
Rua Bento Banha Cardoso, casa 38 Bairro Maculoso — Luanda — Angola
- **João Cesar Alfândega**
C. P. 81 — Norte — Nampula Moçambique
- **Felisbino Silvestre Joaquim**
Bairro Rangel — 8 — Ra — 88 — Rua de Ambaka — C. P. 6043 — Luanda Angola
- **Sandra de Oliveira**
Rua Joaquim Catramby Filho, 14 Jacarepaguá — Rio de Janeiro — RJ CEP.: 22.700 — Brasil
- **Luis Rubem Alcântara Bonfim**
Rua Dr. Tomé Dias, 159 — Casa

- Amarela — Recife — PE CEP.: 50.000 — Brasil
- **Sérgio Luiz Souza Araújo**
Rua Ludgero Dolabela, 65 — Bairro Gutiérrez — Belo Horizonte — MG CEP.: 30.000 — Brasil
- **Lázaro Rafael Sítos**
C. P. 272 — Maputo — Moçambique
- **Carlos Gil Lemos**
C. P. 1371 — Rio de Janeiro — RJ CEP.: 20.001 — Brasil
- **Marília Kubota**
C. P. 228 — Paranaguá — PR CEP.: 83.200 — Brasil
- **Agostinho B. Paixão Pimenta**
C. P. 18303 — Vila Alice — Luanda Angola
- **José Albino da Silva**
Rua Nilson Sabino Pinho, 141/204 Bairro Casa Caiada — Olinda — PE CEP.: 53.000 — Brasil
- **Antônio Ngoca (Quito)**
C. P. 1153 — 0 — 2 — ECOMO Maputo — Moçambique
- **Maria Eliane Moura**
Rua Jacob Frantz, 316 — Antenor Navarro — PB — CEP.: 58.910 — Brasil

Uruguai: A reconquista da democracia

Depois da vitória eleitoral de 25 de Novembro passado, o presidente eleito Julio María Sanguinetti e o seu vice, Enrique Tarigo, reivindicam agora a antecipação da data prevista para a entrega do governo. Para Tarigo, a antecipação da data "permitirá colocar em andamento, o mais breve possível, um programa de recuperação do país que teria como base um governo de unidade nacional". O Partido Nacional (Blanco) apoia também a iniciativa, referindo-se a um previsível "vazio de poder" no caso de ser mantida a data estabelecida pela legislação vigente, ou seja, 1 de Março de 1985.

Os militares pronunciaram-se contra esta possibilidade, aludindo às dificuldades derivadas do

tempo que ainda demorará para ficar concluída a contagem final dos votos. No entanto, há consenso, nos meios políticos, no sentido de que, mesmo sem a conclusão da recontagem final,



Julio María Sanguinetti



Comício de encerramento da campanha eleitoral da Frente Ampla, em Montevideo

poder ficar determinada com exactidão a integração da Câmara dos Deputados e do Senado, assim como das autoridades locais.

De acordo com os números do primeiro escrutínio, o Partido Colorado — que saiu vencedor a nível nacional com 38% dos votos — não contará com a maioria legislativa. Este facto justifica plenamente a decisão previamente acertada entre todos os partidos, de fazer acordos programáticos. O objectivo dos acordos é permitir ao novo governo uma coordenação com a oposição no sentido de tomar algumas medidas de emergência que a dramática situação herdada dos 11 anos de ditadura reclama. E nesse sentido, tanto Sanguinetti como Tarigo têm reiterado a necessidade de se formar um governo de "unidade nacional".

A 16 de Novembro último, os partidos políticos uruguaios assinaram um documento unitário no qual ficava estabelecido que, depois das eleições, eles tornariam a se reunir para aprofundarem os acordos a que tinham chegado durante a campanha eleitoral.

Entre os principais assuntos a serem retomados na discussão interpartidária estão o da amnistia e direitos humanos, a dívida externa e os caminhos para a sua renegociação, a situação da economia e a reforma do ensino, voltando-se a conceder a autonomia universitária.

Os dados oficiais proporcionados pelo Ministério do Interior definem uma integração parlamentar na qual nenhum partido tem maioria. O Partido Colorado mantém exactamente o mesmo número de lugares que em 1971: 13 senadores e 41 deputados. A

isso deveria ser acrescentada a cadeira ocupada pelo vice-presidente da República, que também é o presidente do Senado e presidente da Assembleia-Geral.

O Partido Nacional (Blanco) perdeu lugares, em relação às eleições de 1971: 11 senadores e 35 deputados, contra 12 senadores e 40 deputados anteriormente.

A Frente Ampla cresceu nas duas Câmaras: ganhou seis senadores e 21 deputados (dos quais, 16 por Montevideo e o restante em representações do interior). O lugar de senador perdido pelo Partido Blanco foi ganho pela Frente Ampla. Em relação aos cinco lugares perdidos pelos *blancos* na Câmara dos Deputados, três foram para a Frente (que, em 1971, tinha 18 deputados) e dois para a União Cívica que, em 1971, com o nome de União Radical Cristã, não tinha representação no Congresso.

Em relação aos governos estaduais no interior do país, o Partido Colorado obteve 11 (o Uruguai está dividido em 19 departamentos), o Partido Nacional, sete. O departamento de Montevideo foi cenário de uma acirrada disputa entre o Partido Colorado e a Frente Ampla. Por uma es-

ta margem de 15 mil votos — num total de um milhão depositados nas urnas — o Partido Colorado ganhou a Câmara Municipal de Montevideo, graças à lei de sublegendas. O arquitecto Mariano Arana, candidato único à Câmara do departamento capitalino pela Frente Ampla, teve 292 mil votos, enquanto o candidato mais votado do Partido Colorado Aquiles Lanza (dos três que se apresentaram) obteve menos de metade. Mesmo assim, é este último quem passará a ocupar o cargo, porque pela legislação eleitoral uruguaia atribui-se o cargo de presidente de departamento ao candidato mais votado do partido mais votado. O mesmo casuismo rege o cargo de presidente da República.

O Partido Colorado ficou à frente do seu principal adversário, o Partido Nacional, em mais de 100 mil votos, uma diferença que o próprio candidato derrotado, Alberto Zumarán, reconheceu que não se devia simplesmente a "razões circunstanciais", como a prisão do dirigente máximo *blanco* Wilson Ferreira Aldunate, libertado cinco dias após as eleições.

Uma análise cuidada dos resultados eleitorais permite cons-

tatar que o Partido Colorado manteve a sua votação de 1971 que a Frente Ampla — apesar de ter o seu dirigente máximo proscrito, assim como vários partidos pertencentes à coligação — creceu 27%. E que só o Partido Nacional caiu. O que foi interpretado nos meios políticos uruguaio como o apoio do eleitorado política de "acordo" com os militares, traçada pelo general Lber Seregni e defendida e levada avante pelo Partido Colorado, Frente Ampla e a União Cívica. Foi essa negociação entre os dois grupos políticos e as forças armadas — que teve por palco o Clube Naval — que permitiu traçar o cronograma final que levou à realização das eleições e garantir a entrega do poder a um governo constitucional.

O Partido Nacional negou-se a dialogar com as forças armadas, chamou esse acordo de "Pacto do Clube Naval", num tom depreciativo, acusando o Partido Colorado e a Frente Ampla de quererem o "continuismo". A eleição eleitoral uruguaio — segundo se depreende da sua votação — aprovou a actuação dos dirigentes civis que participaram das negociações e deu-lhes o voto maioritário.

Bolívia: A maior taxa de mortalidade infantil da América Latina

Com um índice de 213 por mil a Bolívia regista a taxa de mortalidade infantil (dos zero aos dois anos de idade), mais alta da América Latina, enquanto que o seu crescimento demográfico nos últimos anos foi "moderadamente alto", segundo um estudo realizado pelo Ministério da Coordenação e Planeamento.

O crescimento demográfico dos últimos anos foi de 2,6% ao ano (a média mundial é de 1,7%) e é resultado de uma taxa

de fecundidade relativamente elevada (6,5 filhos por mulher), de avanços modestos na esperança de vida à nascença (actualmente de 49 anos, a mais baixa da América Latina) e de um saldo migratório internacional negativo.

O estudo acrescenta que, como resultado dessa dinâmica, a população passou de 2,77 milhões de habitantes em 1950, para 5,57 milhões em 1980, com um ritmo acumulado de aumento de 105%. Em 1983, a população boliviana era de 6.034.136 habitantes.

A relativa estabilidade que se observa na taxa de fecundidade parece ser resultante de duas

tendências contrárias que se neutralizam: uma elevada taxa no meio rural e uma tendência decrescente no urbano, sobretudo nos estratos sociais médios e altos.

As pesquisas e sondagens realizadas conseguiram situar claramente nas áreas rurais do plano alto e dos vales — particularmente nas comunidades *quêchuas* —, "redutos principais" da mortalidade infantil. Nessas comunidades, a taxa de mortalidade encontra-se em 330 por mil entre o nascimento e os dois primeiros anos de vida. A taxa é semelhante (300 por mil) nos distritos mineiros. (Oscar Pe Franco)

México: Setenta etnias desapareceram neste século



A sobrevivência dos indígenas está ameaçada

Setenta grupos indígenas do México desapareceram neste século e outros doze encontram-se em vias de extinção, devido a factores políticos, económicos, sociais e jurídicos, revela um estudo do Instituto Nacional Indígena (INI). A divulgação da pesquisa feita por esse organismo estatal coincidiu com a celebração na capital mexicana de um congresso da Confederação Nacional Camponesa (CNC) que abordou o tema dos oito milhões de indígenas, de 86 etnias diferentes, inserindo-o na situação global dos camponeses mexicanos.

Enquanto o estudo do INI põs a ênfase nos aspectos etnológicos, antropológicos e sociais do problema, o congresso camponês realçou os factores políticos, económicos e jurídicos. Para a CNC, a sobrevivência dos grupos indígenas está directamente ligada à solução dos seus problemas mais prementes de desnutrição, desemprego, minifundismo e carência de terra e exploração dos grandes senhores

da terra, intermediários e transnacionais, problemática predominante nos sectores rurais mexicanos.

Partindo dessa mesma base, o INI assinala a necessidade de estabelecer políticas e programas — elaborados, dirigidos e postos em prática pelos indígenas — destinados a preservar a identidade cultural e as estruturas sociais dos nativos.

As estatísticas do INI, actualmente dirigido por Cândido Coheho, um indígena zapoteca, revelam que em menos de 80 anos desapareceram 70 etnias e outras doze estão em vias de extinção. Segundo fontes oficiais, existem actualmente no México 82 raças diferentes de indígenas que falam 56 línguas e cerca de 250 dialectos derivados. Este número de etnias diminuirá possivelmente para 70 nos próximos 10 ou 20 anos, segundo alguns antropólogos.

Oito dos grupos ameaçados de extinção vivem no norte do país: *seris*, *opatas* e *papagos*, no estado de Sonora. *Kiliwas*, *ku-*

miais, *paipas* e *cucapas*, na Baixa Califórnia e os *kikapues* no norte de Coahuila.

A lista continua com os *acuiltecos*, residentes no estado do México, próximo da capital, os *ixcatecos*, no estado sulino de Oaxaca e os *chujes* e *lacandones*, que se localizam a leste de Chiapas, também no sul do país.

O processo de extinção é mais acelerado nos grupos étnicos considerados social e economicamente mais fracos e que vivem nas zonas mais isoladas e montanhosas do país. É o caso, entre outros, dos *kiriwas*, dos quais apenas sobrevivem oito famílias com 37 pessoas no total, que foram gradualmente espoliados dos seus pastos e selvas de madeiras valiosas nas serranias de Ensenada, na parte norte da Baixa Califórnia.

No extremo sul do país, na inóspita zona tropical de Chiapas, os índios *lacandones* enfrentam uma situação semelhante à dos seus irmãos do norte. Virtualmente encurralados nas serenas mais altas e abruptas, sobrevivem actualmente cerca de 300 *lacandones* permanentemente hostilizados e deslocados por ávidas empresas madeireiras e florestais. Os *lacandones* vivem na parte oriental de Chiapas, numa zona conhecida precisamente como "selva lacandona" que cobre teoricamente 15 mil quilómetros quadrados.

Num esforço para impedir a sua extinção e preservá-los — são permanentemente acoçados pelos empresários e suas "guardas brancas" armadas —, o governo mexicano concedeu a esses indígenas, mediante um decreto presidencial de 1972, cerca de 614 mil hectares de terras e selvas e criou uma companhia paraestatal para administrá-las. Contudo, a cada ano diminui o número de *lacandones* e, inclusive, os antropólogos estimam que nenhum membro dessa etnia conhecerá o ano 2000, segundo os cálculos mais optimistas. (Mário de Cautín)

Etiópia: A seca e a manipulação externa

□ Sempre que uma equipa de TV europeia filma cenas de fome na África, imediatamente após a sua exibição, surgem campanhas internacionais de ajuda, cuja intensidade está directamente vinculada à dramaticidade das imagens. Trata-se de um fenómeno que entre os jornalistas europeus não é novo e nem desperta emoção. Essas reportagens são, em geral, organizadas por entida-

des. O espaço noticioso das televisões europeias e norte-americanas concentrou as atenções no dramático caso etíope, mas não fez referência ao facto de que hoje pelo menos cinco outros países africanos vivem situações tão ou mais graves em matéria de desnutrição e fome. Nada foi dito sobre o Relatório 84 do Banco Mundial (*ver matéria de Economia nesta edição*) revelan-



O secretário-geral da ONU, Pérez de Cuellar e a sua esposa, num campo de refugiados na Etiópia

des de assistência, que usam a repercussão de imagens de fome para sensibilizar o espectador europeu ou norte-americano, que logo em seguida é induzido a fazer doações. Estas chegam em grande quantidade e são encaminhadas ao país em questão por organizações e governos que normalmente procuram assumir o controlo da distribuição, alegando que as autoridades locais não têm competência para tal.

Este fenómeno já aconteceu em vários países africanos, como a Somália, Alto Volta (actual Burkina Faso), República Centro-Africana, Níger, Uganda, Mali, Mauritânia, Moçambique, Senegal e repete-se agora na Etió-

pio. Os dados sobre o acentuado empobrecimento dos países africanos em consequência da deterioração dos preços das matérias-primas e do endividamento externo.

A seca na Etiópia existe e é muito grave, mas não é a pior da história do país. Em 1973, morreu muito mais gente durante um período que durou mais de um ano. A actual tragédia tem também motivos muito definidos, que não resultam apenas da ineficiência governamental, de aspectos tribais ou da natureza política do regime. A estrutura rural da Etiópia sempre foi baseada na agricultura comunal que, durante o período da mo-

narquia, esteve sujeita ao controlo dos senhores feudais.

A dominação imperial provocou o aparecimento de movimentos de rebelião contra o poder central que tinham e têm mais a ver com a manutenção dos valores locais (idioma, religião, costumes e estrutura económica) do que com tentativas de separatismo. A conjugação da rebeldia com a dominação económica afectou gravemente a estrutura rural, pois a guerra paralisou os circuitos económicos tradicionais. Com a queda da monarquia em 1974, a situação manteve-se devido a erros de avaliação dos dois lados (*ver cadernos do terceiro mundo* nº 71 Novembro de 1984).

Os rebeldes da Eritreia e do Tigre não avaliaram em profundidade as consequências do fim da monarquia e da implantação de um regime socialista. Por seu lado, o governo do tenente-coronel Mengistu Hailé Mariam herdou um país fraccionado pelas disputas entre o poder central (monárquico) e as minorias regionais. Qualquer governo que enfrentasse as mesmas circunstâncias teria obviamente que preocupar com a integridade nacional, ainda mais se for levado em conta que no período 1974-78 havia 14 movimentos rebeldes em toda a Etiópia, sem contar com um sangrento conflito entre civis e militares em Addis Abeba. Isto não elimina o facto de que os militares etíopes cometeram erros na interpretação do fenómeno eritreu ou tigrino sem falar nos outros casos de rebeliões regionais. Mas foram decisões tomadas num momento em que a Etiópia estava na iminência de se pulverizar.

De 1979 para cá, o governo de Addis Abeba, pressionado por todos os lados, aprofundou a sua opção pelo socialismo, facto que levou governos ocidentais a usarem o separatismo como instrumento de enfraquecimento do poder central. Criou-se, então

uma situação em que a economia rural se desorganizou profundamente, num fenómeno agravado pela deterioração das trocas comerciais do país, o que reduziu drasticamente a capacidade do governo interferir nas consequências da seca.

As filmagens feitas em Outubro por uma equipa da BBC de

Londres foram realizadas com o apoio de organizações internacionais sediadas em Londres e na Suíça e com a participação directa de grupos da Eritreia e Tigre, que lutam contra o governo de Addis Abeba. Houve portanto, desde o início, uma vinculação política com a denúncia que se pretendia exclusiva-

mente humanitária. A forma pela qual a engrenagem da ajuda foi desencadeada foi logicamente vista com suspeitas pelo governo etíope, a primeira instância a ser consultada num caso em que, supostamente, as considerações ideológicas seriam menos importantes do que o socorro aos famintos.

Sudão: Numeiry faz contrato escandaloso com milionário saudita

O general Gaafar Numeiry acaba de entregar ao milionário Adnan Kashoggi metade das reservas de petróleo do Sudão, através de um contrato secreto no valor de 400 milhões de dólares. Segundo especialistas, o presidente do Sudão praticamente doou grande parte das reservas do país a um milionário conhecido pelas suas excentricidades ostentatórias e pelo hábito de oferecer enormes somas em dinheiro para os seus sócios.

Kashoggi é dono da empresa *Sigma Internacional*, que deve assumir a maior parte dos poços e oleodutos do Sudão, actualmente controlados por empresas norte-americanas e francesas. Toda a prospecção de petróleo no Sudão está até agora nas mãos da *Chevron*, *Shell* e *Total*, que no entanto têm reduzido ou paralizado os seus investimentos devido ao agravamento da guerra civil no sul do país. O acordo com o milionário saudita foi uma espécie de chantagem com as empresas petrolíferas, que aparentemente se mostram dispostas a sair de vez do Sudão, mesmo com prejuízo.

O que mais tem intrigado os meios financeiros internacionais é o montante em dinheiro oferecido por Kashoggi a Numeiry em troca do direito de explorar metade das reservas de petróleo do país.

Tanzania: Transnacional volta depois de seis anos

□ O conglomerado transnacional *Lonrho* prepara, lenta mas seguramente, a renovação de investimentos na Tanzania, seis anos depois de ter sido expulso desse país da África oriental.

O governo de Dar-es-Salaam ordenou à *Lonrho*, em 1979, que pusesse fim às suas actividades por haver participado em manobras no sentido de frustrar a causa da libertação regional, principalmente no Zimbabwe, segundo foi anunciado oficialmente na época. Nesse mesmo ano, os bens da *Lonrho* no país foram nacionalizados mediante decisão parlamentar.

A transnacional poderá agora reinvestir na Tanzania, assinalaram autoridades locais a uma delegação da *Lonrho* dirigida por Mark Too, vice-presidente da empresa para a África oriental, que visitou o país recentemente.

A medida básica visando o regresso dessa transnacional consistiria no estabelecimento em Dar-es-Salaam de uma companhia subsidiária, para o qual se elaboraram planos, informou o diário *Daily News* da capital tanzaniana. A *Lonrho* efectuará, segundo o projectado, um investimento inicial entre 8,8 e 14 milhões de dólares. Os lucros seriam destinados à expansão do investimento, segundo declarou o representante da *Lonrho*.

Too não especificou quais se-



Manifestação anti-Lonrho

riam as áreas de investimento da empresa, embora se estime que entre elas figuraria a agricultura, uma vez que a delegação da *Lonrho* desenvolveu conversações com as autoridades nesse assunto.

A quando da sua expulsão da Tanzania, a *Lonrho* era proprietária de quinze importantes firmas nas áreas de plantações de chá e obras industriais.

O regresso da *Lonrho* à Tanzania enquadra-se na nova política do governo de Nyerere de permitir uma parcela substancial de investimento estrangeiro com o propósito de fortalecer a economia nacional e como complemento dos programas económicos de tipo socialista que se desenvolvem naquela nação, revelam os observadores locais.

ACABA DE SAIR

Mundo do Petróleo

Pablo Piacentini



Tricontinental Editora
coleção
terceiro
mundo

ESC. 480\$00

Desconto especial
de 20% para
assinantes de **CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO**

Estudos dos principais aspectos económicos, estratégicos e políticos do combustível que condiciona o sistema industrial contemporâneo.

Origens, resenha histórica, situação actual, perspectivas

Uma Edição da
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.

Calçada do Combro, 10-1.º
Telef. 320650/320751
1200 LISBOA

Bangladesh: A oposição vai às ruas por eleições

Desde o início de Dezembro, que os maiores partidos de oposição deflagraram uma onda de protestos contra a decisão do governo em adiar por prazo indeterminado a realização das eleições gerais previstas para o final do último ano. Foi o segundo adiamento consecutivo determinado pelo general H.M. Ershad, que governa o país com mão de ferro desde 1982. O pretexto para cancelar as eleições marcadas para o fim de Dezembro foi a exigência dos partidos de oposição a favor da extinção da lei marcial vigente nos últimos meses.

Além disso, a aliança de 15 partidos, liderada pela Liga Awami quer que o regime do general Ershad seja substituído por um governo provisório e neutro que prepare as eleições com imparcialidade. Nenhuma das exigências é aceite pelo presidente bengali que se mostra disposto a re-

primir a ferro e fogo todos os protestos não só dos partidos de oposição como dos estudantes e sindicatos. Depois de terem preconizado o boicote às eleições, caso elas tivessem sido realizadas sem a implantação de um governo interino, os partidos de oposição passaram agora a organizar greves gerais em quase todas as cidades do Bangladesh.

Além da coligação de quinze partidos, também a frente de sete outros movimentos oposicionistas participa na campanha contra o governo de Ershad. A pressão oposicionista tem como objectivo obrigar o governo a aceitar uma negociação, já que o agravamento do impasse pode levar o Bangladesh ao limiar de uma nova guerra civil. Há uma iniciativa de diálogo protagonizada por emissários dos dois lados visando um possível plebiscito. Segundo os partidos de oposição, esta seria a última oportunidade de se

evitar um confronto generalizado entre o governo e militares, de um lado e os partidos de oposição, do outro, apoiados pelos sindicatos e pelas principais organizações estudantis do Bangladesh.

ERRATA

No nosso número anterior, no Especial dedicado à seita Moon, matéria sobre a sua actuação no Uruguai, foi publicado por lapso o nome do jornalista Manuel Flores Mora, como fazendo parte dos quadros da *Causa*, braço político da referida seita. Trata-se de um erro lamentável, pois na verdade quem faz parte da *Causa* é a jornalista Magela Flores Mora. Pedimos as nossas desculpas tanto a Manuel Flores Mora — um jornalista cuja trajectória profissional merece o nosso maior respeito — como ao autor da matéria, Eduardo Varela, que nunca poderia ter imaginado envolver o seu colega e amigo nos quadros dos seguidores da seita Moon no Uruguai.

Arafat mantém a liderança da OLP

Após cinco dias de tensas discussões a XVII Reunião do Conselho Nacional Palestino elegeu, por unanimidade, Yasser Arafat como o principal dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP). A eleição aconteceu um dia depois de Arafat ter anunciado que abandonaria a liderança da organização, diante das divergências que dividiram a OLP em três grupos diferentes.

A *Al Fatah*, o movimento de Arafat, e a chamada Aliança Democrática participaram da reunião realizada em Amman, capital da Jordânia. O terceiro

grupo, a Aliança Nacional, formada por grupos favoráveis à Síria e à Líbia, não esteve presente à reunião do Conselho Nacional Palestino. Um dos grupos da Aliança Nacional, liderado por Ahmed Jibril, foi inclusive suspenso da organização pela maioria esmagadora dos votos.

Arafat tem mais de 2/3 dos votos no Conselho, que este ano foi ampliado com a inclusão de nove comandantes militares da *Al Fatah*. A reunião de Amman, da qual participou o rei Hussein, reconfirmou o plano elaborado pelos países árabes na conferên-

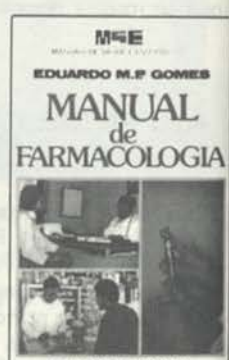
cia de Fez, ratificou o pedido de convocação de uma reunião internacional sobre a questão palestina, mas recusou o plano apresentado pela Jordânia baseado na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU.

Outra decisão adoptada em Amman foi a de não preencher as vagas dos delegados que decidiram boicotar a reunião do Conselho, num gesto de boa vontade, visando uma possível reunificação da OLP. Tanto a *Al Fatah* como a Aliança Democrática acertaram em Agosto passado em Aden, um acordo que prevê uma maior democratização interna na OLP. Esse processo foi ratificado agora em Amman, quando as duas organizações deram sinais de que vão continuar a coordenar as suas acções.

PORQUE PENSAMOS QUE A CULTURA DE UM PO É FACTOR DE PROGRESSO...



... OS NOSSOS LIVROS
PROCURAM ABARCAR TODOS OS
RAMOS DO SABER. DOS LIVROS
CIENTÍFICOS AOS MANUAIS
PRÁTICOS, DAS GRANDES OBRAS
DE LITERATURA ÀS OBRAS
DE DIVULGAÇÃO...



... OS NOSSOS LIVROS
ESTÃO MAIS PERTO DE SI
E SÃO AUXILIARES PRECIOSOS



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
APARTADO 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX - PORTUGAL



Peru: Diálogo e terrorismo

Depois do início do diálogo entre governo e guerrilha na Colômbia e El Salvador, o tema passou também a ser discutido no Peru, onde actuam dois movimentos armados: o Sendero Luminoso e o Tupac Amaru. O primeiro, segue uma orientação maoísta, de extrema-esquerda, sectária e messiânica, voltada para uma "guerra prolongada a partir do campo para as cidades". O outro, é um pequeno movimento, cujas acções estão dirigidas principalmente para obter repressão junto dos meios de comunicação social.

Há semanas o ex-procurador-geral da República, Cavero, sugeriu um diálogo com os senderistas. Esta possibilidade foi imediatamente recusada pelo presidente Belaúnde Terry e pela maioria dos políticos governamentais. Mais recentemente, outros grupos de várias tendências voltaram a mencionar a mesma possibilidade. O dirigente aprista Armando Villanueva, ex-candidato presidencial, e o ministro da Justiça, Arias Schreiber, um independente, aceitaram dialogar com membros do Sendero Luminoso. Mas o presidente e o ministro do Interior continuam irredutíveis.

A ideia do diálogo começou então a ganhar adeptos tanto entre os membros do APRA como na coligação Esquerda Unida. O problema é que os defensores desta possibilidade esbarram no facto do Sendero até ao momento não ter dado qualquer indicação de pretender qualquer tipo de conversações. Quanto ao Tupac Amaru, a sua importância é mínima. O Sendero é um grupo que nem sequer reivindica a autoridade dos seus atentados, agindo de uma forma completamente

distinta dos demais movimentos guerrilheiros conhecidos internacionalmente. Trata-se de uma guerrilha anónima, adepta da violência indiscriminada, que despreza a esquerda legal, o Congresso, os partidos e a imprensa.

Segundo a revista peruana *Que Hacer*, o Sendero estaria disposto a um conflito prolongado de acordo com decisões que teriam sido tomadas em congressos clandestinos. Mas existem, por outro lado, informações parciais de que a organização sofreu fortes reverses em choques com o exército e que o principal dirigente do movimento, Abimael Guzmán, estaria à procura de asilo político numa embaixada es-

trangeira para tratamento médico. Partidos da oposição de esquerda afirmam que apenas a partir do momento em que o governo melhorar a situação social nas áreas atingidas pela guerrilha é que alguns dirigentes senderistas poderão aceitar um diálogo e abandonar a luta armada.

Mas para que isso seja possível, é necessário um governo com objectivos claros e com um diagnóstico preciso da crise, além de um plano efectivo para acabar com a pobreza no interior do Peru. Seria também necessária a eliminação das arbitrariedades cometidas em nome da luta antiguerilha. Só nessas circunstâncias seria possível isolar o Sendero Luminoso. Por enquanto, é improvável que a violência dos maoístas se detenha e talvez só venha a ser resolvida com um novo governo, capaz de promover mudanças significativas na economia e na política peruana. (César Arias Quincot)



Sendero Luminoso: a violência dos maoístas

Reagan e o auge da reacção

Qualquer eleição presidencial nos Estados Unidos implica e projecta, gostemos ou não, uma nova etapa nas relações políticas, económicas e militares no mundo. A etapa iniciada depois das eleições de 6 de Novembro passado, ostenta o signo da continuidade. Apesar disso, as correcções de rumo e as mudanças que Ronald Reagan pensa aplicar após a obtenção do seu segundo mandato presidencial terão também efeitos mundiais que justificam a atenção com que são avaliados os seus últimos passos e declarações. Há também um plano profundo e subjacente nesse processo e que pode ser resumido nesta pergunta: deve-se esta vitória da direita a factores conjunturais ou a mudanças de fundo na sociedade norte-americana?

Se esta última fosse a resposta correcta, teria fundamento a pretensão dos expoentes conservadores que proclamaram inaugurada uma era que prevalecerá nos próximos vinte anos. A hegemonia teria abandonado o Partido Democrata e ter-se-ia instalado perduravelmente no seu rival Republicano, mais precisamente nos seus sectores mais direitistas. Haveria portanto, uma reacção conservadora que se prolongaria até ao final do século e para além dele. Se tal sucedesse, o confronto e a tensão que se transferiria para as relações Leste-Oeste seriam suficientemente graves para justificar os presságios de uma Terceira Guerra Mundial.

A continuidade dos aspectos principais não se deve apenas ao facto de que Reagan sucederá a si próprio, mas também à importância que o presidente atribuiu à alta percentagem obtida (59% dos votos expressos), ao programa que executou durante o seu primeiro governo e a dois aspectos em particular: a recuperação económica e a

agressiva política externa e militar que teria demonstrado ao mundo a potência do império e a sua vontade de exercê-la para enfrentar qualquer desafio ao seu domínio.

Embora não haja dúvidas de que o factor de maior peso na conduta do eleitorado foi a passagem da recessão para a expansão neste quadriénio, o comportamento actual da economia norte-americana é incerto. Esta cresceu consideravelmente em 1983 e no primeiro semestre de 1984, mas declinou acentuadamente durante o segundo semestre. Tratar-se-ia de uma "aterragem suave", segundo os partidários do presidente. Ou seja, depois de uma fase de vigorosa expansão na qual o produto nacional bruto se expandiu a um ritmo de mais de 8%, a economia norte-americana teria entrado agora numa fase de estabilização que a levaria a crescer a um ritmo de cerca de 4% nos próximos anos. Para os seus críticos e em primeiro lugar para o rival Walter Mondale, o "arrefecimento" económico pressagia o começo de um novo ciclo recessivo. Portanto, Reagan teria sido reeleito graças a uma recuperação efémera e enganosa que estava por terminar e poderia ter perdido se as eleições se tivessem realizado alguns meses mais tarde. A explicação desta incógnita tem uma importância extraordinária, pois uma nova queda recessiva teria consequências enormes para os demais países e, em particular, para o Terceiro Mundo. O duplo efeito da queda da procura das áreas industrializadas e da subida das taxas de juros norte-americanas, que trouxeram consigo o espectacular encarecimento do dólar, enfraqueceram as economias das nações subdesenvolvidas. Uma nova recessão no centro

Exemplos de
Como se estabeleceram
Sempre uma ponte segura
na cooperação económica.



Capitalista mundial conduziria a um desastre praticamente sem precedentes devido a uma ulterior redução das exportações — tanto em volume como a nível de preços — diminuindo seriamente as receitas externas do Terceiro Mundo, enquanto que uma parte avultada dessas receitas se perderia no pagamento da dívida. Consequentemente, a capacidade de importar diminuiria drasticamente e colocaria em xeque o funcionamento económico dos países mais pobres, assim como o nível de nutrição de amplas camadas da população.

A tese da "aterragem suave" supõe ao contrário uma expansão moderada da procura e portanto do comércio internacional. É também provável que, precisamente para afastar a ameaça de um baixo crescimento económico, os responsáveis pela economia norte-americana propiciem uma redução das taxas de juros. Se no plano interno isso estaria dirigido a estimular os investimentos para reanimar o aparelho produtivo, no âmbito internacional provocaria algum alívio quanto ao pagamento da dívida externa.

Mas ainda que se verificasse esta hipótese optimista, não se resolveriam os problemas dos países subdesenvolvidos, assim como não se concretizaria a reclamada corrente de créditos e investimentos necessários para mobilizar as economias dos países subdesenvolvidos, já que a política de Reagan exclui claramente essa possibilidade.

No longo destes quatro anos observou-se um agravamento das tensões Leste-Oeste paralelamente com o recrudescimento da corrida armamentista, devido a iniciativas unilaterais do governo Reagan. A tese que preside esse comportamento é simples: armar-se até aos dentes, demonstrar ao adversário (Moscou) a decisão de empregar as armas e só depois disso sentar-se à mesa das negociações numa posição de força. Essa lógica belicista conduziu ao retorno da guerra fria, pois não restavam dívidas de que a União Soviética não estaria disposta a desfraldar a bandeira branca, antes responderia à

escalada. Paralelamente, assistiu-se a um renovado intervencionismo imperialista que adquiriu uma particular gravidade na América Central e Caraíbas.

Já no final da campanha e após a sua vitória, Reagan afirmou que, conquistada a posição de força a que aspirava, se encontrava agora em condições de negociar e estendeu a mão em direcção a Moscovo.

Cabe assinalar que na política anterior havia pelo menos alguma coerência. O armamentismo a todo custo e a guerra fria com Moscovo estavam de acordo com o intervencionismo militar.

Mas ao mesmo tempo que convidava a superpotência soviética ao diálogo, Reagan redobrava a sua política de agressão contra a Nicarágua e envolvia indirectamente a própria URSS a propósito do envio de inexistentes caça-bombardeiros soviéticos à Nicarágua.

A distensão é um todo coerente. Se Reagan propõe por um lado conversações construtivas com a URSS e por outro prepara uma invasão à Nicarágua, quer dizer que o primeiro passo só pode ser uma cortina de fumo ou uma manobra propagandística. O presidente dos Estados Unidos sabe perfeitamente que ambas as atitudes são incompatíveis.

A insistência em subjugar a Nicarágua pela força e manter o *status quo* regional por meio das armas, além da extrema gravidade que encerra em si mesma, influi de forma negativa nas relações Leste-Oeste.

Por outro lado, a presunção de que os Estados Unidos tenham ascendido a uma posição de força não se concilia com os factos. Para que essa situação se verificasse, Washington deveria ter conseguido uma superioridade estratégica clara frente a Moscovo. Isto simplesmente não aconteceu. Tão-pouco se notaram modificações no alinhamento internacional que permitam supor que a actual correlação de forças favoreça os Estados Unidos, a menos que alguém imagine que a invasão da diminuta Granada tenha deslocado

o fiel da balança do poder mundial.

Logo, das duas uma: ou Reagan está realmente decidido a caminhar para a distensão e para isso deve ser coerente e interromper o seu intervencionismo, em geral, e na Nicarágua, em particular, ou se vai inexoravelmente para a guerra fria, o intervencionismo e a corrida armamentista, com todas as consequências que isso implica. Por último, algumas considerações sobre a suposta guinada à direita da sociedade norte-americana. Alguns observadores consideram a possibilidade de uma onda reaccionária duradoura devido a certas características da vitória de Reagan. Este impôs-se em praticamente todos os sectores sociais e étnicos, à excepção da população negra, hispano-americana e dos estratos mais pobres do país. Obteve, além disso, uma consistente maioria entre os jovens, o dado que mais impressionou os que conjecturaram o auge do conservadorismo a longo prazo.

Esses dados são verdadeiros, mas devem ser pesados com outras informações. Em primeiro lugar, é certo que Reagan obteve uma vitória esmagadora sobre Mondale, mas não se pode dizer o mesmo quanto ao nível de consenso à escala nacional. Deve-se lembrar que 47% dos recenseados não compareceram às urnas. Assim os 59% dos votos pró Reagan equivalem a apenas 30% dos cidadãos com direito a voto e esta é a dimensão exacta de um consenso que está longe de se estender ao conjunto da sociedade norte-americana. Já que o número das abstenções é tão alto quanto no passado, percebe-se além disso que o "reaganismo" não modificou em nada a indiferença de quase metade da população em relação aos actos eleitorais.

Cabe aqui uma digressão. O governo norte-americano qualificou de farsa as eleições nicaraguenses e certamente deve ter a mesma opinião sobre a aritmética. Na Nicarágua houve a participação de 82% da população que expressou dessa maneira a sua participação no sistema eleitoral do pequeno país. Por sua vez, a Frente

Sandinista obteve 63% dos votos e portanto o grau de consenso recebido chega a 49% do total da população.

Independentemente do facto da recessão se ter afastado ou esteja para voltar, é evidente que no momento de colocar os votos os norte-americanos estavam convencidos de que Reagan havia tirado o país da crise. É certamente este o factor que melhor explica os resultados. Assim como na história norte-americana não há um só caso de um presidente que tenha sido reeleito durante uma recessão, é uma constante que a recuperação económica reforça os governantes. E a isso se acrescenta uma outra constante comprovada salvo raras excepções — como foi o caso de James Carter — isto é, a tendência dos eleitores em confirmar o presidente em exercício.

Deve-se considerar, além disso, a influência de um factor independente das acções do governo Reagan: a longa crise interna que aflige o Partido Democrata e as suas dificuldades para encontrar uma liderança à altura do desafio.

Isso explica, por sua vez, que se tenha desarticulado o bloco social que sustentava a perda hegemonia democrata. Tratava-se de uma ampla aliança que englobava desde os operários industriais até às minorias sociais e étnicas e compreendia ainda um amplo sector da classe média. Não queremos sugerir que se se tivesse mantido coeso em torno de uma liderança com carisma o partido democrata teria ganho, mas provavelmente teria perdido por uma margem inferior.

As tendências da sociedade norte-americana não aparecem definidas, embora apresente sintomas inquietantes. É de desejar que a onda reaccionária seja um fenómeno passageiro e conjuntural, mas ao mesmo tempo trata-se de analisar com objectividade e profundidade a evolução de uma sociedade que influi sobre toda a humanidade e pode condicionar o seu futuro.

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.
1000 LISBOA • Portugal
telef. 731123/731323/731423
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estadais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da
COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada



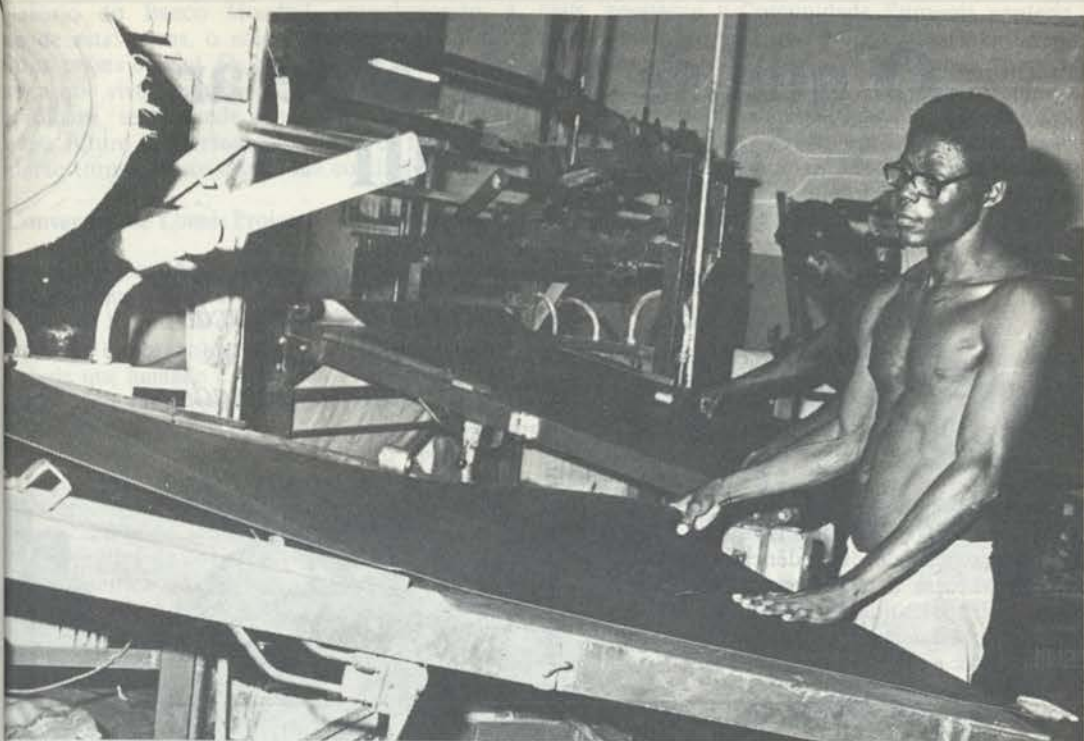
OPERACAO AFRICA

Preço: 350\$00

Operação África. A Conspiração Antiafricana em Portugal, apresenta ao leitor uma exposição pormenorizada, rica, multifacetada, das actividades conspiratórias desenvolvidas em Portugal pelos grupos fantoches africanos das antigas colónias portuguesas. Os autores do livro, Fernando Semedo e João Paulo Guerra, jornalistas portugueses bem conhecidos do leitor, fizeram uma aprofundada investigação jornalística, que mostra de forma evidente a ligação desses grupos com a CIA e o BOSS (serviços secretos sul-africanos), bem como, antes do 25 de Abril, com a PIDE. Uma atenção especial é dedicada ao esclarecimento do papel da direita portuguesa, e nomeadamente de alguns governantes após o 25 de Abril, no quadro da conspiração contra os actuais regimes democráticos dos países africanos de expressão portuguesa. Operação África é um livro de denúncia, e também uma reportagem viva e plena de actualidade sobre um tema central da vida política portuguesa de hoje.

na estrada do futuro

**editorial
CAMINHO**



Lomé III: As consequências do novo acordo

A. Jardim Gonçalves, António Silva e Baptista da Silva

Pela terceira vez em quase dez anos os países europeus e as suas ex-colónias da África, Caraíbas e Pacífico procuram estabelecer um novo mecanismo de trocas comerciais. Para as 64 ex-colónias o acordo sobre uma terceira Convenção de Lomé ainda não representa a solução de todos os problemas e desigualdades em relação às ex-metrópoles. Mas há um consenso geral de que ocorreu um avanço.

Dentro de uma realidade global de que os "ricos estão cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres", a busca de alternativas pela via da negociação constitui-se num progresso em relação às práticas mais comuns de imposição pura e simples. É por isso que nesta edição nos propomos a abrir a discussão sobre esta modalidade de relacionamento económico entre países do Norte e do Sul.

O que se pode esperar de Lomé III

Uma análise retrospectiva sobre o caminho percorrido desde 1963, ano em que foi iniciada a cooperação, permite fazer prognósticos sobre as limitações e dificuldades da Convenção assinada no passado dia 8 de Dezembro

Uma das consequências evidentes e ineludíveis do colonialismo é a situação de dependência em que permanecem as antigas colónias, face às metrópoles que durante séculos moldaram o seu destino, exploraram as suas riquezas e impuseram hábitos e culturas que lhes eram estranhos.

Desde a estrutura fundiária à produção agrícola, da tecnologia industrial aos mecanismos comerciais, da língua veiculada aos padrões de ensino, dos modelos culturais à mundividência religiosa, tudo se ressentia ainda hoje da agressividade colonizadora de então e da hegemonia que nesses múltiplos domínios detêm os países altamente industrializados.

Só à luz dessa herança histórica se podem analisar e explicar as contradições, a morosidade, os argumentos sibilinos e as políticas complexas e confusas que marcam as relações entre os países industrializados e os povos do chamado Terceiro Mundo. Mas também só a essa luz se pode medir o caminho já percorrido e o terreno conquistado, fruto da acção persistente dos países dependentes, apoiados, num grau relativo, por pessoas e instituições que, embora pertencendo ao cenáculo dos países ricos, são sensíveis à premência e inviolabilidade dos direitos dos povos.

"Nova Ordem Económica Internacional", "Diálogo Norte-Sul", "Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento", "Convenção de Lomé", entre outras denominações e projectos, correspondem ao conjunto de ideias, propostas e realizações, a que a vontade política dos mais sinceros e esclarecidos, foi dando corpo e forma.

22 - terceiro mundo



Uma das consequências do colonialismo é a dependência

Embora um balanço realista mostre que os resultados das múltiplas iniciativas para a consecução duma maior justiça internacional estão longe de ser reconfortantes, é todavia inegável que a luz do Terceiro Mundo passa pela mesa das negociações.

No quadro destas negociações, a primeira realidade que avulta é a desproporção de forças e meios entre os interlocutores. Seja nas assembleias da CNUCED ou do GATT, seja nos ambientes "generosos" de Cancún ou de Paris (Reunião dos PM em 1981), os países do Terceiro Mundo defrontam-se com a obstinada política dos países do Norte que perspectivam o desenvolvimento visando a projecção do seu próprio modelo, a cooperação em termos dum paternalismo condescendente, que não dispensa mesmo o usufruto das dádivas concedidas e acaba tantas vezes por cobrar benefícios superiores às somas despendidas.

Só assim se compreende o grito de alarme que em cada ano, nos últimos tempos, se reflecte no relatório do Banco Mundial, reconhecendo, à base de estatísticas, o empobrecimento progressivo dos países do Sul. Os 800 milhões de seres humanos que vivem numa situação de miséria extrema, olham, sem grande esperança, os horizontes do seu futuro e interrogam-se sobre os meios que poderão tornar menos dura a sua condição.

Convenção de Lomé: Projectos e contradições

Entretanto uma análise atenta e objectiva leva-nos a conhecer que a *Convenção de Lomé* (Lomé I em 1975, Lomé II em 1980 e Lomé III assinada no passado dia 8 de Dezembro) representa um esforço apreciável ainda que limitado e sob muitos aspectos contrário. Não tanto pela generosidade ou eficácia dos Acordos, mas por inovar um estilo de cooperação que ultrapassa a relação fria do "programa projecto financiado", para se traduzir na negociação efectiva em que concorrem as duas partes.

Os Acordos de Lomé que estabelecem as normas e a prática de cooperação entre os países ACP (África, Pacífico e Caraíbas) e a Comunidade Económica Europeia, são, globalmente considerados, a forma mais avançada de relacionamento entre o Norte e Sul. Os ACP não são simples assistidos mas parceiros, participando de pleno direito nas negociações e nas decisões finais.

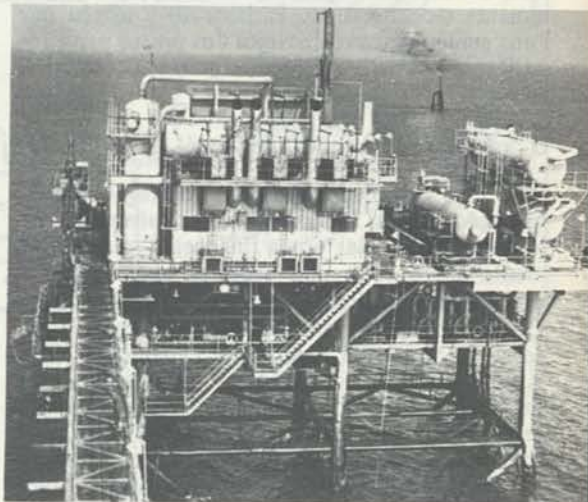
Todavia, esta nota positiva não escapa a duas contradições de fundo: uma ligada à capacidade de negociação e margem de benefícios de que dispõe cada uma das partes envolvidas e a outra relativa à política de desenvolvimento, concebida e liderada sobretudo pelo "Grupo dos 77".

Desigualdade de forças

Quanto à primeira, não há dúvida que os benefícios que advêm aos países ACP pelos Acordos de Lomé são uma pálida conquista quando comparados às vantagens de que, pelos mesmos Acordos, beneficia a Comunidade Económica Europeia. Isto significa que as negociações se processam, à partida, em termos de desigualdade de forças e de meios. Se é certo que os países ACP dispõem dum acesso preferencial ao mercado europeu e recebem da Comunidade uma ajuda relativamente importante, é preciso também reconhecer que a Convenção de Lomé dá aos países da CEE um número de garantias que estão na linha correcta da sua prosperidade e hegemonia: um aprovisionamento regular de matérias primas; uma abertura e expansão de mercados para as empresas europeias; um clima favorável e facilitado para investimentos numerosos e qualificados.

Mais do que isso. A situação é de tal modo des-

proporcionada que se a CEE e os ACP decidissem de hoje para amanhã cortar as suas relações comerciais, enquanto a Comunidade Europeia perderia apenas uma pequena fracção dos seus fornecimentos e mercados, os ACP desapareceriam da cena comercial. As exportações dos ACP para a Comunidade Europeia rondam os 2,3% das importações totais da CEE, mas representam aproximadamente 50% das exportações totais dos ACP. Mas por outro lado, a CEE fornece 61% das importações dos ACP, o que representa apenas 7% das exportações globais da CEE. Por aqui se vê a debilidade de facto com que os ACP se sentam à mesa das negociações.



Os dados mostram a debilidade dos países africanos — mesmo os que detêm um maior desenvolvimento relativo — em relação às antigas metrópoles

Solidariedade ameaçada?

A segunda contradição tem a ver sobretudo com a unidade dos países do Terceiro Mundo face aos problemas que lhes são comuns. A posição privilegiada dos países ACP nas suas relações com a Europa constitui, segundo alguns analistas, um obstáculo à política de desenvolvimento comum dos países em vias de desenvolvimento (PVD). Segundo eles, provoca uma ruptura na coesão que deveria ser a arma principal do Terceiro Mundo nas negociações globais que estabelecem com os países ricos, no seio das múltiplas instâncias internacionais. A esta análise que não deixa de estar fundamentada, se pode contrapor a prática de cooperação da CEE que hoje transborda as fronteiras dos ACP e correlativos Acordos de Lomé e se quer extensiva a todo o Terceiro Mundo, bem como a estreiteza dos resultados alcançados.

A partir destas considerações de ordem geral, torna-se evidente que os Acordos de Lomé — pela

terceiro mundo - 23

força da história, dos interesses que estão em jogo e pela teimosa recusa em não alterar estruturas e mecanismos que geram e alimentam a injustiça internacional — não conseguiram até agora corresponder aos propósitos anunciados e libertar os países ACP da dependência e dominação a que estão sujeitos.

“A Europa retirou mais do que deu”. Essa expressão acusatória e corajosa do representante da Nigéria na Assembleia Parlamentar CEE-ACP de 1982, sintetiza na sua crueza o balanço que se possa fazer da aplicação concreta dos Acordos de Lomé I e Lomé II no já longo período de quase uma década. Aliás, foi o próprio Edgard Pisani, Comissário da CEE para o Desenvolvimento, quem abertamente reconheceu no Parlamento Europeu que “nós aumentámos os encargos dos nossos parceiros ACP sem que se tenha provocado o seu crescimento”.

O “calcanhar de Aquiles” de Lomé

O eixo fulcral dos Acordos que regulam a cooperação CEE-ACP passa quase exclusivamente pelo comércio e pela “ajuda financeira” e é precisamente sobre estes dois sectores que chovem a maioria das críticas e os reparos mais acerbos. Como lembrava no ano passado, em Roma, durante a VII Sessão da Assembleia Parlamentar CEE-ACP, o porta-voz dos ACP, o ugandês Faren Butagya, “somos produtores de matérias primas, mas temos problemas com a sua comercialização, o mesmo acontecendo com os produtos manufacturados. Estes dificilmente encontram lugar nos mercados da Comunidade por causa das políticas proteccionistas”.

Proteccionismo é certamente a palavra que melhor define o “calcanhar de Aquiles” dos Acordos de Lomé. Na realidade não se trata dum proteccionismo entre países situados em pé de igualdade, mas entre países que exploram as matérias primas dos outros e pela superioridade tecnológica atingem excedentes de produção que barram toda e qualquer hipótese de abrir os seus mercados aos países economicamente menos desenvolvidos. É nesta perspectiva que a resolução final da referida Assembleia Parlamentar constata que as exportações ACP para os países da Comunidade “registaram nos últimos anos uma baixa considerável em valor absoluto e em percentagem”. Isto quanto ao comércio.

Relativamente à “ajuda”, basta considerar a distância que vai entre o montante solicitado pelos ACP e as verbas consignadas pela CEE. A título de exemplo, em 1981, os ACP pediram à Comunidade um apoio no valor de 261 milhões de escudos (europeus)*, quando a soma reservada pela CEE não ultrapassou os 138 milhões. Isto numa altura em que

o preço dum tractor duplicava e o de uma tonelada de café descia de 5 para 3 mil dólares.

Os dossiers da Convenção

Uma das inovações dos Acordos de Lomé foi a criação do STABEX, sistema de estabilização de receitas de exportação dos ACP, cedo transformado no eixo central da cooperação entre eles e CEE e consequentemente o alvo das maiores críticas e acusações.

Os produtos exportados pelos países ACP são quase exclusivamente matérias primas. Daí que a criação do STABEX (1975) precisamente na altura em que a Europa entrava num período de recessão económica que se viria a agravar, estivesse comprometida à partida. Os resultados positivos dos quatro primeiros anos explicam-se pelo facto dos recursos financeiros concedidos terem conseguido responder a todos os pedidos feitos. Mas a partir de 1980 a regressão é notória na medida em que apenas 52% das solicitações puderam ser satisfeitas.

O problema da incapacidade de que tem de provar o STABEX não é reduzível a números e verbas. Há questões de fundo, estruturais, que explicam o fracasso dum sistema que chegou a ser considerado — levianamente, diga-se — uma forma de “segurança social das nações”. É verdade que em certas circunstâncias, o STABEX deu uma ajuda importante a países extremamente frágeis, vítimas de acidentes climáticos ou de produtos que provocaram uma queda brusca de receitas. Mas isso não compensa nem neutraliza as deficiências inerentes ao sistema:

- trata-se dum mecanismo ligado às receitas de exportação mas que não intervém directamente no jogo de preços e mercado;

- a compensação é determinada pela média dos quatro anos precedentes, o que não garante uma estabilidade de receitas, dado que estas se podem degradar de um ano para outro;

- as consequências da inflação não entram na linha de conta;

- as transferências financeiras são utilizadas nos países ACP segundo políticas próprias, o que em alguns casos tem levado à afectação dessas sobras a fins não lucrativos;

- a indexação dos preços das matérias primas sobre os dos produtos industrializados nunca é aceite pela CEE;

- finalmente a recusa de créditos é decidida exclusivamente pela CEE uma vez que os Estados ACP não participam no Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) contrariamente ao que sempre reivindicaram.

* Em 1981, 1 ecu = 1 dolar USA

blemas fulcrais do desenvolvimento reside no facto do Norte querer dar cada vez menos fundos e impôr mais condições, e o Sul querer mais fundos, com menor número de condições. Isso é verdade. Mas a questão está longe de ser tão simples. Subjacente a argumentos e acusações, está a secular desconfiança que data da colonização reforçada

pelo conhecimento que ambas as partes têm de custos e situações de deficiente gestão e comprovada corrupção tanto em países industrializados como em países do Terceiro Mundo.

Para o secretário-geral adjunto dos ACP, Edw. Carrington, o que é necessário é que "haja mais fundos e que eles sejam utilizados de maneira m

Os países membros

País	Sup. (Km ²)	População (1.000 hab.)	PIB per capita (US\$)	Taxa Cres. do PIB per capita (%)	Saldo da Balança Comercial	Taxa de Cobertura Exp./Imp.	Dívida Ex. (em milhões US\$)
Angola*	1.246.700	7.452d	470b	-2,3b	-51c	0,97c	61
Antígua e Barbuda	442	77,2d	1.260b	5,3a	+20b	1,28b	1,64
Bahamas	13.935	250c	3.740c	9,6a	-486c	0,84c	1,40
Barbados	431	269d	3.040b	4,5b	-293d	0,46d	2,21
Belize	22.965	171d	1.072c	3,1b	-37,8d	0,71d	5,47
Benin	112.622	3.620d	300d	-6,9a	-306b	0,15b	148,7
Botswana	600.372	936,6c	969c	8,2a	-260d	0,62d	299
(Ex-Alto Volta)							227
Burkina Fasso	274.200	6.360d	190b	3,6a	-263c	0,22c	227
Burundi	27.834	4.460d	219c	-0,5b	-96c	0,42c	1,40
Cabo Verde	4.033	335d	270b	-0,3a	-70,9c	0,05c	2,30
Camarões	475.442	8.865d	670b	2,6b	-207d	0,82d	14,7
Chade	1.284.000	4.643d	103d	-1,8b	+3d	1,02d	7,1
Comores	2.171	380d	272c	0,9b	-13b	0,6b	1,10
Congo	342.000	1.621d	1.338d	0,9a	+249c	1,31c	4,49
Costa do Marfim	322.463	8.568d	1.070d	4,5a	+104d	1,04d	2,1
Djibuti	21.783	332d	480b	-6,6a	-75b	0,4b	197,7
Dominica	751	86d	581d	4,8a	-31,3c	0,38c	95
Etiópia	1.221.900	32.780d	137d	-1,3a	-383d	0,51d	1,36
Fiji	18.274	660d	2.143d	4,2b	-230d	0,55d	119,7
Gabão	267.667	563d	5.417a	11,5b	+1.160b	2,06b	1,10
Gâmbia	11.295	635d	377b	2,5b	-53d	0,45d	80
Gana	238.537	12.243d	1.239b	1b	-43c	0,96c	1,10
Granada	344	113d	708d	1,6b	-37,3d	0,33d	2,1
Guiana	214.969	922,0d	523d	5,7a	-27d	0,9d	1,10
Guiné	245.857	5.285d	333b	0,3b	+138c	1,36c	98,2
Guiné-Bissau	36.125	594d	160b	1,4b	-48d	0,2d	2,1
Guiné-Equatorial	28.051	381d	418(PNB)b	-12,9b	-16,3d	0,6d	1,80
Jamaica	10.962	2.253d	893d	-3,7b	-650d	0,55d	1,80
Kiribati	728	60d	833b	—	+8b	1,47b	10,1
Lesoto	30.355	1.409d	543d	6,2a	-275b	0,14b	61,2
Libéria	111.369	2.113d	414d	-1,8b	-12d	0,97d	1,38
Madagascar	587.041	9.233d	350b	0,5b	-159d	0,67d	78,9
Malawi	118.848	6.280d	212d	-1,9b	-55d	0,82d	63,2
Mali	1.240.000	7.340d	203d	1,1a	-186d	0,43d	42,1
Maurício	2.045	983d	1.166c	-2,5b	-101d	,78d	91,4
Mauritânia	1.030.700	1.730d	399d	-1,5a	-6c	0,97c	50,2
Moçambique	801.590	12.130b	270b	—	-90b	0,66b	71,1
Níger	1.267.000	5.646d	317d	-1,6b	-107d	0,71d	6,60
Nigéria	923.768	82.392d	903d	-2,5b	+1.800d	1,12d	61,2
Papua							2,80
Nova-Guiné	461.691	3.093d	840c	0,6a	-462d	0,6d	
Quênia	582.646	17.864d	420b	0,2b	-619d	0,62d	

Porém, "o Norte não está necessariamente mais bem colocado que o SUL para definir uma política mais eficaz dos fundos", afirma ele.

Por um lado, os fundos são atribuídos aos países da ACP segundo um sistema de ajuda que só muito raramente tem a ver com uma estratégia de desenvolvimento de que beneficiariam as populações

mais carenciadas. Por outro, o mecanismo de controlo da CEE continua a privilegiar o reagrupamento dos projectos de ajuda em grandes lotes e a aplicação das mesmas medidas utilizadas para os macro-projectos de investimento. Consequência? Os milhões de unidades de conta prodigalizadas pela CEE vão colmatar lacunas orçamentais de ou-

	Sup. (Km ²)	População (1.000 hab.)	PIB per cápita (US\$)	Taxa Cres. do PIB per cápita (%)	Saldo da Balança Comercial	Taxa de Cobertura Exp./Imp.	Dívida Ext. (em milhões US\$)
Exp. Centro-							
América	622.984	2.405d	300b	2,6a	+46,5c	1,52c	251c
África	23.338	5.276d	228d	5,1a	-167b	0,31b	324c
Ásia	29.785	246d	640c	—	-1,2d	0,97d	12d
Oceania	616	122d	902d	4,6c	-76d	0,35d	—
1. Cristóvão-							
Colômbia	261,6	44,4b	920a	1,3a	+5b	1,25b	—
Costa Rica	964	96d	732b	0,3b	+12b	1,66b	—
El Salvador	388	121d	520(PNB)b	1,1b	-23b	0,42b	—
Guatemala	2.842	159d	510b	—	-37d	0,26d	57d
Honduras	197.722	5.968d	403d	-4,9a	-618d	0,40d	953c
Nicarágua	71.740	3.672d	311d	0,6a	-158c	0,49c	346c
Panamá	280	60	1.770b	3,1b	-26,5d	0,56d	60c
Paraguai	637.657	5.116d	103d	—	-68d	0,73d	940d
Peru	17.363	590d	760c	11,3a	-196c	0,66d	163c
Uruguai	2.505.813	19.451d	488d	0,2b	-786d	0,39d	6.700d
Venezuela	163.265	407d	2.860d	8,4a	-12d	0,97d	20d
Zâmbia	945.087	19.111d	311d	1,8b	-574c	0,49c	2.500d
Zâmbia	56.785	2.747d	355c	8,6d	-228,6c	0,47c	860c
Zâmbia	748	100d	622c	-0,7b	-42d	0,10d	—
2. Unidade							
Argélia	5.130	1.202d	4.258d	6,6b	-461d	0,86d	780d
Brasil	25,7	8d	500c	—	-2c	0,33c	—
China	236.030	14.057d	280b	3,7a	-60d	0,84d	590d
Índia	14.763	126d	530c	—	-38d	0,38d	10b
Indonésia	2.345.409	26.948d	560d	-8,2a	+750d	1,77d	4.200b
Malásia	752.614	6.163d	549d	-5,2b	+215d	1,25d	2.294c
Moçambique	390.580	7.600c	869d	3,1b	-150d	0,89d	1.030d
0. Países CEE (Comunidade Económica Europeia)							
1. Alemanha							
Frância	248.577	61.637d	10.659d	1,7b	+20.572d	1,13d	—
Países Baixos	30.513	9.860d	8.431d	8,1d	-5.615*d	0,90d	—
Irlanda	43.069	5.120d	10.920d	9d	-1.635d	0,90d	—
Itália	647.026	54.221d	10.551c	2,4b	-23.137d	0,80d	—
Grécia	131.944	9.792d	4.013d	2,8b	-5.726d	0,43d	6.900
Reino Unido	40.844	14.310d	9.650d	4,4d	+3.739d	1,05d	—
Países Baixos	70.283	3.483d	5.049d	2,2b	-1.637d	0,83d	—
Irlanda	301.225	56.276d	6.176d	3,6b	-12.723d	0,85d	—
Luxemburgo	2.386	357d	9.524d	3,3b	-5.615*d	0,90d	—
Reino Unido	244.040	55.782d	8.368d	1b	-2.489d	0,97d	—
Ainda não são membros	d=1982						
=1979 ou anterior	e=1983						
=1980	* Bélgica inclui Luxemburgo, dada a união aduaneira						
=1981							

tro tipo, devidas a um modelo de desenvolvimento elitista e anacrónico. Beneficiam apenas minorias privilegiadas e relegam para a berma do esquecimento massas enormes de população, as únicas que, através de uma estratégia de desenvolvimento progressista, poderiam garantir a utilização eficaz dos fundos providos da CEE.

Micro-realizações: nova estratégia de ajuda

A experiência dos dois primeiros Lomé leva a concluir que embora importante não é o volume da ajuda financeira o factor determinante do aproveitamento racional e progressista das verbas outorgadas. Só uma estratégia de ajuda contra a pobreza poderá tornar fecundo um fluxo monetário que até agora não tem feito mais que alimentar um círculo vicioso de protecção e dependência. Porque realmente nada há de mais absurdo que consagrar volumosas ajudas financeiras ao equilíbrio de economias nacionais que acabam por ser factores duma pobreza cada vez mais gritante das respectivas populações.



Só uma estratégia de ajuda contra a pobreza poderá tornar fecundo o fluxo monetário

Essa estratégia de ajuda terá de adoptar como política de base a criação de fontes de receita para a população pobre dos países ACP. Nesta perspectiva, o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), com os seus imensos recursos, concentrá-los-ia prioritariamente na pesquisa e desenvolvimento de técnicas agrícolas para uma maior produção alimentar e na prossecução de estratégias de desenvolvimento que incluam a reforma agrária e programas de criação de empregos destinados aos camponeses sem terra.

Aliás, há um precedente que, embora modesto, aponta já neste sentido. Trata-se das "Micro-Realizações" (MR) que Lomé II consagrou em todo um capítulo e que se implementaram em função de ne-

cessidades manifestadas pelas próprias populações e comunidades locais.

Segundo a CEE, as "Micro-Realizações" "pequenos projectos que têm um impacto económico e social na vida das populações e das colectividades dos Estados ACP." Mas o que é importante é sublinhar os critérios definidos por ambas as partes para que esses projectos sejam considerados dentro da definição de M.R., a saber: que correspondam a uma necessidade real e prioritária, tida no mundo rural; que esteja garantida a participação activa das colectividades locais.

Em matéria de racionalidade de financiamento e utilização de fundos, as "Micro-realizações" recém garantias e já alcançaram resultados começam a questionar políticas e práticas até então intocáveis na área da cooperação CEE-ACP. Por um lado os financiamentos não são globais atribuem-se a projectos concretos e bem delimitados; por outro lado, o financiamento é tripartido o que envolve uma partilha de responsabilidades em si positiva, e esbate o carácter paternalista relação *doador-beneficiário*.

É evidente que se a pequena dimensão das MR permite um diálogo quase sempre frutuoso, o mesmo não se pode dizer quando estão em jogo grandes questões do desenvolvimento e da coesão, determinadas por orientações políticas finidas pelos Estados. É aqui que a imperiosa necessidade de dialogar "até ao fundo", sugerida num ou noutro Relatório das negociações encontrou uma viva e nalguns casos violenta reacção. A denominação de "diálogo político" foi apreendida e subtilmente substituída por "diálogo sobre políticas", pois nenhuma das partes aceita a forma de diálogo que de qualquer modo possa dar a impressão de "ingerência" na política interna dos países.

Quando a CEE recusa discutir o seu "Programa Agrícola Comum" de reconhecida incidência no desenvolvimento dos países ACP, ou quando se recusam a dialogar sobre as condições políticas e económicas vigentes nos seus países, torna-se claro que o termo "cooperação" cobre posições além de ambíguas, reflectem uma reduzida vontade política de agir em conjunto. As recentes declarações do embaixador do Senegal junto da CEE "o meu país aceita um tal diálogo, mas porque soberano e independente, nunca permitirá que a CEE dite a sua política" — embora justas e fundamentadas não deixam de significar uma atitude que não favorece a mútua confiança.

Um consenso: "estratégia alimentar"

Entretanto, a falta de um diálogo mais profundo, formal e sistematizado sobre as políticas agrícolas, ambos os lados não tem impedido que, a diver-



A cooperação industrial é um capítulo semeado de escolhos: os europeus não têm investido o suficiente

eis, se vão traçando linhas de orientação que algumas matérias conseguiram um relativo consenso.

É o caso, por exemplo, da prioridade das prioridades: a "estratégia alimentar" no quadro do desenvolvimento rural. CEE e ACP têm hoje como ponto assente que a Convenção deve partir desta base e que as demais áreas de cooperação devem subordinar-se-lhe teórica e praticamente. Para isso muito influenciou o pensamento de E. Pisani, emissário da CEE, desenvolvido no seu livro recentemente editado, *La main et l'outil* ("A mão e a ferramenta") assim como a intervenção das ONG (Organizações Não-Governamentais) que pela primeira vez este ano (Seminário ONG/Lomé-Junho/84) foram chamadas a pronunciar-se sobre as questões em debate relativas a Lomé III.

Tal estratégia alimentar visa fundamentalmente: a instauração duma política social que garanta às populações uma alimentação sã e equilibrada; o aumento da produção alimentar local e tradicional e as consequentes trocas a nível regional.

Mas tais objectivos pedem que os países ACP integrem as estratégias alimentares na política económica global, conciliem o preço remunerador e o preço acessível ao consumidor e associem todos os parceiros sociais à elaboração e implantação de tais estratégias. Por outro lado, impõe-se à CEE renunciar ao protecçãoismo que dá um apoio desmesurado aos produtos europeus, assim como à política de "escoamento do supérfluo agrícola" para os países do Terceiro Mundo, que cria

nestes necessidades que agravam a sua secular dependência.

A famosa "cláusula de salvaguarda" que sempre figurou nos textos da Convenção e contra a qual se batem sem resultados os países ACP é a permanente ameaça proteccionista que pode vir a minar os esforços para uma racional e justa estratégia alimentar. Mesmo quando não é aplicada (e parece que nunca o foi), ela funciona como um mecanismo ameaçador, pronto a intervir sempre que a produção agrícola (e industrial) europeia corre o risco de confrontar-se com a concorrência "desmedida" dos produtos ACP. Como revelava em entrevista recente Raymond Charles, embaixador da Ilha Maurício junto da CEE, "no mesmo dia em que se assinava Lomé II e em que os porta-vozes da CEE enalteciam os méritos da mais livre circulação dos nossos produtos, eu recebi uma nota pedindo à Ilha Maurício que reduzisse as suas exportações de têxteis, ameaçando-a com a aplicação da "cláusula de salvaguarda".

Cooperação industrial

Um capítulo também semeado de escolhos é o da cooperação industrial que a CEE reconhece insatisfatória, quer no que respeita à transformação local das matérias primas, quer na implantação de empresas industriais europeias nos países ACP.

Quanto ao primeiro aspecto, embora se preconize a prioridade à criação de pequenas e médias empresas para a transformação das matérias primas,

estas continuam a ser canalizadas para o exterior, uma vez que constituem a maior fonte de receitas. Por um lado, os minerais tão importantes para o desenvolvimento industrial continuam sujeitos à flutuação dos preços internacionais, sem que o *Sysmin* (ver matéria "Melhor a teoria que a prática") consiga superar os desequilíbrios. Por outro lado, a necessidade de energia obriga a importações que ultrapassam a capacidade de solvabilidade dos países subdesenvolvidos.

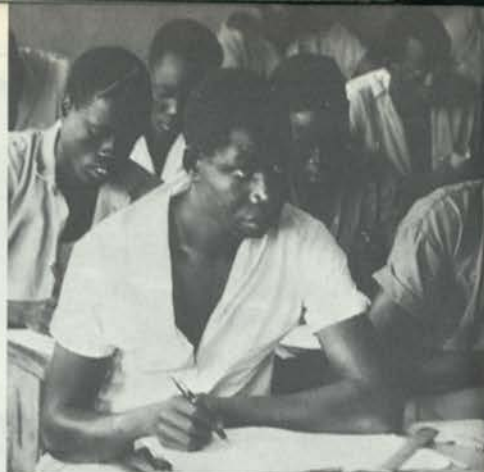
É igualmente verdade que os industriais europeus não têm investido convictamente nos países ACP. A estreiteza dos mercados (países pouco povoados e com reduzido poder de compra), o desconhecimento do facto industrial e a falta de recursos internos (energia, divisas, etc. . .) são entre outros alguns dos factores que têm desencorajado os industriais europeus, sobretudo pequenos e médios. Quanto às grandes transnacionais, elas vão estendendo os seus tentáculos, o que não representa um real progresso para os países pobres, dado que elas actuam pura e indiscriminadamente ao serviço dos seus interesses.

Cooperação cultural

Seguindo na esteira dum pensamento que perspectiva cada vez mais o desenvolvimento em termos culturais, os países ACP vêm insistindo para que se introduza na Convenção de Lomé a dimensão cultural, o que se espera venha a acontecer em Lomé III. Reivindica-se assim que a CEE apoie o direito à educação generalizada e à formação profissional de acordo com os vectores de desenvolvimento programados. Deseja-se que a cooperação CEE-ACP facilite e estimule a emergência de associações onde a população se integre e organizadamente se empenhe e prepare para o desenvolvimento cultural dos seus países.

Mas no sector socio-cultural há sobretudo três campos em que muito pouco se tem feito e onde a importância da cooperação é cada vez mais sentida: a informação, o património cultural e o intercâmbio universitário.

Os países ACP, (membros reconhecidos da Unesco), gostariam de contribuir para a instauração da "Nova Ordem Internacional da Informação" debatida e defendida no seio daquele organismo intergovernamental. Mas a situação de dependência do exterior em que se encontram os *media* desses países impede que se caminhe nessa direcção. As antigas metrópoles coloniais, continuam a ser o polo central, donde dimana e se elabora a informação (agências de notícias, rádio, televisão, cinema, etc. . .). Daí que os países ACP desejem que a CEE inclua nos seus programas de ajuda somas destinadas à formação de pessoal e produção téc-



Na área do intercâmbio universitário há experiências estimulantes

nica necessários. As últimas estatísticas disponíveis a este respeito datam de 1979 e revelam que nesse ano os países ACP venderam à CEE produtos culturais (filmes, programas de rádio, televisão, etc. . .) no valor de 2,85 milhões de Esc. Enquanto quanto importaram da CEE valores da ordem de 135 milhões.

Quanto ao património cultural, os países do Terceiro Mundo foram, por diferentes razões, vítimas do despojo das potências coloniais. Conscientes do direito que lhes assiste de recuperar essas riquezas, os países ACP pensam que a CEE tem o dever moral de ajudar à recuperação dessas obras e à sua adequada conservação.

As reivindicações feitas nesse sentido não foram até agora alcançado resultados de vulto.

No plano do intercâmbio universitário, há experiências que são bastante estimulantes, embora não acontece no espaço económico, os mecanismos estão dispostos para que sejam os países europeus os principais beneficiários. A fuga de cérebros do Sul para o Norte e o volume de conhecimentos adquiridos por pesquisas e estudos vão aumentando a riqueza do saber, elemento importante da hegemonia europeia.

O sonho duma Universidade CEE-ACP, sugerido por vários países africanos, reunidos no "Clube da África" não será tão cedo uma realidade. Com solicitações menos complexas têm já sido consideradas, embora sem grandes resultados palpáveis, o reconhecimento de qualificações, o apoio a projetos de pesquisa, elaborados e realizados por professores dos ACP, permuta de professores e estudantes e até a criação dum fundo especial para a cooperação universitária.

Lomé III - Edição retocada de Lomé II

As negociações que chegaram agora ao seu fim, foram influenciadas pelo chamado *Memorandum*



É de esperar um certo incremento de investimentos privados no domínio das pescas

...m da Comissão das Comunidades Europeias, na medida em que ele foi elaborado tendo em vista a nova Convenção de Lomé. Difundido em 1982, o Memorandum faz o balanço das duas décadas do desenvolvimento (1960-1970) e traça as grandes linhas em que deverá enquadrar-se a terceira Convenção de Lomé. Três orientações fundamentais a destacar: uma estratégia de desenvolvimento ao serviço do homem, integrar na Convenção novos sectores potenciais, reforçar o diálogo entre as partes em ordem a tornar mais eficazes as disposições da Convenção.

Entretanto, desde que as conversações se iniciaram a 6 e 7 de Outubro de 1983, no Luxemburgo, ficou claro que as ideias-horizonte do Memorandum e os propósitos anunciados pela CEE não tiveram força nem magia suficientes para ultrapassar as dificuldades e clivagens existentes. Pode dizer-se que Lomé III trouxe (a convenção foi assinada a 8 de Dezembro de 84, em Lomé, capital do Togo) muito poucas modificações à Convenção precedente.

Problemas de fundo como o STABEX, o acesso aos mercados da CEE, o volume de ajuda financeira, o "diálogo sobre as políticas" os direitos do homem, etc. . . , encontraram os negociadores quase sempre em posições diametralmente opostas.

Os polos de desacordo situaram-se à volta dos problemas do comércio e da ajuda. Desacordo que, antes de ser entre as partes negociadoras, se manifestou já entre os próprios países membros da CEE. Esta tensão interna à comunidade constituiu sempre o primeiro impedimento à obtenção de acordos mais conformes às necessidades dos países ACP.

Enquanto a Grã-Bretanha e a Alemanha Federal adoptaram sempre uma atitude dura sobre o montante de ajuda, insistindo sobre novos tipos de condições aplicáveis aos pagamentos do STABEX, França e a Itália mantêm a sua posição intransigente quanto ao acesso dos produtos agrícolas dos

ACP aos mercados da Europa. Igual desacordo se fez sentir quanto à proposta dos países ACP de ter acesso aos produtos agrícolas da CEE a preços inferiores aos do mercado mundial. Enquanto a França se manifestava favorável, a Grã-Bretanha bateu-se fortemente por limitar a concessão de condições vantajosas neste domínio. Embora a este respeito se tenha chegado a um acordo mínimo, o certo é que as divergências internas entre os países da CEE reduzem a política comum da Comunidade Económica Europeia face aos ACP ao mais pequeno denominador comum.

Quanto ao volume de ajuda financeira, os países ACP tinham solicitado 12 biliões de Escudos (europeus), mas dadas as pressões da Grã-Bretanha e da Alemanha Federal não se conseguiu ir além dos 8,5 o que representa em termos reais um retrocesso, embora corresponda à proposta da CEE.

Se progressos e avanços há a esperar na nova Convenção, eles situam-se preferencialmente em áreas menos importantes ou expressam-se em melhorias acidentais que não alteram elementos estruturais de qualquer dos sectores em discussão. Assim, haverá um certo progresso em matéria de investimentos privados, no domínio das pescas, na cooperação sócio-cultural, na introdução de novos produtos (poucos) no STABEX e no SYSMIN e sobretudo no acordo sobre a necessidade de estratégias alimentares mais globais e na referência aos direitos humanos que não podem ser esquecidos ou camuflados quando se fala de desenvolvimento dos povos.

Ao assinarem a Convenção de Lomé III, nenhuma das partes se dirá satisfeita com os resultados obtidos. E o Terceiro Mundo ficará a saber uma vez mais que — não obstante os méritos e a originalidade duma Convenção que permanece de pé contra ventos e marés — o seu próprio desenvolvimento nunca será uma dádiva fácil ou uma doação generosa. Terá de ser conquistado palmo a palmo numa luta árdua e solidária. (A. J. G.) ●

Melhor a teoria que a prática

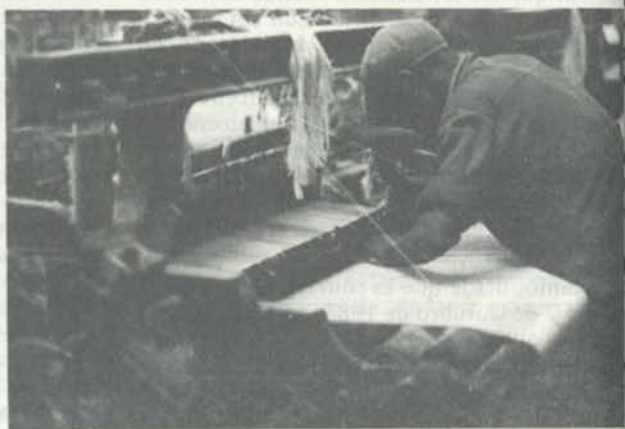
As diferentes metas procuradas pelos países em desenvolvimento e as suas antigas metrópoles na cooperação mútua tem-se reflectido como o mais importante obstáculo ao progresso da Convenção de Lomé. Entretanto, o próprio facto de se entrar na segunda década de trabalho conjunto permite alimentar esperanças quanto ao relacionamento futuro

A Convenção de Lomé, cuja recente renovação se decidiu após longas e difíceis negociações, é um acordo estabelecido entre os países da Comunidade Económica Europeia (CEE) e 65 (Moçambique aderiu recentemente) países da África, Caraíbas e Pacífico (geralmente designados por países ACP) através do qual os países membros se propõem criar um novo quadro para o relacionamento comercial, financeiro e de cooperação entre países desenvolvidos e do Terceiro Mundo.

A origem da Convenção de Lomé remonta à fundação da própria Comunidade Económica Europeia (CEE). De facto, em 1957, quatro (França, Itália, Holanda e Bélgica) dos seis países europeus que formaram a CEE eram potências coloniais, essencialmente em África. Daí que, sobretudo por pressão da França e depois de acesa polémica com outros parceiros, o Tratado de Roma consignasse no seu capítulo IV a existência de "laços privilegiados" entre a CEE e os países e territórios ultramarinos citados explicitamente no Anexo IV do Acordo, ou seja, os territórios que eram (ou tinham sido) colónias dos países membros da CEE.

De referir, porém, que para esta decisão os países africanos não foram sequer consultados. Ou seja, "os laços privilegiados" ou "particulares" com a CEE, mais do que resultado de uma negociação, foram impostos, unilateralmente, pela CEE.

Os princípios básicos consignados eram o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, o respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais e, obviamente, o aumento das trocas comerciais entre os dois grupos de países.



As metas económicas dos países africanos e europeus nem sempre coincidem e dificultam o avanço da cooperação

Um conjunto de disposições de âmbito comercial, alfandegário, financeiro e jurídico constitui o quadro daquilo que se pretendia ser um novo relacionamento entre os países africanos e a CEE. No entanto, durante os cinco anos de duração da primeira experiência associativa, poucos resultados se fizeram sentir.

Enquanto isso, os anos finais da década de 60 marcaram o momento de ruptura no continente africano. Movimentos de libertação de toda a África colonizada alcançaram independência política para os seus países. Foi assim no Gana, Senegal, Camarões, Togo, Gabão, Zaire, Costa do Marfim, Mali, Tanzânia, Zâmbia, etc. Homens como Nkrumah, Nyerere, Amílcar Cabral, Lumumba, Mobutu, Keita, Jomo Kenyatta surgem como figuras destacadas na luta pela independência e soberania dos territórios africanos da dominação colonial.

As "relações particulares" da CEE com os

s africanos, tinham que ser revistas a uma nova luz, tanto mais que os resultados obtidos até então eram praticamente nulos.

Yaoundé I e Yaoundé II

Iniciam-se então as negociações, primeiro entre os próprios membros da CEE (a República Federal da Alemanha, por exemplo, ao contrário do pretendido pela França, opunha-se à existência de "clases privilegiadas" com os países africanos) e depois entre esta e os 18 EAMA (Estados Africanos e Malgache Associados) que culminariam na assinatura da Convenção de Yaoundé, nos Camarões, em 1 de Julho de 1963. Curiosamente, e em resultado das contradições existentes entre os países da CEE, Yaoundé I só viria a entrar em vigor quase um ano depois, em 1 de Junho de 1964.

Sendo, no essencial, semelhantes aos consagrados no capítulo IV do Tratado de Roma, os objectivos da nova Convenção são, no entanto, mais vastos: independência económica dos Estados associados e, uma vez mais, o aumento das trocas destes com a CEE.

Novos instrumentos são criados: o regime recíproco de livre troca, 18 zonas de comércio livre (entre a CEE por um lado e cada um dos países associados, por outro), o FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), a aplicação da Tarifa Alfanfária Comum e a introdução de outros mecanismos institucionais. Simultaneamente, são aumentados os recursos financeiros para os EAMA.

Yaoundé I tinha a duração prevista de cinco anos e em 1968 iniciam-se negociações para a sua renovação. Uma vez mais os tempos tinham mudado: os países do Terceiro Mundo afirmavam a sua presença na cena internacional (realizam-se as Conferências das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento de 1964 e 1968 - a CNUCED - e o NCTAD na sigla inglesa - I e II, a II Conferência dos Não-Alinhados, a Tricontinental de Havana, em 1967) lutando já não apenas pela independência política mas também pela independência económica.

As negociações de Yaoundé II reflectiam, de alguma forma, estes novos tempos. Os EAMA aparecem com propostas concretas e exigem a valorização dos seus recursos de exportação, a criação de um Fundo de estabilização dos produtos tropicais, o aumento da ajuda financeira e dos investimentos produtivos europeus e um maior apoio à industrialização.

Implícita nestas negociações, a constatação do fracasso relativo de Yaoundé I. Comparados os objectivos e os resultados, pouco, de facto, se tinha conseguido.

As novas negociações viriam a ser difíceis e deploradas, mas, finalmente, em 1 de Janeiro de



A independência económica era um dos objectivos das lutas de libertação deflagradas na África nos anos 60

1971, entraria em vigor a nova Convenção (assinada em 29 de Julho de 1969, em Yaoundé). Esta nova Convenção aponta como objectivo último o desenvolvimento económico e social dos países associados. Acentuam-se as referências à cooperação comercial, técnica e financeira. Entretanto, os EAMA aumentam o número - passando a 19 - com a entrada das Maurícias.

Durante a vigência de Yaoundé II (1971-1975) e face à relativa frustração do chamado diálogo Norte-Sul, ganha força entre os países do Terceiro Mundo a ideia de "contar com as próprias forças".

Entretanto, a adesão da Grã-Bretanha à CEE, em 1973, trazia implícita a necessidade de renegociar Yaoundé II face a uma nova realidade: os países associados passariam a ser 46 já que eram integrados os países do *Commonwealth*, com os quais a Grã-Bretanha mantinha laços privilegiados.

Lomé I (1975-79)

Nas negociações mantidas antes de ser consagrado o texto definitivo da Convenção de Lomé I, cada um dos blocos - CEE e ACP (países da África, Caraíbas e Pacífico) - teve que fazer cedências em relação às propostas que haviam avançado inicialmente. No entanto, em termos genéricos pode afirmar-se que Lomé I, assinada em 28 de Fevereiro de

1975, consagra aspectos inovadores (pelo menos teoricamente) nas relações entre 9 países industrializados (CEE) e 46 países em vias de desenvolvimento (ACP).

Entre esses aspectos inovadores haverá a destacar: — O STABEX (*ver caixa*): é criado um sistema de estabilização das receitas de exportação (STABEX) através do qual se pretende minorar os efeitos das variações conjunturais do preço de 12 produtos de exportação dos ACP, nomeadamente, as bananas, café, amendoim, cacau, coco, madeiras, algodão, peles e couros, óleo de palma, chá, sisal e minério de ferro. Tratava-se sobretudo de garantir as receitas de exportação, mais do que os preços.

Segundo este mecanismo, a queda das receitas abaixo de determinado nível implica a concessão de empréstimos, sem juros, aos países exportadores e, no que se refere aos 24 PMA (Países Menos Avançados) esse apoio assume a forma de donativo.

— A *Cooperação Comercial*: o princípio da reciprocidade, vigente na Convenção de Yaoundé, é abandonado. Ou seja, enquanto que os produtos

ACP entram livremente na CEE, o mesmo não passa com os produtos da CEE nos países da África, Caraíbas e Pacífico.

É aprovada a disposição segundo a qual os países membros da Comunidade Económica Europeia, isentos de direitos alfandegários e sem serem aplicadas restrições quantitativas.

Estabelece-se também o apoio por parte da CEE às acções de promoção comercial dos países ACP.

Por outro lado, são definidas novas "regras de origem" que facilitam o acesso de certos produtos ACP aos mercados da CEE.



O STABEX visa garantir as receitas de exportação

O que é o STABEX

□ O sistema de estabilização das receitas de exportação conhecido geralmente por STABEX, foi criado em 1975 por ocasião da I Convenção de Lomé. Esta proposta de Claude Cheysson (então Comissário da CEE e hoje ministro dos Negócios Estrangeiros francês) permitiu desbloquear uma negociação que estava ameaçada e tornou a Convenção atractiva para os novos países que pela primeira vez tomavam parte nela.

Elemento inovador, o STABEX garante por contrato aos países ACP, produtores de matérias primas, um mínimo de receitas em caso de flutuação dos preços ou de quebras de produção. Ele abrange actualmente 44 produtos e subprodutos (do café e do cacau ao sisal e ao amendoim).

Para que o STABEX seja aplicado é necessário que coexistam duas condições:

1 — que o produto considerado tenha representado no ano precedente 6,5% das exportações totais do país (2% para Países Menos Avançados: PMA);

2 — que as flutuações/quebra atingiam pelo menos 6,5% (2% para os Menos Avançados) em relação à média das receitas de exportação para a CEE no decurso dos quatro anos precedentes.

Nestas condições, o STABEX só diz respeito às exportações em direcção à Comunidade. Apenas a 11 países ACP o STABEX é aplicado quer que seja o destino das suas exportações. Desde 1982, as trocas comerciais entre países ACP podem beneficiar dos fundos do STABEX.

Os fundos concedidos tomam geralmente a forma de empréstimos sem lucros, reembolsáveis quando os países aumentarem as suas receitas de exportação. Entretanto, aos países mais pobres não se exigem reembolsos: é uma doação da comunidade.

O funcionamento do STABEX supõe uma contribuição financeira dos dez países da Comunidade definida de tal modo que uma vez esgotada não é possível que o STABEX responda a novos pedidos.

Para Lomé I, essa contribuição foi de 382 milhões de *ecu* (ou escudo europeu), elevando-se para 557 milhões para Lomé II. No decurso da primeira Convenção a doação foi suficiente para cobrir as necessidades manifestadas. Mas, desde 1980 sobretudo por causa da baixa dos preços do cacau e do café, houve um défice de 123 milhões naquele ano e de 341 milhões em 1981.

Promover a industrialização dos países ACP é um dos pontos da plataforma de trabalho de Lomé



— *A Cooperação Industrial:* é dado grande destaque à necessidade de promover a industrialização dos países ACP, tendo sido criado, com esse objectivo, em 1977, o Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI), que promove contactos entre a CEE e os ACP com vista à concretização de projectos industriais nestes últimos países. Desenvolver e diversificar a produção industrial dos países ACP e promover a cooperação industrial é outro objectivo deste novo organismo.

— *O Acordo do Açúcar:* foi constituído um regime particular no que respeita às importações pela CEE de açúcar a preços garantidos.

— *Ajuda financeira:* foi aumentado o montante atribuído da CEE aos países envolvidos na Convenção de 581,2 milhões de escudos europeus (*ecu*)¹ em 1957, para 3.390 milhões de *ecu*. O FED reforça o seu papel no financiamento aos projectos dos países ACP, funcionando em colaboração com o BEI (Banco Europeu de Investimentos) e outros organismos, como o Banco Mundial.

A cooperação financeira define-se através de programas indicativos aprovados por ambas as partes com base em propostas dos países ACP.

— *O carácter global do acordo:* pela primeira vez na história do relacionamento Norte-Sul foi estabelecido um Acordo Global de cooperação nas áreas comercial, financeira, técnica e jurídica. Trata-se do reconhecimento das legítimas reivindicações dos países do Terceiro Mundo no sentido de uma cooperação com as nações desenvolvidas se-

ja um instrumento global de progresso e desenvolvimento e não, como vinha sendo, um instrumento de dominação e reforço da dependência. O desenvolvimento não é uma questão meramente económica ou financeira. Há uma diversidade de aspectos que se têm de conjugar coerentemente a favor de uma política que leve à diminuição das desigualdades na ordem mundial estabelecida.

A Convenção de Lomé aparecia pois como uma vitória dos países do Terceiro Mundo, que viam contempladas algumas das suas justas reivindicações no relacionamento com a Comunidade Económica Europeia.

No entanto, passados os cinco anos da sua vigência, a euforia inicial foi substituída por um sentimento generalizado de desencanto: os países em desenvolvimento afirmavam o seu descontentamento face aos resultados alcançados. De facto, os objectivos propostos estavam longe de ter sido atingidos e os instrumentos criados mostravam-se manifestamente insuficientes para implementar uma política de cooperação justa e eficaz.

A distância que separava o texto da Convenção dos resultados obtidos era a prova da correlação de forças a nível mundial: em última instância, os países da CEE procuravam manter com o mínimo de cedências o estatuto de verdadeiros beneficiários do subdesenvolvimento dos ACP.

Lomé II (1980-85)

Foi, pois, num evidente clima de pessimismo que, em 1979, se iniciaram as negociações de Lo-

¹ O escudo europeu (*ecu*) apresentou, em 1981, o valor de 166,63 dólares.

mé II, que entraria em vigor em 1 de Março de 1980 e expirará em 28 de Março de 1985.

As difíceis negociações de Lomé II prolongam-se por cerca de 15 meses dados os interesses divergentes dos dois grupos de países. O comércio bilateral crescerá, mas só no sentido CEE-ACP; a deterioração dos termos de troca acentuara-se; o aumento do endividamento externo dos países da África, Caraíbas e Pacífico é sensível; a transferência de tecnologia para os ACP é mínima. Os objectivos de Lomé I quedavam-se apenas pelo texto da Convenção. Daí que Lomé tenha sido negociada com maior dureza de parte a parte mas, simultaneamente, com maior pragmatismo: a crise da economia capitalista fazia sentir os seus efeitos nas economias dos países industrializados e, mais ainda, nas dos países em desenvolvimento.

Os ACP apresentam-se nas negociações evidenciando uma forte unidade e solidariedade. No entanto, mais do que "inovações" e promessas os ACP defendiam um aperfeiçoamento e aplicação efectivos dos mecanismos e instrumentos estabelecidos em Lomé I. No essencial, pode afirmar-se que Lomé II vem dar continuidade a Lomé I.

O que foi acordado em Lomé II

Uma vez mais a grande novidade e talvez o aspecto mais positivo da Convenção residia na sua natureza "global". Lomé II consagraria alguns aspectos que não são contemplados em nenhuma ou-



Apesar dos esforços, a transferência de tecnologia para os países ACP é mínima

tra instância de diálogo Norte-Sul.

No que se refere à *cooperação comercial*, II reafirma a abertura do mercado da CEE aos produtos dos países ACP e alarga o âmbito desta

As instituições da Convenção de Lomé

□ O Conselho de Ministros ACP-CEE — é composto por 10 membros do Conselho de Ministros das Comunidades, 13 membros da Comissão das Comunidades, um membro do governo de cada um dos ACP e um representante do BEI (Banco Europeu de Investimentos).

O Conselho de Ministros ACP-CEE pode deliberar na presença de pelo menos metade dos membros do Conselho das Comunidades, um membro da Comissão Europeia e dois terços dos representantes ACP.

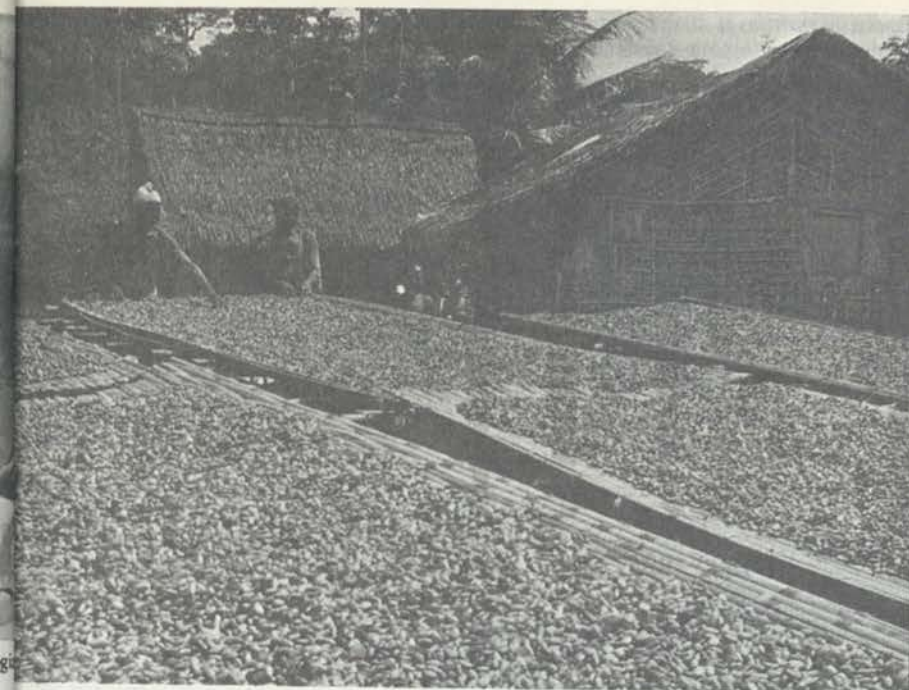
Cabe ao Conselho de Ministros a definição das grandes orientações para a aplicação da Convenção; examinar resultados, formular resoluções e recomendações, assegurar os contactos e consultas entre os agentes económicos e sociais dos países ACP e CEE.

O Comitê dos Embaixadores — compõe-se um representante de cada Estado ACP, um representante da Comissão Europeia e um representante de cada Estado da CEE.

Este Comitê, que se reúne pelo menos uma vez em cada seis meses, tem por objectivo assessorar o Conselho de Ministros e realizar as tarefas que este órgão lhe determinar. Examina a realização da Convenção e presta contas da sua actividade.

O presidente do Comitê dos Embaixadores, rotativamente, um representante de um Estado ACP e um representante de um Estado da CEE.

Assembleia Consultiva — é composta na mesma paridade de membros do parlamento europeu e de membros dos parlamentos (ou representantes do governo) dos países ACP. Esta Assembleia que se reúne pelo menos uma vez por ano, em função de propostas apresentadas por um Comitê Paritário. O Conselho de Ministros apresenta, anualmente, à Assembleia Consultiva, um relatório de actividades. Por sua vez este órgão pode propor medidas e iniciativas tendentes a forçar a cooperação entre os ACP e a CEE.



Na nova Convenção está explicitamente consagrado um maior apoio da CEE ao sector agrícola dos países africanos, que ocupa mais de 80% da sua população

ra: o tomate do Senegal, as cebolas de Cabo Verde ou a carne do Botswana passam (pelo menos parcialmente) a ter livre acesso aos mercados da CEE, ao mesmo tempo que se consagram algumas medidas de promoção dos produtos ACP no mercado da CEE. Ainda nesta área, O STABEX, a grande "novidade" de Lomé I vê aumentados os seus recursos e alargado o número de produtos abrangidos (de 34 passam a 44). Da mesma forma são aperfeiçoadas as condições de financiamento do tema.

Quanto à *cooperação no sector mineiro*, para além das disposições que visam aumentar e moderar a produção mineira dos ACP, é criado o SYSMIN. De facto, uma das críticas ao STABEX reside precisamente na sua limitação ao âmbito dos produtos agrícolas e seus subproductos. O SYSMIN vem garantir as receitas dos países ACP exportadores de cobre, fosfatos, cobalto, manganésio, bauxite, estanho, alumínio e minério de ferro. O sistema, dotado com cerca de 370 milhões de dólares, intervirá quando as exportações de um determinado país descenderem abaixo dos 50% e desde que nos quatro anos imediatamente anteriores tenha sido essa a percentagem mínima de exportação. Por outro lado, caso se preveja uma diminuição sensível (pelo menos 10%) das exportações de um dos produtos cobertos para os países da CEE, o país produtor pode recorrer a financiamentos da CEE para recuperar o nível de produção/exportação anterior.



O SYSMIN foi, sem dúvida, a grande inovação de Lomé II.

Outra novidade refere-se à *cooperação agrícola*: ligeiramente abordada em Lomé I, na nova Convenção é explicitamente consagrado um maior apoio da CEE ao sector agrícola dos ACP (que ocupa entre 80 a 90% da população activa destes países). Assim, é prevista a criação de um Centro Técnico de Cooperação Agrícola e dado maior ênfase à realização dos chamados "micro-projectos".

No âmbito da *cooperação industrial* é decidido dotar o Centro de Desenvolvimento Industrial (CDI) de recursos financeiros adicionais. O objectivo é possibilitar a criação de pequenas e médias unidades industriais ACP ao mesmo tempo que a

CEE se compromete a promover o investimento público e privado dos seus países na industrialização dos ACP.

Também a *cooperação energética* vai ser incentivada, nomeadamente através do apoio da CEE à exploração de energias alternativas dos ACP (energia eólica e solar, sobretudo).

No âmbito da *cooperação técnica e financeira* é acordado o aumento dos recursos postos à disposição dos ACP nos diferentes instrumentos de financiamento (*ver quadro*). De 3.466 milhões de *ecu*, previstos em Lomé I, passa-se para 5.607 milhões. Aqui, ainda e tendo em conta a inflação e o aumento da população, o aumento verificado fica muito aquém do pretendido pelos países ACP, que reivindicam ainda maior autonomia na gestão e aplicação destes recursos, o que só parcialmente virão a conseguir.

Também a *cooperação regional* é incentivada através da criação de um fundo próprio. Procura-se promover essa cooperação especialmente em determinados sectores como os transportes, comunicações, investigação e formação.

De salientar a especial atenção dada em Lomé II aos chamados Países Menos Avançados (PMA) que beneficiam de condições especiais de acesso aos diferentes fundos e instrumentos da Convenção. Países como a Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Tanzania beneficiam deste estatuto que prevê, nomeadamente, que muitos dos financiamentos feitos pela CEE sejam transformados em donativos (*ver entrevista com José Brito, secre-*

tário de Estado da Cooperação e Planeamento de Cabo Verde).

Ainda uma referência a outra inovação: a *cooperação no sector das pescas*. Com excelentes potencialidades para um grande número de países. Esse sector no entanto, pouco explorado (a Guiné-Bissau e Cabo Verde exploram 45 e 20% dos cursos disponíveis, respectivamente). Por isso foram introduzidas algumas medidas visando promover a cooperação da Comunidade Económica Europeia no desenvolvimento das pescas nos países ACP.

Finalmente, Lomé II definiu um determinado quadro institucional para o seu funcionamento. Para além das instituições referidas, existem no funcionamento numerosas comissões técnicas que elaboram estudos e propostas para as diferentes questões a debater entre CEE e ACP.

Passados que são cinco anos da sua vigência quando se acabam de concluir as negociações de Lomé III uma pergunta, inevitavelmente, se coloca: que balanço fazer da Convenção de Lomé?

Será um mero instrumento de dominação dos países ricos europeus sobre os países pobres, defendem alguns? Ou será a melhor e mais adequada forma de cooperação Norte-Sul, como defendem outros? Ou será antes um espaço de diálogo e também de confrontação — entre países ricos e países pobres, com interesses divergentes e muitas vezes opostos, mas que apesar de tudo reconhecem a utilidade do diálogo e negociação?

A resposta não é fácil.

Instrumentos de financiamento

	1º FED		Yaoundé I		Yaoundé II		Lomé I		Lomé II	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subvenções	581,25	100	620	93	748	90	2.155	70	2.928	100
Empréstimos Especiais	—	—	46	7	80	10	444	14	504	17
Capital de Risco	—	—	—	—	—	—	94	3	280	9
STABEX	—	—	—	—	—	—	382	13	550	18
SYSMIN	—	—	—	—	—	—	—	—	280	9
Total FED	581,25	100	666	100	828	100	3.075	100	4.542	100
BEI										
Empréstimos Ordinários	—	—	64	—	90	—	390	—	685	—
Empréstimos Extraconvenção	—	—	—	—	—	—	—	—	200	—
— Projectos Mineiros —	—	—	—	—	—	—	—	—	200	—
Total (FED+BEI)	581,25	—	730	—	918	—	3.465	—	5.427	—

* ECU em escudos europeus ou unidades de conta em 1981 — 1 ECU = 1 US dolar.

Fontes: *Note Information Comision des Communautés Européennes* — Bruxelas, Outubro, 1979.

La Convention de Lomé — amorce d'un nouvel ordre économique international ROY, M. D. — La Documentation Française, Paris, 1976.

“O único forum do diálogo Norte-Sul”

O secretário de Estado da Cooperação e Planeamento de Cabo Verde, José Brito, define as expectativas do seu país em relação à convenção de Lomé III e ao relacionamento com o mundo industrializado:

Que balanço faz da adesão de Cabo Verde à Convenção de Lomé? Até que ponto as expectativas subjacentes à adesão viriam a ser frustradas?

— Fazer um balanço é avaliar o que se esperava com a nossa adesão à Convenção de Lomé. Cabo Verde — país classificado no grupo dos países menos avançados (PMA), recentemente independente e vítima de uma seca prolongada — dispõe de fraca capacidade produtiva virada para a exportação. Consequentemente, tem necessidade de ajuda externa.

No quadro da Lomé II, Cabo Verde recebeu uma ajuda financeira do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) de aproximadamente 17 milhões de unidades de conta (ECU), um empréstimo do Banco Europeu de Investimentos (BEI) de cerca de 3,5 milhões de ECU e uma ajuda alimentar regular avaliada em cerca de 4 milhões de ECU por ano.

Há que constatar, porém, que, atendendo às características próprias de Cabo Verde, o nosso país não tem podido aproveitar plenamente todas as possibilidades de cooperação que se oferecem aos países ACP. Pensamos nomeadamente nos aspectos da cooperação comercial, aproveitamento do STABEX, cooperação regional, etc...

Europa: uma crise de identidade

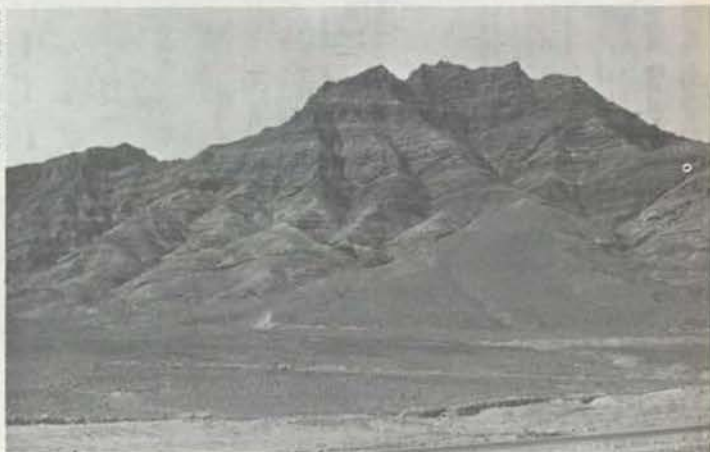
Em sua opinião, de que forma decorreram as negociações entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e os países ACP com vista à assinatura de uma nova convenção, baptizada já por Lomé III?

— Também aí para se avaliar os resultados tem de se situar o momento. Encontramo-nos numa si-

tuação de crise económica internacional que atinge as duas partes negociadoras — os ACP e a CEE. Por outro lado, pensamos que, neste momento, existe na Europa uma crise de identidade que leva a que se coloquem determinadas questões, como por exemplo: qual é o futuro da Europa? Que papel deve ela desempenhar na cena internacional? Como ultrapassar ou, pelo menos, minimizar a dependência em relação aos Estados Unidos da América no domínio da Defesa? Como superar o desinteresse das populações europeias para com a Comunidade? Como conciliar os interesses a longo prazo da Europa em África, com os problemas conjunturais de política económica e orçamental que se traduzem por uma redução da ajuda pública ao desenvolvimento?

Por outro lado, os países ACP — mais atingidos

Carlos Pinto Santos



“Cabo Verde, classificado no grupo dos países menos avançados, dispõe de fraca capacidade produtiva”, afirma José Brito, secretário de Estado da Cooperação (foto ao lado)

pela crise do que os europeus —, estão neste momento obrigados a fazer uma gestão económica a curto prazo para fazer face aos efeitos imediatos da crise.



Estaleiros do Mindelo, Cabo Verde: "o país não tem podido aproveitar todas as chances de cooperação"

Carlos Pinto Santos

Tendo em conta este pano de fundo, pouco propícia à conciliação a longo prazo dos interesses das duas partes, devemos reconhecer, contudo, que as negociações de Lomé III constituem o único fórum de diálogo Norte-Sul existente e que funciona regularmente. Daí a sua importância e utilidade, mesmo se não podemos esperar uma mudança significativa em relação à Lomé II.

Mudanças estruturais

Em seu entender, quais as principais garantias que os países ACP – e particularmente os africanos – gostariam de ver consagradas na nova Convenção?

– Sem mudanças estruturais entre Lomé II e Lomé III não prevemos que haja mudança da tendência actual, que é a do aprofundamento do desequilíbrio das trocas existentes entre os países ACP e a CEE, sobretudo se esta mantiver a sua posição no tocante à Cooperação Comercial.

Acredita que o alargamento da Comunidade Económica Europeia à Espanha e a Portugal – fala-se mesmo em 1 de Janeiro de 1986 como data provável de entrada dos dois países ibéricos – poderia trazer alguns reflexos positivos ao relacionamento entre a CEE e os ACP?

– Do que sabemos das negociações em curso para a adesão de Portugal e Espanha à CEE, pensamos que estes dois países estarão mais preocupados, nos primeiros anos, com as reformas estruturais necessárias à sua integração e adaptação à CEE

do que com o reforço da capacidade de negociação do Terceiro Mundo.

Por outro lado, não devemos esquecer as tuas divergências de interesses destes dois com os países ACP no tocante ao acesso de determinados produtos aos mercados europeus.

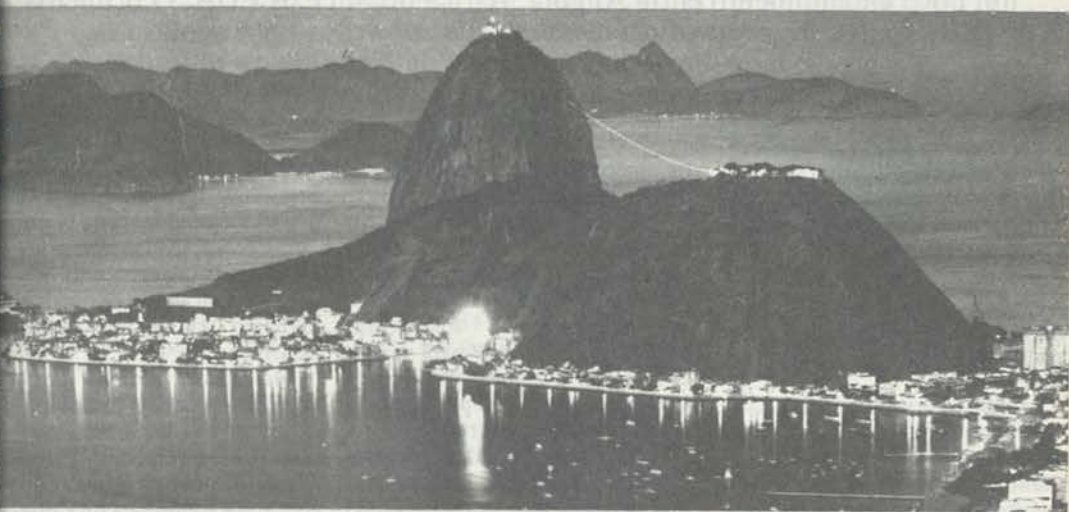
CEE: a adesão de Portugal

Os sucessivos governos portugueses têm afirmado que a possível adesão do país à CEE em nada poderia prejudicar o seu relacionamento comercial, nomeadamente com os países de expressão portuguesa. Pelo contrário, afirma-se que a adesão poderá até beneficiar esse relacionamento nomeadamente através da utilização de esquemas tripartidos de cooperação, onde os países do continente desenvolvido entrariam com o financiamento e os países africanos com os projectos e Portugal com as tecnologias apropriadas que julga possuir para os casos. Acha este quadro realista?

– Pelo facto de Portugal representar ainda uma percentagem importante das trocas dos países africanos ACP de expressão oficial portuguesa, pensamos que a sua adesão à CEE pode constituir uma vantagem recíproca que se pode aprofundar.

Além disso, a presença nos órgãos de decisão da CEE dum parceiro que conhece bem a nossa realidade pode ser em si um factor positivo. Na prática, contudo, isto dependerá da capacidade de uma das partes de defender os seus interesses com espírito de respeito pela independência e de uma relação mutuamente vantajosa.

Benvindos ao Rio



O Governo do Estado do Rio de Janeiro expressa sua satisfação pela vinda à nossa terra das irmãs e irmãos africanos.

Nosso povo aguarda sua visita para compartilharmos juntos das belezas naturais do Rio, das praias, das serras, da vida cultural e artística, do samba e dos Shoppings de nossa cidade onde poderá ser encontrado o que de mais moderno produz a indústria brasileira. Em sua temporada no Rio de Janeiro, em caso de se fazer necessário, os africanos terão à sua disposição serviços de informações turísticas e de assistência ao turista, nos seguintes locais:

Serviço Oficial de Atendimento Turístico
Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro
Telefones - 398-4073 e 398-4077

Hospital Miguel Couto
Rua Mário Ribeiro — Jardim Botânico
Telefone: 274-6050

4ª Delegacia Policial — Sala do Turista
Rua Humberto de Campos, 315 — Leblon
Tel: 259-7048

RIOTUR

Central de Informações Turísticas
Telefone: 580-8000, ramal 111

Flumitur

Central de Informações Turísticas
Telefones: 252-4512 e 221-8422, ramal 18 ou 24

África

Angola

As negociações com Washington e Pretória

Desde o início de Novembro, cresceram na ONU rumores sobre um novo entendimento entre Angola, África do Sul e os EUA. O primeiro país a divulgar oficialmente as suas posições foi Angola.

As propostas sobre a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas são reproduzidas abaixo na íntegra

É o seguinte o teor da carta do Presidente José Eduardo dos Santos, entregue ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, no dia 20 de Novembro, pelo embaixador angolano na ONU, Elísio de Figueiredo.

Senhor Secretário-Geral:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para informá-lo dos passos que o governo da República Popular tem dado com o objectivo essencial de garantir a independência da Namíbia, através da plena aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU: conseguir a retirada das forças sul-africanas do sul do território de Angola, obter garantias internacionais para a sua segurança, independência e integridade territorial e contribuir para o estabelecimento de uma paz duradoura na África Austral.

Como afirmei publicamente em 26 de Agosto de 1983, por ocasião da vossa memorável visita a Luanda, a RPA tem manifestado a sua intenção firme de colaborar na busca de uma solução adequada para o problema da Namíbia, dando assim um primeiro e importante passo para o estabelecimento da paz justa e duradoura que almejamos para

os nossos povos e para a comunidade internacional.

Ao ratificar a decisão do povo e do governo de Angola em continuar a luta contra os invasores racistas, reiterarei a nossa vontade de continuarmos a realizar acções diplomáticas para a procura de uma solução justa e reafirmei as seguintes posições do nosso partido e governo:

1) retirada imediata e incondicional das forças sul-africanas que ocupam uma parte do nosso território;

2) aplicação imediata da Re-

solução 435/78 do Conselho de Segurança que conduza à plena

deira independência da Namíbia;

3) cessação das agressões africanas contra Angola;

4) cessação de todo o apoio logístico aos bandos fanto-

da Unita. Baseados nestas posições algumas das quais já tinham sido expostas na declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola e da República de Cuba em 4 de Fevereiro de 1982, e que estão integralmente inseridas



O Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos

declaração conjunta de 19 de março de 1984 dos governos de ambos os países, realizámos contactos e conversações directas e indirectas com os representantes dos governos dos Estados Unidos da América e da África do Sul, com o fim de atingir os objectivos acima mencionados.

Estas posições de princípio que Angola expõe, rejeitam categoricamente, como têm feito quase todos os governos do mundo e a opinião pública internacional, o chamado *linkage*, que pretende fazer depender a aplicação da Resolução 435/78 para a independência da Namíbia, da retirada prévia ou paralela do contingente militar cubano, lealmente presente na RPA a pedido do seu governo e sob protecção do artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

plataforma mínima¹

Contrariamente, à aplicação da Resolução 435/78 e com ela a independência da Namíbia, constitui um factor fundamental que, associado à cessação das agressões e ameaças directas ou indirectas contra Angola e de ajuda partir do exterior aos grupos bandidos, possibilitaria condições adequadas à nossa segurança e consequentemente à retirada progressiva das tropas internacionalistas cubanas de Angola, tal como foi expresso com toda a precisão nas já mencionadas declarações conjuntas de Cuba e Angola, em Fevereiro de 1982 e Março de 1984.

No decorrer das nossas conversações com representantes dos Estados Unidos, a 6 e 7 de Setembro, em Lusaka, apresentámos uma plataforma para as negociações, para ser transmitida ao governo da África do Sul, contendo cinco pontos. Trans-

crevo, textualmente, a referida plataforma apresentada pela República Popular de Angola:

1) finalização do processo da retirada das forças sul-africanas do território da República Popular de Angola e controlo por parte das FAPLA das fronteiras estatais de Angola;

2) declaração solene da República da África do Sul em que aí se comprometa a acatar e a contribuir para a implementação da Resolução 435/78 das Nações Unidas para a independência da Namíbia;

3) acordo de cessar fogo entre a República da África do Sul e a SWAPO;

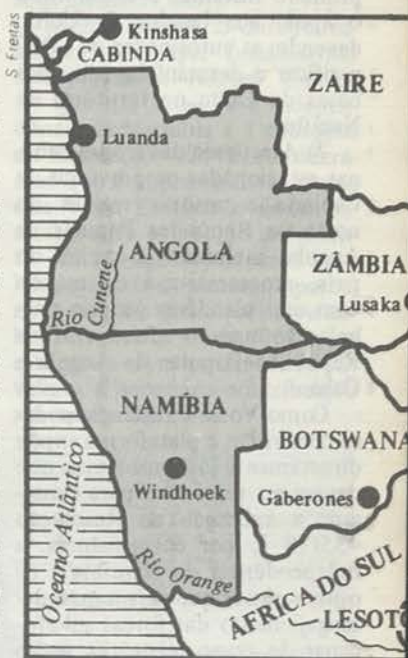
4) declaração do governo da República Popular de Angola reiterando a sua decisão, acordada com o governo de Cuba, de proceder ao início da retirada do contingente internacionalista cubano tão somente quando esteja em marcha a implementação da Resolução 435/78;

5) assinar, nos parâmetros do Conselho de Segurança da ONU, tendo esse organismo como garante, um acordo internacional entre os governos da República Popular de Angola, República da África do Sul, República de Cuba e a representação da SWAPO, no qual se definam os respectivos compromissos para conseguir o acesso da Namíbia à independência, e as garantias para a segurança e integridade territorial da República Popular de Angola e a paz duradoura no sudoeste africano.

Este acordo contemplaria:

1) Implantadas que estejam as tropas da ONU na Namíbia e aí estabelecidas as autoridades desse organismo no período para isso fixado, a República da África do Sul retiraria completamente as suas forças armadas da Namíbia, retirando em primeiro lugar a força aérea e as unidades na fronteira com Angola, cujo controlo ficaria de imediato sob res-

ponsabilidade das tropas das Nações Unidas.



2) Logo que do território da Namíbia, se tenham retirado completamente a força aérea e permaneçam somente mil e quinhentos soldados de infantaria das tropas sul-africanas, Angola e Cuba procederiam à retirada de cinco mil internacionalistas cubanos da agrupação de tropas do sul, como um gesto de boa vontade.

3) As tropas cubanas não realizariam nenhum tipo de desdobramento de unidades militares ou qualquer tipo de manobras ao sul do paralelo 16.

4) Quanto ao resto dos efectivos cubanos da agrupação de tropas do sul, será retirada para Cuba num período máximo de três anos.

5) Se for constatada qualquer agressão ou ameaça iminente de agressão a Angola por parte da República da África do Sul, será suspenso ou anulado todo o acordo.

¹N. da R. — Os intertítulos são da nossa responsabilidade

Documento

6) A República da África do Sul comprometer-se-á, desde o primeiro instante, a cessar todo o apoio aos bandos da Unita, devendo as autoridades da ONU verificar o desmantelamento das bases da Unita no território da Namíbia.

7) A retirada das tropas cubanas estacionadas na província de Cabinda e noutras regiões do norte da República Popular de Angola, incluindo a capital do país, programar-se-á de acordo com um calendário próprio estabelecido para o efeito entre a República Popular de Angola e Cuba.

Como Vossa Excelência poderá confirmar, a plataforma expõe directamente os problemas que devem ser resolvidos para conseguir a aplicação da Resolução 435/78 e, por consequência, a independência da Namíbia e os outros passos que garantam o desengajamento das forças sul-africanas do nosso território, assim como o estabelecimento da paz duradoura na região, o que criaria as condições necessárias para proceder ao desenvolvimento das tropas internacionalistas cubanas do sul de Angola. Tudo isso, é claro, no quadro de um acordo internacional, subscrito por todas as partes interessadas, tendo como garante o Conselho de Segurança da ONU.

Texto complementar

Posteriormente e como prova da seriedade com que Angola leva a efeito as negociações, apresentámos, a 9 de Outubro passado, um texto complementar à plataforma que exprime com rigor e exactidão as nossas propostas no que diz respeito ao pessoal militar cubano.

O documento exprime textualmente:

A República Popular de Angola e a República de Cuba, no uso dos seus direitos soberanos

e no quadro do artigo 51 da Carta das Nações Unidas, concordaram em proceder da seguinte maneira a respeito do contingente internacionalista das tropas cubanas, desde que fossem aceites, executados e respeitados os pontos formulados na plataforma da RPA para um acordo internacional para a independência, segurança e a paz no sudoeste da África (Angola e Namíbia):

A) Sobre o agrupamento das tropas cubanas no sul de Angola (ATS).

1) Dentro de 24 meses, contados a partir da entrada do contingente das tropas da ONU na Namíbia para a aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança, serão retirados os 15 mil efectivos da actual linha que defendem no sul de Angola, Namibe-Lubango-Matala-Jamba-Menongue, da seguinte maneira:

— A partir da 16ª semana, num prazo de quatro meses, cinco mil efectivos.

— A partir do 12º mês e até o 16º, mais outros cinco mil efectivos.

— A partir do 20º mês até o 24º, cinco mil efectivos adicionais.

Durante esse período as tropas cubanas não ultrapassariam em momento algum o paralelo 16, a 160 km da fronteira com a Namíbia e a 1.360 km do rio Orange.

2) As restantes tropas da ATS, constituídas por outros cinco mil homens, aproximadamente, situados na retaguarda da mencionada linha, serão retiradas entre 32 e 36 meses. Essas tropas, durante esse terceiro ano, não ultrapassariam em momento algum o paralelo 13, a mais de 500 km da fronteira terrestre com a Namíbia e a 1.700 km do rio Orange. Isto é, a partir do 24º mês, nenhuma unidade da ATS ultrapassará o paralelo 13. Desta maneira, em 36 meses retirar-se-iam aproximadamente 20 mil ho-

mens do total de tropas cubanas em Angola.

B) Sobre o resto das tropas cubanas em Angola.

1) O resto das tropas cubanas que não tenham nada a ver com a defesa do sul do país, não terá relação directa com a Namíbia e a África do Sul, tal como se indica no ponto 5-VII da plataforma, seriam retiradas de Angola segundo um calendário independente que a RPA e Cuba acordarão oportunamente. Essa retirada também não ultrapassará em momento algum o paralelo 13.

Angola e Cuba estabelecerão datas indicadas para as AT e os limites máximos da sua permanência em Angola, tendo o direito de encurtar esses prazos a segurança e a integridade territorial o permitirem. Dentro do mesmo espírito, ambos os países nos fazendo uso das suas prerrogativas de soberania, determinarão o momento e os prazos para a retirada das tropas e a segurança de Angola e da Namíbia totalmente garantidas.

2) Uma parte dessas tropas estão situadas em Cabinda (1.350 km da fronteira fluvial (rio Cunene) com a Namíbia) afastada do resto do território da RPA por uma faixa de terreno zaireense e pelo rio Orange. Cabinda está situada a 2.550 km do rio Orange.

Outra parte dessa força estaria em Luanda e nos seus arredores (Bengo, Kuanza Norte). Esta é a retaguarda de Cabinda visto que só aqui poderiam atuar-se as forças aéreas e marítimas capazes de acudir a Cabinda em caso de agressão, bem como as forças terrestres que são transportadas por meios aéreos. Luanda está situada a 1.100 km da fronteira fluvial (rio Cunene) com a Namíbia e a 200 km do rio Orange. Outras unidades poderiam estar situadas

provincias do norte e do leste e alguns pontos estratégicos ao longo do paralelo 13, que garantem as comunicações e o abastecimento a essas provincias.

3) Isto é, o resto das forças armadas situadas muito longe da fronteira sul e a sua missão junto à FAPLA é a de defender a integridade territorial da RPA perante uma agressão ao norte e nordeste e de maneira especial contra Cabinda, como já aconteceu.

4) A RPA não tem recursos humanos organizados e com nível cultural requerido, nem recursos materiais e financeiros disponíveis para travar uma guerra contra os bandos da Unita e outras organizações fantoches e base simultaneamente substituir as tropas e armamento cubano nos pontos estratégicos do sul, centro e norte do país. Angola tem que priorizar a luta contra os bandos que, apoiados, treinados e equipados a partir do exterior, têm causado e continuam a causar consideráveis perdas humanas e económicas aos seus.

Por outro lado, e se nas futuras negociações se chegar a um acordo, teria que substituir em apenas 36 meses o potencial humano e equipamentos da preparação de tropas cubanas no sul e responsabilizar-se pelas instalações e posições ocupadas pelas mesmas. É por isso que só depois de realizada esta substituição e garantida a paz e a ordem interna, Angola poderia assumir por si própria as tarefas que, para a segurança e integridade do país, cumpre o resto do pessoal militar cubano.

Esforço e o realismo

Isto exige tempo, consideráveis recursos e um extraordinário esforço de preparação de quadros e de pessoal técnico. Exigir-se mais ao nosso jovem

Estado, depois de cinco séculos de colonialismo, 14 anos de luta pela independência e quase dez anos combatendo a agressão estrangeira e a subversão organizada do exterior, reflectiria uma falta de realismo e falta de consideração para com o nosso povo.

Angola tem dado provas de boa vontade e seriedade na busca da paz. Angola não pode fazer concessões que constituiriam um suicídio para a sua integridade nacional e para o seu processo político e social e esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus melhores filhos.

Angola, senhor Secretário-Geral, tem dado provas da sua von-

cial, ou esquecer o sacrifício que fizeram dezenas de milhares dos seus melhores filhos.

Senhor Secretário-Geral, conscientes do papel fundamental que jogam as Nações Unidas, no que diz respeito à independência da Namíbia e à aplicação da Resolução 435/78, consideramos que é imprescindível não só que Vossa Excelência tenha conhecimento exacto do andamento destas negociações, mas também que, num momento oportuno e não distante, participe delas o vosso representante para que possa oferecer também a sua valiosa e necessária contribuição aos nossos esforços.



A prioridade de Angola é acabar com o terror e a sabotagem da UNITA

tade e de seriedade na procura da paz, mas não poderia aceitar um arranjo que não tivesse em conta os critérios aqui expostos ou que não respondesse plena e satisfatoriamente à totalidade das questões ligadas à rápida independência da Namíbia, ao desengajamento das tropas sul-africanas do nosso território e à cessação de toda ajuda externa aos bandos fantoches da Unita.

Por outras palavras e reiterando o expresso no final do texto complementar, não é possível, nem exigir, nem esperar de Angola, concessões que constituiriam um suicídio para a sua integridade nacional, para o seu desenvolvimento político e so-

cial. Em último lugar, desejo expressar-lhe, senhor Secretário-Geral, que Angola realizou estas negociações em estreita coordenação com Cuba e conta com todo o seu apoio. Por outro lado, a direcção da SWAPO tem sido informada sobre a evolução dos mesmos.

Peço a Vossa Excelência que faça circular a presente, como documento oficial da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança. Aceite senhor Secretário-Geral, os protestos da minha mais alta consideração.

José Eduardo dos Santos
Presidente da República
Popular de Angola

Nove anos de independência

Um balanço dos êxitos e das dificuldades na economia, nas relações internacionais e na organização sindical do país

A agência angolana ANGOP divulgou um documento de análise sobre a situação do país, por ocasião de mais um aniversário da independência. Nele estão explicadas algumas das dificuldades e desafios que se colocam ao governo, como é o caso da solução do conflito militar com a África do Sul e a questão económica interna. Eis alguns extratos do documento divulgado pela ANGOP, que publicamos pelo seu inegável interesse:

"Organizar uma economia que apoie a guerra, e fazer uma guerra para a defesa da economia". Este foi o lema proposto pelo governo angolano para o ano de 1984, o ano da "defesa e da produção" e que é também o nono desde a proclamação da independência.

A palavra de ordem resume o que foram os nove anos de independência decorridos num clima de guerra permanente, onde a maioria dos recursos materiais, financeiros e humanos tiveram de ser desviados dos programas de desenvolvimento - situação que se mantém - para beneficiar a defesa nacional. Razão pela qual, a economia angolana se encontra ainda hoje num ponto muito aquém daquilo que poderia ter sido alcançado, se, desde 1975, o país tivesse vivido numa situação normal.

46 - terceiro mundo

Logo nas primeiras horas de independência, e meses antes da sua proclamação, Angola, que herdou uma estrutura económica débil e caracterizada por uma flagrante falta de quadros e equi-



Há nove anos, Agostinho Neto era investido como o primeiro Presidente da República Popular de Angola (dir.); ao seu lado Lúcio Lara (esq.)

pamentos, teve que concentrar todos os seus esforços na preservação da sua integridade territorial, através de uma guerra que lhe foi imposta pelo imperialismo, o principal responsável pelo atraso no desenvolvimento social e económico do país, mesmo que isso não justifique outras falhas de carácter subjectivo.

Nove anos depois da independência, o país ainda depende em mais de 60% do mercado exter-

no, principalmente no que se refere aos bens de primeira necessidade, matérias-primas e equipamento. Nem a agricultura, nem a indústria, estão capacitadas para produzir o mínimo necessário para o abastecimento da população, facto que ilustra a enorme disparidade entre as mercados existentes à venda e a enorme massa monetária em circulação.

As receitas de exportação oriundas em grande parte de petróleo e derivados (cerca de 80% do total) são destinadas à compra de alimentos, vestuário, equipamento militar e outros. Só a defesa absorve anualmente cerca de metade do Orçamento Geral do Estado.

Foi precisamente essa situação que levou as autoridades do partido e do governo a de-

que, a partir de 1983, o plano de desenvolvimento nacional transformado num plano de emergência, onde foi dada prioridade especial a 11 programas prioritários. Em síntese, o objetivo desse plano de emergência é de elevar a produção de bens de primeira necessidade, aumentar o nível de vida da população e do Produto Nacional Bruto (PNB), assim co-

orço do apoio económico ao orço militar.

O balanço que se pode fazer dos resultados alcançados pelos programas de emergência nem sempre preenche as expectativas. Isso porque alguns programas não foram concebidos numa base realista, o que os tornou suscetíveis de incumprimento por razões subjectivas, seja por falta de reajustamentos periódicos à medida que fosse realizado o controlo da sua execução.

Igualmente, alguns programas sociais foram elaborados a partir de uma base puramente sectorial, sem levar em conta a situação conjuntural do país. Nalguns casos, a falta de profundidade dos diagnósticos efectuados, a existência de dados estatísticos e a falta de perspectiva da dinâmica da evolução futura de alguns programas concorreram também para os erros cometidos no nível da concepção, e consequentemente, pelo baixo nível dos resultados atingidos.

Uma agravante dessa situação é o facto de que esses programas foram desenvolvidos numa conjuntura económica internacional bastante difícil, caracterizada por uma grave crise dos países capitalistas, que não só procuraram sair dela às custas dos países subdesenvolvidos, como também promoveram uma grande ofensiva militarista. O aumento das despesas militares e a intensificação da especulação financeira nos Estados desenvolvidos do Ocidente reflectiu-se no mundo subdesenvolvido, do qual Angola é parte integrante, através do surgimento de uma crise de liquidez, acompanhada de uma súbita redução dos créditos. Embora as metas programadas no plano de emergência não estejam longe de serem alcançadas, constitui um elemento encorajador futuro, o facto de a classe dos trabalhadores angolanos estar profundamente sensibilizada e mobilizada diante da situação difícil vivida pelo país.

Além disso, é importante constatar que, apesar das dificuldades, foram dados passos positivos, principalmente na socialização dos meios de produção e no reforço do sector estatal da economia, cabendo hoje ao Estado a totalidade da produção do açúcar, papel, farinhas de milho e trigo, massas alimentares, etc.

ção da independência, a UNTA mobilizou milhares de pessoas para festejar o Dia Mundial dos Trabalhadores com a palavra de ordem "greve geral". As comemorações não foram possíveis no dia 1º de Maio, porque, nessa data, a capital angolana se encontrava sob intenso bombardeamento.



A UNTA promoveu a mobilização dos trabalhadores angolanos

O movimento sindical

A realização, em Abril do ano passado, do primeiro congresso da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) constituiu o maior e mais importante acontecimento do movimento sindical desde que, em Abril de 1960, foi fundada a Central Sindical Angolana, na então Leopoldville (hoje Kinshasa).

Após a queda do fascismo em Portugal, a UNTA iniciou um amplo movimento de mobilização dos trabalhadores visando enquadrá-los nos objectivos da revolução angolana, nomeadamente os movimentos grevistas que surgiram espontaneamente nos principais centros operários do país. Em 22 de Maio de 1975, pouco antes da proclama-

A partir de 12 de Dezembro de 1974, na chamada conferência ampliada do Luso (actual Luanda), a central sindical angolana promoveu uma série de acções que culminaram, em Outubro do ano seguinte, com a primeira Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos. Essa conferência reconheceu a unidade dos trabalhadores como um factor essencial na condução da luta contra a exploração capitalista e definiu a UNTA como a única central sindical dos trabalhadores angolanos.

Em Setembro de 1976, realizou-se a II Conferência Nacional sob o lema "produzir mais, com mais rendimento, mais qualidade e mais disciplina". A partir daí, começou o esforço para a concretização do princípio socialista de "a cada um segundo a sua

capacidade, a cada um segundo o seu trabalho". A UNTA estendeu a sua acção a todas as províncias do país com a criação de secretarias provinciais, comissões sindicais por empresa, fazendo com que, no final desse período de actividade, a organização reunisse mais de 200 mil trabalhadores.

Durante esse tempo, surgiu a experiência de emulação socialista, com a participação de 40 empresas e cerca de 30 mil trabalhadores. Em Outubro de 1978, foi realizada a III Conferência Nacional, que teve como ponto de partida as decisões do primeiro congresso do MPLA, e teve como desdobramento um processo de reorganização profunda do movimento sindical angolano, que culminou com a realização do Primeiro Congresso da UNTA. Na época, a base organizativa surgida para a criação dos sindicatos mobilizava através da UNTA mais de oito mil colectivos de trabalhadores, aos quais correspondiam mais de 400 mil filiados, entre eles cerca de 70 mil mulheres.

Em 1979, foram criados os sindicatos, divididos em 10 sec-

tores de actividade. A estruturação dos sindicatos culminou com a criação, em 1981, de mais de 20 conselhos e secretariados provinciais em todo o país (...).

Angola e a cooperação regional

Em Julho de 1985, será realizada em Luanda a sexta conferência de cúpula da SADCC, um evento que acima de tudo marcará o engajamento ainda mais completo da República Popular de Angola na Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A RPA, apesar das dificuldades por que passa o país, assumiu a responsabilidade de coordenar o sector de energia da SADCC desde a declaração de Lusaka, em Abril de 1980, quando foi criado o organismo regional encarregado de impulsionar a luta contra o subdesenvolvimento, harmonizar as relações entre os países membros e reduzir a dependência dos mesmos em relação à África do Sul.

Hoje, a SADCC é considerada a organização económica mais estruturada e mais coesa do continente africano. Foi na capital

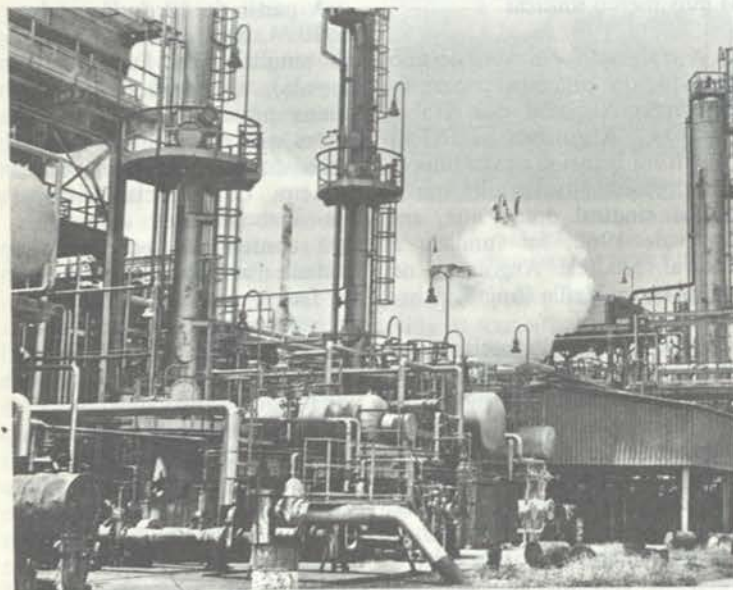
angolana, em Julho de 1981, que os nove países membros (Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Lesoto, Suazilândia, Tânia, Zâmbia e Zimbábwe) reunidos em reunião de peritos decidiram dirigir à comunidade internacional os financiamentos necessários ao desenvolvimento de projectos energéticos integrados numa estratégia coordenada de desenvolvimento. Nesse encontro, propôs a criação de um instituto regional de pesquisa de fontes energéticas renováveis, que a ser a primeira de uma série de acções destinadas a definir a política regional no sector energético, baseada na solução nacional de programas de desenvolvimento.

Na terceira reunião de cúpula de Estado e de governo da SADCC, realizada em Julho de 1982, foi aprovado o estudo elaborado pela RPA visando a política energética para a África Austral, o qual já havia recebido a aprovação dos ministros de Energia da organização, reunidos em Luanda em Fevereiro do mesmo ano.

O realismo e a firmeza dos princípios que caracterizam a organização económica da SADCC, criou condições que, em princípio, facilitam a procura de financiamento. Mas, nalguns casos específicos, como o dos Estados Unidos, houve uma resposta discriminatória sob os mais variados pretextos.

No entanto, ao longo dos quatro anos de existência da SADCC, a RPA, como país membro da Comissão de Energia, não deixou de procurar financiamento para projectos elaborados e programados a nível regional que no conjunto representam um passo inicial para uma aproximação ampla e integrada das necessidades dos países da região.

Vários são os projectos concluídos, e mesmo concluídos como o estudo regional sobre a situação e perspectivas energéticas; o seminário sobre des-



A SADCC aprovou o estudo angolano sobre política energética



mento energético da África Austral, suas oportunidades e licenças; apoio à unidade técnica e administrativa do sector de energia; estudo sobre a auto-suficiência regional na oferta de produtos petrolíferos; o centro regional de desenvolvimento de petróleo; e a reparação, reconstrução e extensão da capacidade de armazenamento de combustíveis líquidos no porto moçambicano da Beira.

(...) A participação de Angola nos planos de desenvolvimento económico dos países da África Austral não se limita apenas ao sector energético, mas estende-se igualmente a outros domínios como os dos transportes e comunicações, agricultura e indústria. Assim, foram atribuídos a Angola projectos de desenvolvimento da indústria salinera, de ampliação das fábricas de pesticidas e insecticidas existentes no país, de fabricação de equipamentos agrícolas e de desenvolvimento da indústria petroquímica, totalizando investimentos avaliados em mais de três milhões de dólares.

No domínio da agricultura, destacam-se quatro projectos pa-

ra a produção de arroz e trigo no vale do Bengo, num total de 17,3 milhões de dólares, enquanto, na área de transportes e comunicações, estão projectadas a extensão da capacidade do sistema internacional de telecomunicações e a ampliação dos portos de Luanda e Lobito. Além disso, está prevista a reabilitação do caminho de ferro de Benguela, a construção e reparação de rodovias intermunicipais e internacionais, mediante investimentos globais da ordem de 200 milhões de dólares.

Com cerca de 80 projectos aprovados nos últimos quatro anos, num valor de mais de 1,5 mil milhões de dólares, a SADCC é na verdade a aposta suprema dos países membros na procura da sua independência económica e no bem-estar dos povos da região (...).

Angola e o xadrez político regional

Desde a independência, em 1975, Angola tem orientado a sua política externa na África Austral visando o estabelecimento da paz na região, onde as po-

A participação de Angola nos planos de desenvolvimento regional estende-se também à agricultura e a outras áreas da economia

tências capitalistas não cessam de manobrar com vista à manutenção da sua dominação e à defesa dos seus interesses estratégicos e económicos. Ao longo dos nove anos de independência de Angola, apenas o Zimbábwe conquistou a liberdade, em Abril de 1980. Continuam sem solução questões ligadas à independência da Namíbia e à abolição do *apartheid* na África do Sul. Nesse sentido, Angola empreendeu uma série de acções, aos mais diversos níveis, visando a aplicação da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU, a única base internacionalmente aceite para a independência da Namíbia. Da mesma forma, tem lutado para que o *apartheid* seja abolido na África do Sul, e a maioria negra desse país possa acabar com a brutal dominação da minoria branca.

Angola tem pago bem caro o preço da sua ajuda aos naciona-

listas namibianos, liderados pela SWAPO. A África do Sul, com o pretexto de perseguir guerrilheiros da SWAPO, atacou sistematicamente Angola. Essa agressividade culminou com a ocupação, em Agosto de 1981, de parte do território angolano, situação que continua até hoje.

O governo angolano tem intensificado nos últimos tempos os esforços com vista a uma solução pacífica dos conflitos na África Austral, negociando tanto com a África do Sul como com os Estados Unidos. Foi nesse sentido que Luanda e Pretória assumiram os compromissos de Lusaka, em Fevereiro de 1984 (...).

Angola no contexto internacional

Ao longo dos nove anos de independência, Angola tem marcado presença activa no seio da comunidade das nações, tanto a ní-

vel regional, como continental e internacional. A sua política de não-alinhamento, respeito mútuo, reciprocidade de vantagens, não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, tem contribuído para um prestígio internacional que a cada dia se fortalece. Esse prestígio pode ser comprovado pela realização em Luanda, em meados de 1985, da conferência ministerial dos países não-alinhados. Angola participa do Movimento dos Não-Alinhados desde a conferência de Colombo, no Sri Lanka. Angola é também membro da OUA (Organização da Unidade Africana) desde 1976, ano em que também foi aceite na Organização das Nações Unidas.

É igualmente membro de várias organizações e organismos internacionais especializados na cooperação política, económica e cultural. Entre eles, a organização dos cinco países africanos de

língua portuguesa. No quadro dos Países da Linha da Frente que lutam pela eliminação da dominação racista na África Austral, Angola tem adoptado a posição de coerência pela rejeição de todas as manobras do imperialismo, através da África do Sul, e do seu projecto de criação de uma constelação de Estados nessa sub-região do continente.

Angola mantém relações diplomáticas com cerca de 100 países da África, Ásia, América Latina e Europa. Em Luanda existem cerca de 40 representações diplomáticas estrangeiras, enquanto a RPA tem embaixadores em 22 países, 11 dos quais africanos, um latino-americano (Cuba) e nove europeus. O baixador angolano em Bruxelas representa também o país junto da Comunidade Económica Europeia, estando em estudo a adesão da RPA à Convenção de Lomé.

CIÊNCIA actual

Uma publicação portuguesa
de divulgação e informação científica

Para o professor
Para o aluno
Para toda a gente

Assinaturas (1 ano — 6 números)

Continente e ilhas 550\$
Espanha (via aérea) 690\$

Angola, Guiné-Bissau, Moçambique,
S. Tomé e Príncipe, Europa US\$ 7.
Outros países US\$ 9.

Pagamento adiantado

Distribuidora:
ELECTROLIBER

CIÊNCIA ACTUAL
R. Carlos Pereira, 3-4.º D.

1500 LISBOA

Feira Internacional de Luanda

Com mais de noventa pavilhões e trezentas empresas angolanas e estrangeiras, o evento ergueu bases para o lançamento dos produtos industriais angolanos no mercado internacional

Angola organizou, pela primeira vez desde a proclamação da sua independência, uma feira internacional, realizada de 19 de Novembro passado, em Luanda. O certame abriu novas perspectivas para o lançamento de produtos industriais angolanos no mercado internacional e contribuiu para uma imagem mais ampla de Angola so-

bre os produtos oferecidos pelos seus parceiros comerciais.

O acto inaugural da I Feira Internacional de Luanda foi presidido pelo ministro do Plano, Lopo do Nascimento, em representação do Presidente José Eduardo dos Santos. Presentes também o ministro do Comércio Externo, Ismael Martins, o secretário de Estado da Habitação,

Lourenço Ferreira, o corpo diplomático acreditado no país, vários adidos comerciais e empresários dos países participantes.

O ministro Lopo do Nascimento e comitiva, percorreram os 92 pavilhões onde cerca de 300 empresas nacionais e dos países estrangeiros convidados, designadamente a RDA, Cabo Verde, Checoslováquia, China, Cuba, França, Itália, Jugoslávia, Moçambique, Polónia, Roménia, Suécia, URSS e Zâmbia tinham expostos os seus produtos.

Angola, como país anfitrião, esteve presente com 60 pavilhões representativos dos diferentes ramos de actividade, com destaque para o sector petrolífero — pedra basilar da sua economia —, várias vezes presente em outros certames internacionais.

Os países expositores

Como parceiro comercial de Angola, o pavilhão da URSS (de 2.000 m²) mostrou diversos ramos em que os dois países cooperam desde os primeiros anos da independência angolana. Segundo o chefe da representação comercial da URSS, Aleslev Ivan, durante o ano de 1984 as trocas comerciais elevaram-se a 200 milhões de dólares. Foram exportados para Angola viaturas, máquinas agrícolas, medicamentos e peças de reposição e importados, café, sisal, além de outros produtos angolanos.

Outro pavilhão importante foi o da RDA. Com este país, Angola viria a alargar a cooperação com a assinatura de vários acordos subscritos pelos ministros do Comércio Externo da RPA e da RDA, respectivamente, Ismael Martins e Horst Soelle,



Os ministros de Comércio Externo da RPA e RDA visitam um dos pavilhões da Alemanha Democrática



O Presidente José Eduardo dos Santos durante a sua visita à feira

que se deslocou a Luanda para participar da sub-comissão mista do comércio externo.

Os pavilhões da Jugoslávia, talvez o país que maior diversidade de produtos apresentou, fo-

ram igualmente muito visitados. A República Socialista e Federativa da Jugoslávia abriu recentemente uma linha de crédito de 50 milhões de dólares para Angola.

O Presidente José Eduardo dos Santos visitou a feira no último dia. Ao percorrer os pavilhões portugueses (apesar do governo de Portugal não ter sido convidado, 31 empresas lusas tiveram presentes) o presidente angolano demonstrou — segundo palavras de um português — “a frieza nas relações entre Angola e Portugal, não se deu ao governo angolano mas sim ao governo do primeiro-ministro Mário Soares que teima em não respeitar a soberania da RPA”.

No encerramento oficial da Feira Internacional de Luanda, o ministro do Comércio Exterior louvou a presença “de tantos contribuintes para a grandiosidade da obra” e agradeceu aos expositores que ao longo desses dez dias fizeram do pavilhão um local de “cooperação e amizade.” (*Pascoal Francisco, especial da ANGOP para “o terceiro mundo”*)



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

América Latina

Nicarágua

Eleições: a outra guerra

Nos últimos 40 anos, estas foram as primeiras eleições verdadeiramente democráticas a que os nicaraguenses assistiram. A reacção de Washington foi, no entanto, negativa. O futuro apresenta-se repleto de tensões políticas e militares

Roberto Bardini

É a primeira vez na minha vida que vou votar”, comen-
ta sorridente Sérgio Ramírez
Mercado — 42 anos, quatro fi-
lhos, advogado e escritor — can-
didato a vice-presidente pela
Frente Sandinista de Libertação
Nacional (FSLN). Eram 7,30 da
manhã de domingo, 4 de No-
vembro, quando o dirigente po-
lítico se apresentou na Junta Re-
ceptora de Votos nº 602 para
recolher o seu boletim. Estava
acompanhado — além da sua
mulher — por José Figueres, ex-
presidente da Costa Rica, e pela
jornalista Bianca Pérez Macías
(mais conhecida como Bianca
Pérez), ex-mulher de Mick Jag-
ger, vocalista dos *Rolling Stones*.
Nessa manhã, Ramírez Merca-
do não era o único que votava
pela primeira vez. Essa experiên-
cia foi comum aos nove coman-
dantes membros da Direcção Na-
cional da Frente Sandinista, a
maioria dos membros do gover-
no e do exército e a quase toda
a população nicaraguense. For-
am as primeiras eleições auten-
ticamente democráticas das últi-
mas quatro décadas. Os cidadãos
maiores de 16 anos escolheram o
presidente e vice-presidente para
um mandato de seis anos, bem
como uma Assembleia Nacional
de 90 membros que, nos primei-
ros dois anos de funcionamento,

deverá elaborar uma nova Cons-
tituição.

A batalha das urnas

A Nicarágua — 128 mil quiló-
metros quadrados e três milhões
de habitantes — possui 13 depar-
tamentos (equivalente a estados).
Em função das eleições, o país
foi dividido em seis regiões elei-
torais e três zonas especiais, nas
quais se instalaram 3.892 Juntas
Receptoras de Votos (postos
eleitorais).

A agitada campanha eleitoral
durou três meses e o seu custo

financiado pelo Estado — foi
estimado em 40 milhões de dóla-
res. Quarenta mil cidadãos, in-
cluindo a criada Polícia Eleito-
ral, participaram da organização
do acto.

A importância do aconteci-
mento foi dada também por um
detalhe ilustrativo: além de vá-
rias delegações internacionais de
quatro continentes que assisti-
ram como observadores, 900 jor-
nalistas foram enviados dos Es-
tados Unidos, América Latina,
Europa, Ásia e África que se jun-
taram aos 200 correspondentes
estrangeiros permanentes em Ma-
nágua.



Mais de metade dos nicaraguenses votou pela primeira vez

Festa tropical

Na noite do domingo, dia 4, cerca de 100 mil pessoas reuniram-se na Praça da Revolução "Carlos Fonseca Amador" para festejar um triunfo do qual nin-

guém duvidava. Às oito da noite, foi suspensa a "lei seca" e quase todos tomaram cerveja e o típico rum *Flor de Caña* ("o melhor do mundo", segundo o comandante Tomás Borge), enquanto o céu se iluminava com

fogos de artifício multidos.

Três conjuntos musicais navam-se noutros tantos ao ritmo da *salsa*, *reggae* e *rock*. Os observadores internacionais quase não acreditavam no que viam: uma multidão cluindo as esposas de vários generais sandinistas — danças no centro da praça, nas escadarias do palanque oficial. Muitos sandinistas largaram os gravatas, papeis e máquinas fotográficas para dançar com as jovens funcionárias de imprensa e representantes de relações públicas.

Na Nicarágua — país tropical com temperaturas que atingem 45 graus — o protocolo é especial e leva impresso um selo tipicamente caraibiano. Alguns verdadeiros representantes de governos e partidos políticos europeus não puderam evitar o contágio: suas cadeiras, acompanhando o ritmo, timidamente, com as mãos e os pés...

Os comandantes, que



Daniel Ortega, o vencedor das primeiras eleições livres em 40 anos

QUEM É DANIEL ORTEGA

□ Daniel Ortega Saavedra, tem 39 anos, sete filhos e uma experiência política de 20 anos de luta contra a ditadura somozista. Era ainda um adolescente quando participou de um ataque contra um quartel da extinta Guarda Nacional, na cidade de Jinotepe. Foi preso e sofreu o seu primeiro contacto com os torturadores do clã Somoza. Em 1963, entrou para a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), passando a actuar no meio estudantil, formando células urbanas.

Um ano mais tarde, foi novamente preso, agora na Guatemala, onde se encontrava em missão política. Libertado, voltou à Nicarágua e participou da guerrilha na região de Patuca, Raiti e Managua, fazendo um vaivém constante entre a capital nicaraguense e as regiões rurais. Em Agosto de 1967, foi capturado pela terceira vez pela Guarda

Nacional e condenado a sete anos de prisão. Daniel Ortega foi um prisioneiro extremamente cómodo para a ditadura somozista, pois organizou nada menos de oito greves da fome, até ser trocado, em 1974, por um alto funcionário do governo, sequestrado pela Frente Sandinista.

Depois de sair da prisão, ficou clandestino em Managua, junto com o irmão Humberto Ortega, actual ministro da Defesa. E, em 1977, integrou a frente "Benjamín Zeledón", no sul da Nicarágua, da qual participava também Victor Tirado, um dos nove comandantes da revolução e hoje o responsável da FSLN pelas organizações sindicais do país.

Depois do triunfo da revolução e da queda da ditadura somozista, Daniel Ortega passou a integrar a Junta de Comandantes e a Junta de Governo de Reconstrução Nacional. O actual presidente da Nicarágua foi, ao lado de Tomás Borge, o chefe da coluna guerrilheira que libertou a cidade de León, a primeira a cair em poder da Frente Sandinista. Com menos de 40 anos, Ortega tornou-se, no dia 10 de Janeiro, data da sua posse, o mais jovem chefe de Estado da América Latina e o primeiro presidente revolucionário da Nicarágua.

ixado os uniformes, vestiam, sua maioria, *guayabera*, o traje de cerimônia nos trópicos e, pela primeira vez em muitos anos, os fotógrafos puderam retratá-los sorridentes. Não era para menos: a certeza da vitória eleitoral da FSLN trouxera um alívio e transitório relaxamento no meio de três meses carregados de tensões políticas e militares.

"Acredito que esta é a única revolução do mundo em que, chegando às suas portas uma invasão estrangeira, o povo consegue se unir para beber, dançar e festejar", comentou a *cadernos do terceiro mundo* o sub-comandante Roberto Sánchez, um ex-reporter e actual assessor de imprensa do Ministério da Defesa.

Opções de Ronald Reagan

Ao meio-dia de segunda-feira, dia 5, o comandante Daniel Ortega Saavedra — 39 anos, coordenador da Junta de Governo e candidato a presidente pela FSLN — convocou os jornalistas à casa do governo e, apesar de ainda não haver terminado a contagem dos votos, anunciou: "Ganhámos a luta contra o absencionismo e ganhámos a batalha das eleições". Reconheceu também como segunda e terceira forças políticas — ainda que muito distantes da Frente Sandinista — os opositores Partido Liberal Independente (PLI) e o Partido Conservador Democrata (PCD).

"O presidente Reagan tem agora duas opções: iniciar o processo de diálogo com a Nicarágua ou, de uma vez por todas, a intervenção armada directa", afirmou Ortega Saavedra. Apenas cinco dias antes da declaração do dirigente sandinista o avião supersónico "Pássaro Negro" SR-71 (uma versão ultramoderna do avião espião U-2) havia levantado voo da Base de Edwards, na Califórnia, invadiu o espaço aéreo nicaraguense por Wakefield, passou por Manágua e

saiu por Chinandega, provocando uma série de estrondos ao romper a barreira do som, causando pânico entre a população civil.

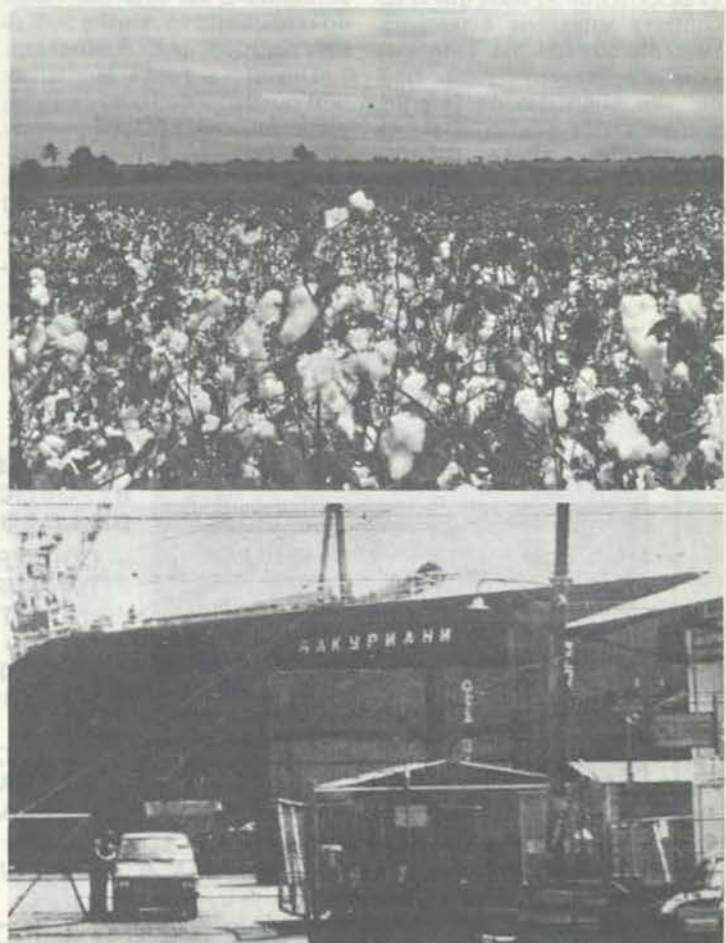
A resposta da Casa Branca

Haviam passado apenas 12 horas da realização das eleições, quando porta-vozes autorizados de Washington — citados pelo *New York Times* —, qualificaram-nas de "injustas e não representativas". Fontes da Casa Branca garantiram ao jornal de Nova Iorque que o governo norte-americano "exigirá novas eleições em 1985 ou, caso contrário,

bloqueará qualquer acordo de paz na América Central".

Por sua vez, no dia 6, a cadeia de televisão CBS revelou, citando fontes do Pentágono, que "uma das opções que está a ser considerada pelos Estados Unidos é o ataque a esse país centro-americano". A notícia coincidiu com afirmações de Lerry Birns, do Conselho de Assuntos Hemisféricos, no sentido de que "há movimentos suspeitos na base militar de Fort Bragg, onde está estacionada a 82ª Divisão Aerotransportada do exército norte-americano", a mesma da invasão de Granada.

Por outro lado, dois navios de



A crise provocada por Reagan em torno da carga do navio soviético *Bakuriani* visou ofuscar o resultado das eleições e prejudicar as colheitas

guerra norte-americanos, estacionados a cinco milhas da costa nicaraguense, tentaram interceptar um navio mercante soviético que se dirigia ao porto de Corinto, enquanto um avião C-130 sobrevoava o cargueiro, violando uma vez mais o espaço aéreo da Nicarágua. Enquanto isso, a imprensa dos Estados Unidos divulgava notícias referentes a rumores de que o carregamento do barco soviético seria de aviões Mig-21, fabricados na URSS.

No dia seguinte à realização das eleições, o sub-comandante Enrique Schmidt, ex-chefe da polícia sandinista e ministro das Telecomunicações e Correios (TELCOR), de 35 anos, que se encontrava voluntária e temporariamente alistado nas Tropas de Combate Especial "Pablo Ubeda", do Ministério do Interior, perdeu a vida num combate na comarca de El Corozo, departamento de Boaco, depois de desbaratar um bando de contra-revolucionários. Foi a primeira vítima

da contra-revolução depois da festa popular de 4 de Novembro.

Um futuro tenso

Sendo um país fundamentalmente agrícola e com escasso nível de industrialização, a Nicarágua era — depois do Haiti — o país mais subdesenvolvido da América Latina. Durante a ditadura de Anastasio Somoza, 50% da terra era utilizada para produzir artigos de exportação (algodão, café, açúcar e carne). Menos de 10% dos fazendeiros possuíam 75% das propriedades do país. Dessa forma, 10% da população concentrava nas suas mãos 60% do rendimento nacional e 50% ficava com 15% desse rendimento.

Durante a guerra que terminou no dia 19 de Julho de 1979, perderam a vida 50 mil pessoas. Nesse período, a descapitalização e o roubo provocaram perdas para o país superiores a 50 milhões de dólares. As autorida-

des sandinistas herdaram do mozismo uma dívida externa de 1,6 mil milhões de dólares. Quando Somoza fugiu, o sistema bancário da Nicarágua possuía apenas três milhões de dólares suficientes para cobrir doze meses de despesas do governo revolucionário. Nos últimos três meses as agressões armadas e as saques à produção causaram prejuízos de 300 milhões de dólares, além de terem feito morrer nove mil vítimas entre os membros da milícia.

Os nicaraguenses que, no dia 4 de Novembro, votaram a favor do FSLN, conhecem todos estes detalhes. Asunción Machado varrete, um homem de 65 anos que perdeu três filhos em diferentes momentos da revolução, resumiu com palavras simples o sentimento generalizado do povo: "Nós, *nicas*, votámos pela paz, mas se o louco Reagan e a guerra iremos para a primeira linha de batalha com a Frente



Fundada em 1930



A FOC ESTÁ PRESENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO DA EMPRESA ANGOLANA DE INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO METÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DE ANGOLA S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IMPORTANTES EMPREENDIMENTOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO • EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO • EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES • MOBILIÁRIO DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL

A FECh orna a nascer

luta estudantil conseguiu romper com as eleições
directas impostas pelo regime militar e
eleições directas deram a vitória à oposição

ernando Reyes Matta

o meio das últimas notícias de mortes, prisões e confinamentos, há algumas boas novas para a luta do povo chileno na superação da democracia. A generalização do dia 30 de Outubro do passado surpreendeu, inclusive, os seus organizadores, demonstrando o desgoverno do país por parte do regime de Pinochet. Apesar da manipulação que fez quanto à adesão à paralização nos grandes conglomerados (cobre, aço, petróleo, indústrias básicas, etc.), o governo não se que assumir no íntimo que o comércio havia fechado as portas, que os estudantes não compareceram às aulas, que os médicos aderiram ao movimento e, em suma, as perspectivas de uma próxima jornada de protestos surgiram com maior optimismo.

Diante dessa realidade, o governo entrou em crise e, uma vez mais, Pinochet recorreu ao seu curso habitual: a culpa é do comunismo. E, em duas insólitas intervenções, disse que era o único "com calças" para continuar a batalha. Trocou ministros, fez um jogo de mudanças, tudo indicando que trouxe novos nomes para tentar ganhar tempo.

Mas os alicerces secretos do regime abrem fendas, não só pelas dimensões alcançadas pela paralisação e pelas outras manifestações populares, como também

pelos que pensam e sentem os estudantes. Além da formação de novos grupos políticos desde o ano passado (a Aliança Democrática, o Bloco Socialista e o Movimento Democrático Popular), o mais profundo impacto psicológico sofrido por Pinochet foi o ressurgimento da histórica FECh, a Federação dos Estudantes do Chile. Depois de um longo e permanente processo de luta para democratizar a organização estudantil — destruindo o aparelho artificial criado pelo regime militar —, os estudantes aparecem

ram com a sua própria Federação, eleita democraticamente e com uma esmagadora vitória das forças democráticas e populares.

O novo presidente da FECh é Yerko Ljubetic, de 24 anos, estudante do 5º ano de Direito, e democrata-cristão. Conseguiu a vitória encabeçando uma lista unitária, para onde convergiram os estudantes da DC, do MDP (encabeçado pelo PC) e do Bloco Socialista (agrupamento que integra marxistas não-leninistas e diversos grupos que saíram da DC no período 1969-1971).

Na tarde de 25 de Outubro, quando terminou a contagem dos votos, os estudantes haviam demonstrado ao governo (e às direcções políticas da oposição ainda sem um acordo de unidade) a força de um programa amplo e unitário de luta pela democracia e pelo retorno do Estado ao serviço de toda a sociedade.

Demonstraram também que a união da democracia cristã e das forças de esquerda pode representar grandes perspectivas transformadoras no país. A tese que Radomiro Tomico sustentou constantemente na sua can-



A unidade estudantil pode acelerar a unidade da oposição

didatura de 1979: a "unidade do povo".

Yerko Ljubetic tinha apenas 10 anos quando Allende foi eleito presidente do Chile. Naquela noite de vitória, em Setembro de 1970, o falecido dirigente socialista falou à multidão de uma varanda da FECh.

"Como é extraordinariamente significativo que eu possa dirigir-me ao povo do Chile e ao povo de Santiago, daqui, da Federação dos Estudantes! Isto tem um valor e um significado muito grande. Nunca um candidato vitorioso pela vontade e pelo sacrifício

saída. Uma procura que não é fácil. Repleta de avanços e recuos, de contradições e, inclusive às vezes, de inconfessáveis aspirações pessoais. Com o surgimento dos grupos políticos antes mencionados (mais a própria recomposição da direita, também bastante fragmentada), não se seguiram acções de imaginação e generosidade política. Muitos sectores sindicais, estudantis e de moradores de bairros-de-lata acusam as cúpulas políticas de estarem estagnadas e incapazes de organizar um grande acordo nacional democrático. Neste

tos 30 delegados vogais, o quais se completa o Conselho de Federação. Desses, 11 são da esquerda; 9 democrata-cristão da Frente Universitária (divisão 3 do Movimento Independente (agremiação de direita); 1 do Partido Nacionalista (extrema-direita); 1 do Partido Humanista (partido ecologista).

Ampla vitória oposicionista

Por trás desses números, as percentagens e suas interpretações. A oposição unificada seguiu 67% dos votos expressos. Assim, um terço dos votos tendem para a direita, apesar de diversas propostas e propostas que se manifestaram no seu interior. Olhando para o resultado da coligação vencedora, obteve 33% dos votos, e a esquerda uma terceira parte. Em perspectiva, a dos três terços, local estes resultados num contexto com o que ocorre na política chilena.

Depois de 11 anos de ditadura militar, a realidade do país parece nitida quando se realiza uma eleição autenticamente democrática.

O dado mais significativo da eleição na FECh é que, quando a DC e a esquerda se unem num programa comum, as aspirações democráticas e populares vêm favorecidas. Se o peso leva a DC a se aproximar da direita, como aconteceu sob o governo de Allende, as aspirações populares retrocedem. Esta encruzilhada política do Chile. À luz da eleição da FECh, demonstrado que Pinochet é um acidente (um dramático, grave e doloroso acidente), mas o quadro político do país continua a ser, no essencial, o mesmo há dez anos atrás.

Democratização da Universidade

Além dessa projecção da realidade política nacional



A unidade estudantil resultou de um processo longo e difícil

do povo usou uma tribuna que tivesse maior transcendência. Porque todos sabemos: a juventude da pátria foi vanguarda nesta grande batalha, que não foi a luta de um homem, mas a luta de um povo."

Uma procura difícil

Vieram depois anos difíceis, onde até os jovens democratas-cristãos terminaram por se mobilizar contra a Unidade Popular. Tudo terminou no túnel obscuro do golpe militar. Há 11 anos que o povo chileno procura uma

contexto, as conquistas políticas dos estudantes universitários são um exemplo. Os resultados da eleição foram os seguintes:

Yerko Ljubetic (DC), 4.308 votos (num total de 13.300), eleito presidente. Gonzalo Rovira (PC), 2.272 votos, vice-presidente. Ricardo Brodsky (Bloco Socialista), 1.305 votos, secretário-geral. Jaime Andrade (do PS Almeyda, vinculado ao MDP), 750 votos, tesoureiro. O conselho executivo foi ainda integrado por um primeiro e segundo secretários, ambos da DC.

Simultaneamente, foram elei-



Os estudantes chilenos elegeram 1984 como o ano da democratização

consequências da última eleição para os directórios universitários são evidentes. Para os estudantes, 1984 é "o ano da democratização das universidades". No domingo, 28 de Outubro, o diário *Mercurio* dedicou o seu espaço especial de reportagens ao tema: "Universidades: Estudantes mobilizam-se". Esse jornal, pró-governamental, propriedade da família Edward, fez a seguinte descrição da transformação da vida universitária:

"Os estudantes de quase todas as universidades do país estão a ser protagonistas de um novo ciclo de notícias. O movimento estudantil mobiliza-se a cada dia de forma crescente e já adquiriu plenamente as características de união nacional no âmbito da democratização das universidades", como aponta a publicação.

"Actos interuniversitários, reuniões nacionais das federações 'democráticas', tentativas de procurar 'uma organização nacional', como era o objectivo do congresso realizado em Valparaíso, ao qual compareceu o novo presidente da FECh.

"As mobilizações, por reivindicações gremiais e também políticas. Painéis populares contra a diminuição dos bónus alimentares na Universidade Austral, pedidos de renúncia dos reitores na maioria das universidades. O próximo passo é quase sempre a petição de cogestão. Paralisações em solidariedade com os chamados protestos nacionais (paralisações) e também por problemas universitários: sanções. Ou ocupações, como acontece desde há 20 dias com a universidade de Antofagasta, cujos alunos — além de tomá-la — decidiram uma paralisação por tempo indeterminado devido à entrada da polícia na sua congénere de Atacama, que culminou com um saldo de dois mortos.

"Basta percorrer apenas as universidades de Santiago para se captar que se desenvolve um processo comum. Os panfletos que se encontram impressos são os mesmos. O processo começou a movimentar-se com a mudança do sistema de eleições indirectas pelo de votações directas. Hoje, é esta a fórmula de eleição adoptada em todas elas. O poder dos

estudantes foi também fortalecido, mudando o sistema de livre organização e filiação pelo de uma federação única. Os que ainda não têm a sua federação (como nas universidades de La Serena, Santa María ou Talca), estão em vias de obtê-la.

"O movimento gremialista, que foi muito importante na estruturação da participação estudantil, encontra-se em franco retrocesso. A tendência nacional é dada hoje pela DC e pela esquerda. Foram estas as orientações vencedoras, tanto na Universidade do Chile como na Universidade Austral."

O *El Mercurio* teve também de reconhecer que existe um consenso, não apenas nas forças democráticas como também nalguns grupos de direita, sobre a necessidade de acabar com os chamados reitores-delegados. Estes são gerais ou almirantes (na activa ou reformados) colocados pelo governo de Pinochet para dirigir as universidades. Os reitores eleitos pela comunidade académica foram destituídos em 1973. Tratava-se de um aspecto do processo de intervenção nas

terceiro mundo - 59

universidades para torná-las "um local exclusivamente de estudo e livrá-las da demagogia politiquera e da pressão partidária", segundo afirmações de um reitor da primeira etapa. Hoje, os estudantes vibram pelas suas ideias políticas, pela recuperação da democracia, por uma comunidade académica "comprometida com o seu povo".

Pinochet costuma dizer que não tem medo dos "velhos políticos". É irónico e depreciativo quando se refere a eles. Certamente, é um erro de cálculo,

ainda que se movimente diante deles com uma certa confiança. Mas onde ele se encontra verdadeiramente perdido é diante da juventude. Estes são os jovens que se formaram sob as normas autoritárias criadas por ele. No entanto, nada muda. Os jovens estudantes surgem das sombras do túnel com as bandeiras que Pinochet supunha esquecidas e com novas bandeiras que anunciam uma possibilidade democrática renovada e de maior imaginação no caminho para se chegar a um acordo nacional.

última apela para a violência, você não defende a não-violência.

— Eu não conheço ninguém que tivesse apelado à violência. Sobre este ponto, houve um acordo no programa da mobilização: lutaremos pacificamente pela mobilização estudantil.

Já houve quem assinasse a declaração que da próxima vez que a Reitoria será para ocupar a universidade que vai fazer nesse caso?

— A DC jamais condene as ocupações como forma de mobilização pacífica. De facto, há várias vezes protagonizadas ocupações de locais universitários. Acharmos que essa é a forma legítima, quando o movimento estudantil se mobiliza perseguindo um objectivo. A decisão não depende de uma discussão de princípios mas sim do facto de avaliar se a medida é mais adequada no momento. Ela é necessária... e se é possível.

O novo presidente

Eis algumas declarações de Yerko Ljubetic à imprensa chilena. Apesar de oficiosos, os jornais tiveram de entrevistar o novo presidente da FECh pelo impacto da sua vitória e pela mudança que isso representa:

Muita gente se pergunta como é que o presidente da FECh vai trabalhar com um vice que sustenta ser preciso mandar estudantes à Nicarágua para se alimentarem do processo democratizador e que se solidariza com a luta democrática que se está a travar contra a ditadura (presidida por um democrata-cristão) em El Salvador...

— Existem vários níveis de acção comum no interior da federação. Quando, nalgum deles, houver posições diferentes ou até contraditórias, como acontece em política internacional, a FECh só se pronunciará sobre aquilo que suscite um acordo. É preciso não esquecer que há seis pessoas na direcção, mais 30 vogais, e que a maioria das inicia-



Ljubetic: "A universidade não está desvinculada do processo nacional"

tivas importantes, salvo as que competem à direcção, devem passar pelo Conselho de Vogais e pelo presidente.

Há quem diga que você não defende valores diferentes dos da esquerda. Assim, enquanto esta

A estratégia

Estão dispostos a enfrentar as autoridades para democratizar a universidade, que, segundo a própria definição, é o principal objectivo da mobilização estudantil?

— Procuraremos todas as formas possíveis. Ninguém da FECh se opõe à possibilidade de ela se faça nos termos mais conflituosos possíveis. Se a decisão for feita através de uma greve, gastaremos papel e tinta e estamos conscientes de que as autoridades universitárias vão fazer o que for possível para manterem no lugar, inclusive mandando providências para os estudantes.

Como vão obrigá-los a fazer uma greve por tempo determinado?

— A federação define estratégias para a demonstração. Acho que o mais impo-



A nova liderança estudantil quer discutir os problemas nacionais

será estreitar os laços entre as diferentes camadas para que a comunidade participe da vida. Segundo, criar espaços democráticos (como já ocorreu nas escolas, onde os directores académicos são eleitos pelos professores e não pelos decanos) para darmos o regime no interior da universidade. Realizar também

um plebiscito contra os reitores-delegados (pretendemos que a sua saída seja uma vitória desta federação) e, finalmente, organizar um plenário dos directórios académicos onde se reúna toda a comunidade universitária para discutir os destinos e passos a serem seguidos para criar a nova universidade alternativa.

“A FECh ao serviço do povo”, como diz o seu programa, “uma das armas principais com que o povo conta para acabar com a ditadura”. É realmente esse o tipo de federação estudantil que os alunos actualmente desejam?

— Esse é um dos trabalhos que a federação deve desenvolver. E não há dúvidas de que contamos com o apoio dos estudantes. Os grandes problemas universitários estão vinculados aos nacionais. Podemos citar um exemplo: a intervenção militar nas universidades é a manifestação da intervenção militar no país. A terrível crise económica que a universidade atravessa é também produto da política económica imposta ao país. Seria um absurdo propor soluções desvinculadas do plano nacional. Por isso, nós sempre dissemos que queríamos uma federação que actuasse politicamente no sentido de canalizar essas inquietações que são maioritárias no movimento estudantil. ●



EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Importa: *madeira, oleaginosas, frutas, etc.*

Exporta: *produtos alimentares, cereais, legumes, leite em pó, conservas, tomate, etc.*

Av. de Moscavide, 54-A — Moscavide — Portugal
Telex: 18758 Setuga — Telef. 2510536 — 2519246

A revolução, cinco anos depois

Um rápido balanço do governo de Babrak Karmal que, mesmo com a forte oposição de grupos contra-revolucionários apoiados pelos EUA, consolidou internamente o país. O desafio, agora, é a recuperação económica

José Monserrat Filho*

A dívida externa do Afeganistão é de 25 milhões de dólares. Quem informa é o vice-presidente do Conselho de Ministros e presidente do Comité Estatal do Planeamento, Sarwar Mangal, economista formado pela Universidade de Cabul, com dois anos de especialização em planeamento na URSS.

Segundo o ministro, a irrisória dívida externa, deve-se ao facto de os organismos financeiros internacionais — FMI, Banco Mundial, Banco Asiático — negarem sistematicamente os pedidos de empréstimos do Afeganistão, embora este continue a ser membro daquelas entidades. O governo de Cabul já protestou várias vezes contra tal discriminação.

Noventa e dois por cento da ajuda externa vêm dos países socialistas e o restante das Nações Unidas. A parte da URSS é de 72,5%. Após a revolução de Abril de 1978, o Afeganistão prontificou-se a receber o auxílio de qualquer país, desde que viesse sem condicionamentos políticos. As potências ocidentais

recusaram-se a prestar ajuda ou mesmo conceder créditos comerciais. A comunidade financeira "fechou-se em copas".

Assim, como aconteceu com Cuba e outros países, não foi o



O comércio interno não foi atingido pela contra-revolução

Afeganistão que se fechou para o Ocidente, mas o Ocidente que se fechou para o Afeganistão. Sobraram os países socialistas, com a URSS à frente, que logo iniciaram intensa cooperação com o novo regime. Mas, tal como antes, o país continua a querer desenvolver relações económicas com todos os países, indistinta-

mente. O intercâmbio com o dia, embora de volume ainda relativamente pequeno, é como exemplo de relações justas e mutuamente vantajosas.

"No país nada falta"

O ministro afirmou que nos últimos dois anos, conquistou a estabilidade económica". A inflação é de 12%. Os preços em 1983 tiveram um aumento médio de 20%, enquanto os preços dos mais populares subiram 30%. Para o ministro, comparado com a situação nos países vizinhos, os aumentos no Afeganistão são mínimos. Mas concluiu que, no ano de 1984, esta situação começou a se agravar. Assim, o governo resolveu criar uma comissão para cuidar do assunto. Às vezes, os preços no mercado ambulante são três ou quatro vezes maiores que os das cooperativas de consumo,

* José Monserrat Filho esteve há pouco no Afeganistão onde realizou uma série de reportagens.

menta o ministro. As carava-
de camões ou de camelos,
e vêm, cruzando a fronteira
es Paquistão, para onde o Afe-
stão reexporta muitos pro-
os, como se não houvesse
ilidades e sabotagens. O co-
cio está activo em toda a par-
O câmbio, livre. Nos bancos,
dólar vale 54 *afeganis*. No
cado negro, perfeitamente
l, a cotação duplica: 110
anis.

ende-se e compra-se de tudo
Afeganistão, desde as mais re-
nadas marcas internacionais
às mais grosseiras imitações
adas em Taiwan (Formosa),
g Kong ou Paquistão. Nos
rmináveis "bazares" de Ca-
encontra-se qualquer marca
ndial de cigarros, pasta de
tes ou lâmina de barbear.

O governo de Amim, que qua-
estruíu a revolução, tantos os
mandos que cometeu, igno-
do as tradições e a realidade
país, proclamou em 1979 um
o quinquenal impossível de
nprir. Amim foi deposto, jul-
o e fuzilado em fins de De-
bro desse ano, quando se ini-
a segunda fase da revolução,
acterizada por um exame
s realista, objectivo e sensato
problemas nacionais. (Ver
ernos nº 26, Agosto 80)

Plano Quinquenal

A partir de 1981, o país pas-
a ter planos anuais, envol-
do todos os sectores econó-
os e fixando as principais ta-
as produtivas. Com base na
eriência concreta dos quatro
nos até agora desenvolvidos,
neça agora em 1985 o 1º Pla-
Quinquenal, que vai até
19. Esse plano levará sanea-
to básico e instalações sani-
as a toda Cabul, além do
stecimento regular de luz
étrica, água em abundância,
hores transportes colectivos,
is escolas primárias, secundá-
e técnicas, maior número de
itações populares (edifícios



A construção de escolas é uma das prioridades dos planos de desenvolvimento

de apartamentos de quatro e cin-
co andares), seguindo os passos
das micro-regiões já construídas
nos últimos tempos.

Antes de finalizar o encontro,
perguntei a idade do minist-
ro. Respondeu-me: "francamente,
não sei ao certo. Mas não é
menos de 40 anos". Rimos. E
explica: "é o que calcula a minha
mãe. Quando eu nasci não se
costumava registar as crianças
imediatamente..."

A seguir, a entrevista que
Sarwar Mangal respondeu por es-
crito.

*Quais são as principais linhas
do desenvolvimento económico
do Afeganistão e quais os seus
principais projectos básicos?*

— Estamos profundamente
convencidos de que o atraso do
nosso país tem um carácter tem-
poral e surgiu devido à prolonga-
da dominação das relações feuda-
is e pré-feudais. O Afeganistão
tem um povo trabalhador, inteli-
gente, uma enorme riqueza natu-
ral e terra arável suficiente, fact-
ores que, bem utilizados, nos
transformarão rapidamente num
país desenvolvido, com indústria
avançada e diversificada, agricul-
tura produtiva e habitantes feli-
zes e de bom nível cultural.

Com base nisso, a estratégia
do nosso partido e do nosso Es-
tado revolucionário é dirigida no
sentido de assegurar um cresci-
mento planeado das forças pro-

ductivas, a construção gradual de
uma economia mista e a promo-
ção do nível moral e material
para o bem-estar da nossa gente.
O cumprimento destas tarefas
constitui a nossa maior frente de
luta por um futuro melhor e
mais próspero para o Afeganis-
tão.

Com vista a atingir estes
objectivos, os primeiros passos já
foram dados com os planos
de desenvolvimento económicos.
Trabalhos efectivos já foram re-
alizados. Como exemplos, pode-
mos citar a reforma agrária, a
criação de um sector estatal na
agricultura, o estabelecimento de
bases firmes para indústrias esta-
tais, a especificação das áreas
para a actividade dos sectores
público e privado da economia
nacional, o estabelecimento de
empresas estatais de transporte,
a campanha contra o analfabetis-
mo, a expansão das actividades
da previdência social, da saúde
pública, das escolas e jardins de
infância.

A agricultura e a pecuária
constituem a maior parte da pro-
dução nacional, a principal fonte
de emprego e a base alimentar da
nossa população. A sua partici-
pação no Produto Nacional Bru-
to (PNB) ultrapassa os 60%. Cer-
ca de 85% da força de trabalho
está envolvida, directa ou indi-
rectamente, neste sector. Por isso
a mudança do método e das re-
lações feudais de produção, que

predominaram no sector durante séculos, é o alvo da nossa atenção. É nossa convicção de que só através da extinção do sistema feudal e da implementação de uma reforma agrária democrática, poderemos preparar o terreno para o desenvolvimento das forças produtivas. E na base das novas relações agrárias, criaremos o alicerce para o desenvolvimento de outros ramos da economia nacional.

A política do partido e do Estado em relação às actividades do sector privado e do seu papel no processo da revolução democrática e nacional de Abril, procura uma genuína cooperação com os pequenos comerciantes e com os artesãos, no interesse deles e em benefício do povo. Todos os artesãos e pequenos comerciantes podem estar seguros de que o partido e o Estado estão profundamente interessados nas suas actividades produtivas e comerciais.

A política do partido e do Estado relativamente aos investidores nacionais busca, a longo prazo, uma cooperação efectiva e mutuamente benéfica do sector privado e dos investidores nacionais com o Estado, no quadro de um sector misto ou individual, criando para isso as necessárias bases legais e económicas. O nosso Estado revolucionário presta assistência aos investidores privados nacionais e defende-os da concorrência dos monopólios imperialistas e dos capitais estrangeiros.

Sob essas directrizes, o desenvolvimento do sector privado, paralelamente ao sector público, está no centro das nossas atenções. Actualmente, 250 pequenas e médias empresas industriais, que garantem emprego a 15 mil pessoas, funcionam activamente no sector industrial privado. Acrescente-se que 29 projectos para o estabelecimento de mais 53 pequenas e médias empresas privadas foram aprovados pelo Alto Comité de Investimen-

tos, do qual sou presidente.

A prática demonstra que as actividades sócio-económicas se encontram em expansão no nosso país. O valor da produção industrial nos sectores misto e estatal registou um crescimento de 13% no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado.

"Os países ocidentais negaram ajuda"

Quais são as principais características das relações económicas do Afeganistão com o exterior?

— No nosso país, como noutros países em desenvolvimento, o capital e a tecnologia são insuficientes. Por isso, desde os primeiros planos de desenvolvimento do Afeganistão, os créditos e doações dos países amigos, particularmente da URSS, foram a fonte de financiamento dos projectos.

Após a revolução de Abril (1978), a República Democrática do Afeganistão manifestou a sua disposição de aceitar a ajuda não-condicionada de países e organizações internacionais, sem dar preferência a este ou àquele. Mas os países ocidentais e os organismos financeiros internacionais a eles ligados, devido à sua natureza espoliadora e tendo em vista dificultar o processo revolucionário no nosso país, negaram qualquer assistência. No entanto, os países socialistas, com a URSS à frente, vieram em nossa ajuda, concedendo-nos assistência multilateral. No corrente plano anual, a parte referente aos países socialistas compreende 92% do total da ajuda estrangeira, sendo que a parte da URSS atinge 72,5%. É uma ajuda em condições muito favoráveis e a sua maior parte é de doações.

O papel do sector estatal

Quais são os planos de industrialização do país? Como resol-

ver o problema energético?

Uma importante tarefa do sector industrial é recuperar imediatamente as empresas cujo funcionamento foi interrompido pela acção criminosa da revolução interna e externa. Ao mesmo tempo, damos uma importância fundamental ao desenvolvimento do sector estatal e à criação das bases para a industrialização do Afeganistão revolucionário.

No primeiro plano nacional, que tem início em 1978, cujos trabalhos preliminares começaram, a maior ênfase é colocada justamente no sector industrial.

Actualmente, no campo energético, temos enfrentado dificuldades devido à escassez de electricidade, mas dispomos de várias possibilidades e abundantes recursos naturais para superar esse problema.

Há possibilidades de estabelecer novas centrais hidroeléctricas e termoeléctricas. Este ano, em Cabul, começou a funcionar uma nova termoeléctrica com capacidade para 44mw. Com a conclusão da planeada linha de transmissão de alta voltagem da URSS a Cabul, o problema da falta de energia será eliminado. Da mesma forma, estão em construção de numerosas centrais hidroeléctricas e termoeléctricas em diferentes regiões do país, das quais podemos mencionar as centrais a diesel em Kandahar, Bahghis, Zabul e Kabul, a hidroeléctrica de Salma, a hidroeléctrica de Sorob, a linha de transmissão de 110kv de Mazor Sheberghan e algumas outras.

Aumenta o PNB

Em que medida a guerra afecta o desenvolvimento económico do país e qual o modo dos prejuízos por ela causados?

— A esse respeito, devemos dizer que em consequência da guerra, a população à revolução

da dos países amigos, o desenvolvimento do processo revolucionário nunca foi interrompido.

O resultado da avaliação dos anos anuais implementados e a maior parte dos índices de desenvolvimento testemunham a manutenção de uma relativa estabilidade na situação económica e da segurança do país, bem como dos níveis desejados de crescimento da economia nacional nas actuais condições, especialmente após 1981.

Como decorrência das sérias medidas adoptadas pelo partido pelo Estado, os avanços registados na maior parte das áreas da economia nacional foram não apenas satisfatórios, como nalguns casos excederam os objectivos fixados no plano. Em 1983, o Produto Nacional Bruto cresceu 6% em relação ao ano anterior, enquanto o rendimento nacional cresceu 4,5%. Isto, tomando por base os preços de



Houve um aumento dos níveis de produção na agricultura

1978. Estes resultados devem-se à ampliação dos níveis de produção na agricultura e na pecuária e ao considerável incremento dos produtos industriais, junto com o desenvolvimento da construção civil. Esse crescimento foi acompanhado de um aumento de 6,4% do Produto Nacional Bruto consumido e do aumento

de 5,4% do rendimento nacional consumido.

Para o ano que acaba de findar, esperamos um crescimento de 4,1% no PNB produzido e de 6% no PNB consumido. Ao mesmo tempo, a renda nacional produzida terá um aumento de 2,9% e a renda nacional consumida de mais 5,9%.

oguiPAL



SOCIEDADE COMERCIAL LUSO-GUINEENSE, S.A.R.L.

R. Tomás Ribeiro, 50-4°
1000 LISBOA
PORTUGAL

Telex: 14238 ACTIME/P
Telef. 540019 548316 548269

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera, couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis, materiais de construção e bens de equipamento.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados africanos e europeus.



Arvid Volliano/Unicef

A África cada vez mais pobre

O relatório anual do Banco Mundial relativo a 1984 mostra que é esse continente quem paga o preço mais alto da crise econômica mundial*

A recuperação da economia nos países industrializados após a recessão mundial de 1980/82 não provocou nenhum efeito positivo na África, segundo os indicadores divulgados pelo Banco Mundial no seu relatório anual sobre a situação da economia capitalista. É o segundo ano consecutivo que os índices positivos registados em várias nações industrializadas do hemisfério norte não encontram correspondência entre os países africanos.

Enquanto, no ano passado, o Produto Nacional Bruto (PNB)

— uma medida da produção de bens e serviços — cresceu 2,3% nas nações capitalistas industrializadas, o rendimento *per capita* nos países da África sub-sariana ficou, em 1983, 11% abaixo dos índices registados em 1980. Em 1982, cerca de 18 países africanos estavam na lista das 30 nações mais pobres do mundo. Em 1983, este total subiu para 23. No ano de 1982, o Chade era o quarto país mais pobre, passando a ocupar agora o primeiro lugar, com a Etiópia e o Mali também incluídos entre as cinco nações com o menor rendimento *per capita* do mundo. Mais de metade dos países da África sub-sariana registou em 1983, uma queda do PNB *per capita*, havendo vários

casos em que a redução do de vida anulou completamente os escassos avanços verificados no início da década de 70.

O vice-presidente do Mundial, Ernest Stern, afirma que "a África apresentou queda constante de rendimento *per capita* nos últimos 20 anos, provocando o risco de tendência para o empobrecimento forçada — dentro de 10 anos, o africano médio será muito mais pobre do que na época da independência, nos anos 60. A situação geral do continente tem-se deteriorado a tal ponto que o próprio Banco Mundial decidiu injectar dois mil milhões de dólares no programa de crédito aos países sub-sarianos, dos nove mil milhões já prometidos.

Observadores em Washington afirmam que embora a dívida externa da América Latina tenha recebido muito mais publicidade, os países africanos enfrentam na verdade um dilema ainda mais cruel. Dos 31 processos de negociação de dívidas vencidas nos últimos quatro anos no âmbito do Fundo Monetário Internacional, 23 envolviam nações africanas, com alguns em que o mesmo país tentou procurar acordos com credores mais de uma vez no mesmo período de tempo. Segundo a revista inglesa *Economist*, o Banco Mundial admite que os países a serem pagos pelos países africanos endividados consomem em média 35% das suas exportações no período 1985/87, parado com apenas 13% em 1982.

Transferência de recursos

Este aumento da parcela dentro das receitas nas auferidas pelas nações africanas é um componente essencial para se entender o crescimento

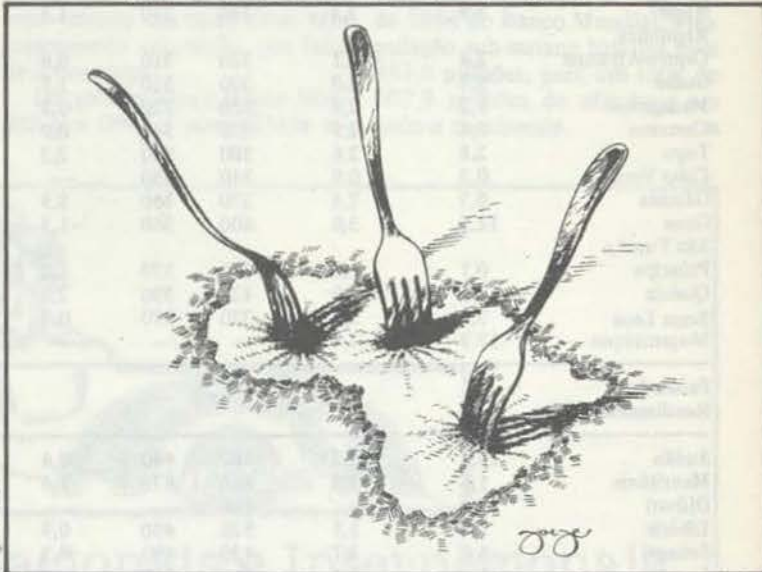
* Extraído de *Africa News*, uma newsletter editada por pesquisadores, jornalistas e militantes políticos norte-americanos.



Segundo a FAO, o africano médio come actualmente menos de 100 quilos de alimento *per capita* por ano

hrecimento da região. As divi-
gastas com o pagamento de
s, os são retiradas dos investi-
mentos essenciais para a saúde,
mentação, educação e infra-
ruras, necessários à retoma-
do crescimento económico.
m de empobrecerem a Áfri-
sub-sariana, os juros transfe-
n para os bancos credores e
sequentemente para o sector
nómico dos países ricos, res-
s fundamentais para per-
ir a melhoria das condições
vida no continente negro.

Esta realidade é no entanto
orada pelo Banco Mundial e
o FMI, que na sua última reu-
o realizada em Washington,
Setembro, anunciaram que
exigir dos países devedores
didas de austeridade, cortes
despesas públicas e revisão
taxas de câmbio. Vão exigir
mesmo tempo maior discipli-
orçamental e maior eficiência
ministrativa. Os novos projec-
de investimento financiados
o Banco Mundial darão prio-
de aos transportes, energia,
stecimento de água, esgotos,
comunicações e agricultura.
Os bancos internacionais afir-
m que os governos africanos
perdiçaram em muitos casos
ursos em obras sumptuosas,
estimentos improdutivos ou



simplesmente toleraram a cor-
rupção. Para compensar estes
problemas, o Banco Mundial
propõe uma maior intervenção
dos organismos financeiros na
administração da economia dos
países credores da África, o que
deve limitar a autonomia nacio-
nal e abrir caminho para a pene-
tração de interesses estrangeiros
em sectores até agora controla-
dos pelo Estado.

O relatório de 1984 do Banco

Mundial afirma que os proble-
mas económicos dos governos
africanos foram agravados pela
pior seca dos últimos 15 anos.
Os dados recolhidos pela FAO
revelaram que 24 dos 45 países
da África sub-sariana foram se-
veramente atingidos pela prolon-
gada escassez de chuvas, amea-
çando directamente a sobrevi-
vência de quase 150 milhões de
pessoas. Ainda de acordo com a
Organização das Nações Unidas

INDICADORES BÁSICOS DO BANCO MUNDIAL

Países de Baixo Rendimento	População (em milhões)	1970-1982 Crescimento Demográfico (% anual)	PNB <i>per capita</i>		Crescimento do PNB	Inflação Média anual (em %)	Índices de produção de alimentos 1969/71 = 100	Esper. de (em %)
			1981	1982				
Chade	4,6	2,0	110	80	-2,8	7,8	95	
Etiópia	32,9	2,0	140	140	1,4	4,0	83	
Guiné-Bissau	0,8	2,5	190	170	-1,7	7,1	—	
Guiné Equatorial	0,4	1,8	180	—	—	—	—	
Mali	7,1	2,7	190	180	1,6	9,8	83	
Zaire	30,7	3,0	210	190	-0,3	35,3	87	
Burkina Fasso	6,5	2,0	240	210	1,1	9,7	95	
Malawi	6,5	3,0	200	210	2,6	9,5	99	
Uganda	13,5	2,7	220	230	-1,1	47,4	86	
Ruanda	5,5	3,4	250	260	1,7	13,4	105	
Burundi	4,3	2,2	230	280	2,5	12,5	96	
Tanzania	19,8	3,4	280	280	1,9	11,9	88	
Somália	4,5	2,8	280	290	-0,1	12,6	60	
Benin	3,7	2,7	320	310	0,6	9,6	100	
Niger	5,9	3,3	330	310	-1,5	12,1	88	
República Centro-Africana	2,4	2,1	320	310	0,6	12,6	104	
Guiné	5,7	2,0	300	310	1,5	3,3	89	
Madagascar	9,2	2,6	330	320	-0,5	11,5	94	
Comores	0,4	2,5	320	340	0,9	11,7	—	
Togo	2,8	2,6	380	340	2,3	8,8	89	
Cabo Verde	0,3	0,9	340	350	—	11,9	—	
Gâmbia	0,7	2,4	370	360	2,5	9,7	—	
Gana	12,2	3,0	400	360	-1,3	39,5	72	
São Tomé e Príncipe	0,1	1,8	370	370	1,2	7,5	—	
Quênia	18,1	4,0	420	390	2,8	10,1	88	
Serra Leoa	3,2	2,0	320	390	0,9	12,2	81	
Moçambique	12,9	4,4	—	—	—	68	—	
Países de Rendimento Médio								
Sudão	20,2	3,2	380	440	-0,4	15,2	87	
Mauritânia	1,6	2,3	460	470	1,4	8,7	73	
Djibuti	0,4	—	480	—	—	—	—	
Libéria	2,0	3,5	520	490	0,9	8,5	88	
Senegal	6,0	2,7	430	490	0,3	7,9	93	
Lesoto	1,4	2,4	540	510	6,5	11,4	84	
Zâmbia	6,0	3,1	600	640	-0,1	8,7	87	
Zimbábwe	7,5	3,2	870	850	1,5	8,4	87	
Nigéria	90,6	2,6	870	860	3,3	14,4	92	
Camarões	9,3	3,0	880	890	2,6	10,7	102	
Botswana	0,9	3,7	1,010	900	6,8	11,5	—	
Suazilândia	0,7	3,2	760	940	4,2	12,8	—	
Costa do Marfim	8,9	4,9	1,200	950	2,1	12,4	107	
Congo	1,7	3,0	1,110	1,180	2,7	10,8	81	
Maurício	0,9	1,4	1,270	1,240	2,1	15,0	—	
Seychelles	0,1	2,7	1,800	—	—	—	—	
Angola	8,0	2,5	—	1,247	—	—	77	
Gabão	0,7	1,2	3,740	4,000	4,4	19,5	—	

Fonte: Relatório 84 do Banco Mundial

ra a Agricultura e Alimenta-
o, cinco milhões de crianças
ricanas morreram de fome no
passado e outros cinco
lhões estão de tal forma sub-
tridos que a sua sobrevivência
é seriamente ameaçada.

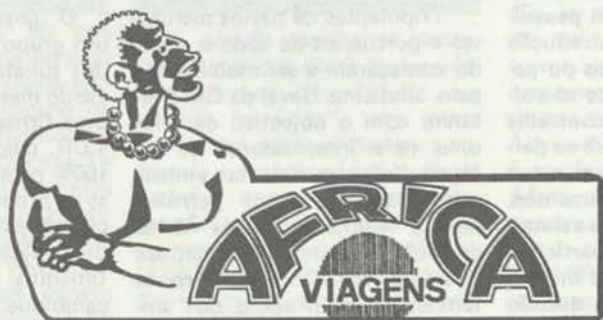
Desde 1970, a produção *per*
capita de alimentos caiu a uma
ca anual de 2%. Em 1975, a
eda ultrapassou a barreira dos
0 quilos de alimentos anuais
capita, considerada como a
ta mínima para uma existên-
saudável. E até Dezembro úl-
o, os técnicos da FAO credi-
n que a média da população
icana terá caído para menos
100 quilos.

Apenas quatro nações da área
mpreendida no estudo do Ban-
Mundial aumentaram a pro-
ção de alimentos em relação
s totais de 1967/71: Ruanda,
ública Centro-Africana, Ca-
ões e Costa do Marfim. Em
mpensação, Gana e Mauritânia

produzem hoje menos 15% do
que em 1967/71. Esta situação
fez com que, em termos médios,
a África sub-sariana seja a única
região do mundo onde a nutri-
ção piorou nos anos recentes. O
empobrecimento crescente teve
reflexos imediatos na esperança
de vida. O africano vive em mé-
dia 50 anos no máximo, mas
existem valores muito mais bai-
xos como na Gâmbia (36 anos) e
Guiné (38 anos). A mortalidade
infantil varia entre 77 por 1000
no Quênia, até 139 por 1000 na
Serra Leoa e Guiné. Na Zâmbia
e no Zimbábwe, mais de 20% das
crianças com menos de cinco
anos apresentam desnutrição em
segundo ou terceiro grau. No
Burundi, esta percentagem sobe
para 50% e no caso da Libéria
uma criança em cada cinco tem
crescimento retardado, por falta
de alimentação.

De acordo com o Banco Mun-
dial e a ONU a mortalidade in-

fantil na África era 50% mais al-
ta do que a média dos países
subdesenvolvidos na década de
50. Hoje é duas vezes mais eleva-
da. O banco alerta ainda que o
crescimento demográfico é um
dos elementos que a longo prazo
funcionará como inibidor do de-
senvolvimento económico. A po-
pulação da África sub-sariana
cresce muito mais do que no res-
to do mundo. A taxa de natali-
dade passou de 2,3% em 1960
para 3,1% actualmente. Nos cas-
os de Moçambique, Quênia e
Costa do Marfim o crescimento
demográfico já chegou aos 4%
anual, enquanto Cabo Verde re-
gista apenas 0,9%, índice causa-
do mais pela imigração do que
por uma política de controlo da
natalidade. Segundo o relatório
de 1984 do Banco Mundial, a po-
pulação sub-sariana totaliza hoje
381,6 milhões, para um total de
507,8 milhões de africanos em
todo o continente. ●



**Excursões Nacionais e Internacionais,
Hotéis com transfer In/Out
Serviço Personalizado e
Plantão Permanente
Passagens no Brasil e Exterior**

Av. Treze de Maio, 47/2801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tels.: 262-9473 - 240-9839
Telex (021) 31.347 JJMT-BR
EMBRATUR 02.608.00-42-0

Notas de Economia

PETRÓLEO NA ÁFRICA

A maior parte das empresas transnacionais de petróleo estão a reduzir drasticamente os seus investimentos em prospecção e exploração de novas jazidas em África. A CONOCO abandonou praticamente todas as suas concessões em África. A companhia francesa *CFP-Total* não renovou os seus contratos na Costa do Marfim, Camarões e Angola. Também a *Gulf Oil* (norte-americana) reduziu drasticamente as suas operações, à excepção dos investimentos em Angola. A *Phillips* renunciou às explorações na lucrativa plataforma continental do Gana. E a francesa *ELF* anunciou que se vai retirar do Senegal, Gâmbia e Sudão.

A saída das transnacionais é uma consequência da decisão adoptada pelas empresas europeias e norte-americanas de não aplicar mais dinheiro em pesquisas em África, devido à redução dos preços internacionais do petróleo. Elas afirmam que só voltarão a participar de contratos de risco no continente, se os países africanos aumentarem a sua participação nos investimentos. Em 1981, as companhias estatais de petróleo em África participavam com apenas 8% dos investimentos em pesquisa. A decisão das transnacionais é um violento golpe nas expectativas de vários governos da África que esperavam contar com divisas do petróleo para reequilibrar as suas balanças de pagamentos. Apenas Angola deve registar nos próximos anos um crescimento da sua produção petrolífera. A única companhia que manterá o nível actual de investimentos é a *Royal Dutch-Shell*, que actua em todo o golfo da Guiné.

As reservas petrolíferas comprovadas em toda a África estão avaliadas em cerca de 57 mil milhões de barris de petróleo, ou

seja, 9% das reservas mundiais. Neste total, não estão incluídas pelo menos dez novas reservas descobertas nos últimos dois anos no litoral do oceano Índico. O valor das reservas, segundo os técnicos, justificaria economicamente a exploração, mas as transnacionais estão a reduzir os investimentos para tentarem arrancar ainda maiores facilidades financeiras dos países africanos, que precisam explorar as suas reservas para aumentar a receita em divisas fortes e reequilibrar o comércio externo, além de reduzir o endividamento em dólares.

BOICOTE DE PETRÓLEO À ÁFRICA DO SUL

Tripulantes de navios mercantes e portuários de todo o mundo começaram a ser mobilizados pelo Sindicato Naval da Grã-Bretanha com o objectivo de criar uma rede internacional de informações para detectar embarques clandestinos de petróleo para o regime racista da África do Sul. A campanha chamada "Espões do Alto Mar" conta também com o apoio dos sindicatos de tripulantes da Austrália, Dinamarca, Suécia, Holanda e Itália.

O objectivo da campanha é recolher toda a informação possível sobre movimentação de petroleiros envolvidos no transporte clandestino de combustíveis para a África do Sul. As informações serão recebidas e processadas pelo Gabinete de Pesquisas Marítimas, criado pelo Movimento Europeu Anti-Apartheid, que depois divulgará os dados com o objectivo de denunciar as empresas que fazem tráfico ilegal de mercadorias

para portos sul-africanos. Ela ra a campanha admita que pode paralisar o transporte destino, ela acredita que a multiplicação de denúncias leve as companhias petrolíferas a transportadores a aumentarem o valor das taxas de risco por embarques destinados à África do Sul. No momento, o governo do apartheid já paga o equivalente a 60% de taxas adicionais sobre o preço do petróleo no mercado *spot* de Amsterdão. Além de combustíveis, os sindicatos vão patrulhar também os navios de material bélico e equipamento nuclear para a África do Sul.

ÁFRICA DO SUL E MOÇAMBIQUE CRIAM EMPRE

O governo moçambicano e um grupo de empresários sul-africanos criaram no mês de Novembro de 1981 uma firma de turismo, a MOZATUR, cujo capital será partilhado (50% para cada membro). A primeira empresa com participação estrangeira surgida na divulgação da nova lei de investimentos internacionais em Moçambique.

A MOZATUR terá sede em Maputo e dela também fazem parte Johannes Petrus Henning, chefe do grupo de empresas da região de Transvaal Oriental. A empresa mista contará com um capital de 25 mil dólares e tem como meta inicial a recuperação do complexo turístico da Inhaca. Antes da independência a ilha era muito frequentada por sul-africanos em férias. O empresário Johannes Henning afirmou que está também interessado em investir na agricultura e na criação de animais em Moçambique.

TRANSNACIONAIS FABRICAM
MÉDIOS PROIBIDOS

Um relatório das Nações Unidas indicou que cerca de 190 medicamentos proibidos na Europa e Estados Unidos continuam a ser fabricados e vendidos no Terceiro Mundo por empresas transnacionais. No México, por exemplo, são normalmente consumidas cerca de 336 marcas de produtos farmacêuticos incluídos na lista negra da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre as firmas acusadas de violar as normas da OMS, estão 15 transnacionais farmacêuticas dos Estados Unidos, três da França, três da Alemanha Federal, uma da França e uma da Grã-Bretanha.

A lista negra da OMS inclui analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios; dois anestésicos, três anti-alérgicos, um anti-convulsivo, 45 anti-infecciosos, 10 cardiovasculares, 30 que atuam sobre o sistema nervoso central, 14 sobre o sistema gastrointestinal e um produto de aplicação dermatológica. Além disso, estão proibidos 19 produtos hormonais, dois contra infecções hepáticas, oito solventes farmacêuticos, quatro para doenças respiratórias e seis vitaminas. Os remédios proibidos podem causar desde danos irreparáveis ao organismo humano até a mor-

temo, já controla cerca de 30 companhias produtoras de sementes na Europa. Nos Estados Unidos, apenas quatro empresas detêm dois-terços do mercado de sementes de milho híbrido e sorgo.



A invasão maciça de sementes produzidas pelas transnacionais provoca o risco de uma "erosão genética", um termo criado por especialistas para expressar o desaparecimento de variedades regionais. Na Índia, por exemplo, as 100 mil toneladas de sementes de trigo destinadas às últimas colheitas eram formadas basicamente por duas variedades. A concentração das plantações num reduzido número de tipos de semente fez com que os efeitos de eventuais epidemias de doenças vegetais tenham consequências catastróficas. Na Índia, foram perdidos na última safra 2,5 milhões de toneladas de cereais só pelo efeito do ataque de fungos.

Antes da introdução das variedades desenvolvidas por firmas transnacionais, existiam na Índia quase 40 tipos de sementes de milho. A diversificação dos cultivos fazia com que, tradicionalmente, uma epidemia tivesse

sempre um alcance restrito pois afectava apenas um número reduzido de variedades, já que as demais eram resistentes. Outra consequência é a necessidade de importar fertilizantes nitrogenados para garantir safras elevadas. Mais uma vez, o caso indiano mostra as consequências: nos últimos dez anos, o país teve que multiplicar por seis a importação de adubos. Fenômeno idêntico aconteceu nas Filipinas, depois que o governo local decidiu impor um tipo único de semente de arroz.

MATÉRIAS-PRIMAS: A
DEPENDÊNCIA DOS RICOS

Os países ricos da Europa e da América do Norte aumentaram a sua dependência em relação às matérias-primas exportadas pelo Terceiro Mundo, conforme um relatório divulgado recentemente pelos principais institutos de pesquisa económica da Alemanha Federal. Apesar disso, a participação dos governos da África, América Latina e Ásia no comércio mundial continua inferior às trocas entre as nações industrializadas.

De acordo com as estatísticas, em 1983, o comércio mundial alcançou um total de 1.806 mil milhões de dólares, dos quais 834 mil milhões dizem respeito a trocas entre países industrializados. No mesmo período, os países ricos importaram do Terceiro Mundo mercadorias no valor de 287 mil milhões de dólares e exportaram 271 mil milhões. O comércio Sul-Sul alcançou, nos 12 meses de 1983, o valor de 145 mil milhões de dólares. Os países socialistas compraram produtos do Terceiro Mundo no valor de 23 mil milhões de dólares e exportaram mais de 40 mil milhões.

AGRICULTURA: O NOVO ALVO
S "SETE IRMÃS"

As sete maiores transnacionais do petróleo estão, no momento, a levar a cabo investimentos maciços no campo da agricultura visando especialmente o controlo das áreas produtivas do Terceiro Mundo. A empresa Royal Dutch-Shell, por

INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO



Quem faz da imagem e dos sons
um instrumento para a promoção
do desenvolvimento, da educação,
do progresso, da paz, da justiça,
e do bem-estar social, sabe que
carinho é fundamental para se
atingir qualidade, beleza e
eficiência.

KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO Lda.
TRABALHO COM MUITO CARINHO!

Empresa produtora de filmes, audio-visuais, reportagens,
fotografia e trabalhos de produção
República Popular de Moçambique
Av. Patrice Lumumba n.º 577 — Maputo
Telefones: 2 86 15 2 24 13 Caixa Postal 4645



pecial

El Salvador

El Salvador: O custo humano da guerra

Mark Fried e Horacio Castellanos Moya

o mínimo dois milhões de salvadorenhos têm a sua existência diária directamente afectada por uma guerra que dura há quatro anos e já causou 55 mil mortos. O custo humano dos combates, agravado pelas acções sanguinárias dos "esquadrões da morte", é hoje o tema central da polémica entre a guerrilha e o governo. O presidente José Napoleón Duarte quer uma amnistia que inclua os "esquadrões" e assassinos pagos pelo governo, enquanto que a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), juntamente com a Frente Democrática Revolucionária (FRD), exigem que o exército salvadorenho

respeite a Convenção de Genebra, com o objectivo de reduzir ao mínimo as perseguições contra a população civil. A posição do governo democrata-cristão de Duarte implica o perdão para os responsáveis por massacres mundialmente condenados e que violaram todas as normas internacionais sobre conflitos armados. Já a guerrilha quer "humanizar a guerra", como primeiro passo para levar adiante o diálogo iniciado há cerca de três meses. Os rebeldes afirmam que o governo deve adquirir um mínimo de respeitabilidade, para que qualquer negociação futura possa ser digna de crédito.

As conseqüências do diálogo



Há dois meses, no povoado de La Palma, começou um novo desdobramento político da guerra civil envolvendo a oligarquia e os movimentos populares em El Salvador

Com a realização do primeiro diálogo entre o regime de José Napoleón Duarte e os rebeldes, no dia 15 de Outubro, foi iniciada uma nova dinâmica política nessa nação centro-americana. Após quatro anos de guerra civil, o povo salvadorenho vislumbra a possibilidade de alcançar a paz através de uma solução negociada do conflito.

No entanto, tanto os representantes governamentais como os da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR) afirmaram que se trata de um processo difícil, complexo e que não se deve esperar nenhum "milagre".

A nova dinâmica política gerada pelo início das conversações tem como principal resultado a abertura de um espaço político para a mobilização popular em favor da paz. O dirigente opositorista Rubén Zamora explicou que se trata de uma "dinâmica aberta", na qual o regime e a FMLN-FDR disputam a liderança e a opinião pública, principalmente nas grandes cidades.

Um balanço do diálogo mostra que a FMLN-FDR conseguiu maior legitimidade no interior do país. Os rebeldes mostraram que têm como objetivo principal, encontrar uma solução política para a guerra. Os rebeldes conseguiram, também, abrir um novo espaço de luta, principalmente na capital salvadorenha, onde a população tem sido virtualmente amordaçada, desde 1981, pela máquina repressiva do governo. A partir do diálogo, as massas populares intensificaram as manifestações de apoio à solução política.

Não resta a menor dúvida de que a proposta feita pela FMLN-FDR em 1981, no sentido de se procurar o caminho da negociação para acabar com a guerra, transformou-se numa realidade. A aceitação pelo regime de um diálogo com os rebeldes é um claro reconhecimento do poder político-militar que estes possuem.



Guillermo Ungo, o comandante Fermán Cienfuegos e Rubén Zamora

O diálogo continuará

Outra conquista da FMLN-FDR foi a garantia de que o diálogo continuará. Os rebeldes esperam que as conversações não se transformem em meras manobras táticas de Duarte, mas no início de um amplo processo político. Anteriormente, a aliança opositorista teve contatos com representantes oficiais (incluindo o enviado especial da administração Reagan para a América Central, Richard Stone), sem que houvesse uma continuidade desses encontros.

Com a sua participação no diálogo, o pri

Duarte evoluiu substancialmente em termos de conhecimento internacional. Fontes da oposição afirmaram que, durante a visita do presidente salvadorenho à Europa e à América do Sul, vários líderes políticos (entre eles Margaret Thatcher e Helmut Kohl) expressaram o desejo de que o governante democrata-cristão de Duarte aceitasse um diálogo com a FMLN-FDR.

Duarte conseguiu também alcançar certos objetivos incluídos na sua campanha para ganhar as eleições legislativas e municipais de Março próximo. Agora, ele apresenta-se como o "presidente da paz", tentando, com isso, obter votos suficientes para controlar a Assembleia Legislativa, actualmente dominada pela extrema-direita. Nesse sentido, o conteúdo das conversações traduziu-se num acirramento das contradições entre o governo e os ultra-direitistas.

Em termos regionais, com o diálogo, o regime salvadorenho conseguiu uma cobertura mínima para a sua rejeição da Acta de Paz proposta pelo Grupo Contadora. Para Duarte é impossível aceitar as propostas da Acta, porque a suspensão da ajuda militar e a saída dos assessores norte-americanos significarão a sua derrota perante os rebeldes.

Para o povo salvadorenho, a busca da paz é uma prioridade. Apesar disso, ficou evidente que o regime e os rebeldes têm concepções diferentes sobre essa "paz". Duarte procura uma paz abstracta, quase abstracta, mais adequada às suas necessidades políticas actuais. Por seu lado, a FMLN-FDR defende uma paz com justiça social,



O diálogo de La Palma: nesta igreja, abriam-se as perspectivas de paz

com respeito pelos direitos humanos e pela soberania nacional.

O diálogo em si, também não é uma garantia de que será alcançada a etapa da pacificação. O diálogo deve converter-se em negociação. Essa é a proposta dos rebeldes, através da qual serão definitivamente postas à prova as verdadeiras intenções de ambos os lados. (H.C.M.)

A segunda volta das negociações

A segunda reunião do diálogo entre governo e guerrilha em El Salvador ocorrida a 30 de Novembro último, terminou com um impasse nas questões de fundo, mas logrou avanços moderados em problemas conjunturais. Assim, por exemplo, foi acertada uma trégua durante as festas de Natal e Ano Novo, foi reafirmada a decisão de continuar as conversações, ao mesmo tempo que as duas partes avançaram nas discussões sobre a humanização da guerra.

As doze horas de reunião realizadas no retiro religioso de Ayagualo, situado a 15km de San Salvador, foram assistidas por representantes da igreja. A delegação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional—Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR) era composta pelos

comandantes Facundo Guardado, Dagoberto Rodríguez, Rubén Zamora e Héctor Oqueli. Do lado do governo, estavam os ministros da Presidência, Planeamento, o vice-ministro da Segurança e um assessor pessoal do presidente Napoleón Duarte.

Logo depois da reunião, o governo declarou serem inaceitáveis as propostas da FMLN-FDR de que o cessar-fogo deve ser precedido de mudanças políticas que conduzam a uma paz sem presos políticos, torturas e intervenção estrangeira. O presidente Duarte tem insistido numa amnistia geral, que inclua os esquadrões da morte e torturadores, ao mesmo tempo que exige a incorporação dos guerrilheiros no exército regular como condição para uma trégua. Apesar das divergências bastante agudas entre os dois lados, o facto de que tanto a guerrilha como o governo tenham decidido continuar o diálogo dá a entender que o processo será mantido. A próxima reunião ainda não tem data nem lugar marcados, acreditando-se que ela deverá acontecer logo no início do corrente ano.

A situação da imprensa



Durante o encontro de La Palma, os jornalistas tiveram um pouco mais de liberdade, mas o governo e a oligarquia continuam com o controlo total dos meios de comunicação do país.

O diálogo entre o regime salvadorenho e o movimento revolucionário, iniciado a 15 de Outubro de 1984, abriu a possibilidade de aparecerem novas condições políticas para a mobilização popular e para romper o cerco informativo a que foi submetida a população durante os últimos cinco anos.

As promessas do presidente José Napoléon Duarte no sentido de abrir espaços para que os rebeldes se integrem no que ele chama de "processo democrático", implicam entre outras coisas a necessidade de que o regime respeite o direito à informação. Os diversos grupos políticos devem poder expressar-se sem medo de represálias por parte das forças militares e paramilitares do governo.

Mas, nas condições actuais, com a extrema polarização social em consequência dos quatro anos de guerra civil, as possibilidades de que Duarte cumpra as suas promessas são mais do que duvidosas. No que respeita à imprensa, os limites de uma eventual abertura estariam marcados pela tradição repressiva das forças armadas e dos grupos de poder que controlam a maior parte dos meios de comunicação.

De acordo com o Centro de Documentação da *Salpress*, durante o período de Janeiro de 1980 a Agosto de 1984, as forças governamentais assassinaram 21 jornalistas, feriram 15, capturaram e torturaram 31 e fizeram desaparecer dois. Nesse mesmo período, os efectivos militares do regime realizaram 20 atentados contra instalações de meios de comunicação da oposição e invadiram 15.

Em dois anos, de 1980 a 1982, o governo encerrou (quando não dinamitou) os jornais *La Crónica del Pueblo*, *El Independiente* e *Acción Popular*, assim como a Agência de Imprensa Independente (API). Cada um dos três jornais tinha uma tiragem diária de 20 mil exemplares, onde denunciavam a violação dos direitos humanos e criticavam a linha



Locutores da *Radio Venceremos*: informação sobre a luta revolucionária

política da junta militar democrata-cristã que então governava o país. Eram veículos privados sem nenhuma vinculação partidária.

Com a chegada de Duarte à presidência da República, a 1 de Junho de 1984, a situação da imprensa não se alterou sensivelmente. Houve, contudo, um elemento novo: o aparecimento de uma rádio destinada a criar uma nova imagem do país, destacando a sua vocação democrática e o seu respeito pelos direitos humanos e a sua abertura ao diálogo.

Com o objectivo de promover essa abertura, Duarte estabeleceu uma política de duas fa-

lado, as rádios despediram vários jornalistas dependentes que realizavam reportagens con-venientes à imagem desejada pelo regime; por outro, o governo lançou uma campanha para desacreditar organismos humanitários que fornecem informações sobre violações aos direitos humanos, tentando tirar-lhes credibilidade junto à imprensa internacional.

Imprensa da direita

Como em vários países latino-americanos, a maior parte dos meios de comunicação salvadorenses são propriedade de tradicionais famílias oligárquicas, cujos interesses visam a manutenção das atuais estruturas sócio-económicas. As suas posições políticas são de direita e de ultradireita.

Os principais jornais, canais de televisão e rádios em-se à política reformista estabelecida pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e apoiam os pontos de vista da iniciativa privada.

Em El Salvador, existem quatro jornais com tiragem diária total de 200 mil exemplares. A *Imprensa Gráfica*, propriedade da família Dutriz, representa o sector da oligarquia que se identifica com as propostas da administração norte-americana, crítica a ineficácia administrativa do governo e reproduz integralmente os comunicados das forças armadas.

A *El Diario de Hoy*, propriedade da família Alvarado Madriz, é ainda mais conservador que o anterior e sustenta que qualquer intervenção governamental na economia é negativa. Esse jornal é dirigido pelo major Roberto D'Aubuisson, líder da ultradireita Aliança Republicana Nacionalista (ARENA) e critica o governo de Duarte em tudo e diz respeito à sua política populista.

A *El Diario Latino* é um pequeno vespertino com uma tiragem de 15 mil exemplares, que se identifica também com a extrema direita. O outro vespertino, o *El Mundo*, foi qualificado como "o liberal" dos jornais do país, já que se atreve a publicar artigos pagos pelas organizações populares e programas internacionais que diferem da posição oficial. Isso é possível, graças ao facto do jornal ser propriedade de um grupo de accionistas, o que permite um pouco mais de espaço para os editores.

Nenhum dos jornais mencionados critica as forças armadas ou as instituições públicas como parte do sistema. Todos apoiam o sector empresarial e a política da administração norte-americana para a América Central.

Quanto aos rádios, existem três que têm programas noticiosos: as redes radiofónicas SKL, e YSU, e a *Radio Sonora*. Nas três, os programas noticiosos baseiam-se principalmente em matérias das agências ocidentais e em entrevistas telefónicas. Não costumam fazer comentários ou



Um jovem combatente prepara artigos para o boletim *El Guerrillero*

editoriais. Recentemente, os donos da YSU despediram uma equipa de repórteres sob a acusação de "esquerdistas".

Os três canais de televisão privados são controlados por uma só pessoa: Boris Eserzki, um judeu de origem polaca. Não há programas noticiosos no sentido estrito da palavra. Conta-se que, há alguns anos, quando um jornalista propôs a criação de um programa informativo, Eserzki respondeu: "não quero nada que possa forçar-me a divulgar que um amigo meu faz parte dos esquadrões da morte". O governo possui dois canais de televisão, totalmente sujeitos à censura.

Mudança de linguagem e breve abertura

Na sua edição de 15 de Outubro, o *The Miami Herald* informava que a chegada a El Salvador dos dirigentes opositores Guillermo Manuel Ungo e Rubén Zamora era a "primeira vez que um dirigente rebelde aparece em público neste país, depois de muitos anos".



"Esta bre
abertura
meios de
comunic
durante
conjunto
diálogo
evidênc
desrespe
direito de
informaç

"Sinal de Libertad

Um dia depois do encontro de La Palma, a 16 de Outubro, o *The New York Times* chamou a atenção no seu editorial para um aspecto: os guerrilheiros, a quem a linguagem oficial chamava de "terroristas", converteram-se imediatamente em *los alzados en armas* (rebeldes em armas) e as rádios guerrilheiras já não se referiam ao "títere Duarte", mas ao "regime de José Napoleón Duarte".

Nessa mesma data, o *The Washington Post* constatou que para os milhões de salvadoreños que não puderam ir a La Palma, o evento chegou através da rádio e da televisão. "Uma breve e difícil trégua na propaganda permitiu que os meios de comunicação salvadoreños difundissem um fluxo de informações sem precedentes, não somente acerca das conversações, mas sobre aqueles rebeldes cujos nomes e actividades haviam sido proibidos durante anos", assinalava o artigo.

"O direito dos repórteres de apresentarem os pontos de vista de ambos os lados, só foi obtido depois de uma breve escaramuça" — explicava o jornal — já que "quando a primeira entrevista com a guerrilha foi para o ar, no domingo 14, pela manhã, o governo colocou todas as rádios em cadeia nacional", embora, "momentos depois, a decisão tivesse sido revogada".

A televisão salvadorenha referiu-se aos dirigentes guerrilheiros pelos seus próprios nomes, mas em nenhum momento transmitiu entrevistas com os representantes oposicionistas. O matutino *El Diario de Hoy* publicou nas suas páginas interio-

res uma nota sobre o diálogo na qual realça "muitos sectores da população estão descontentos com a quase cerimoniosa recepção oferecida aos representantes da subversão".

Por outro lado, as três emissoras de rádio mencionadas levaram ao ar entrevistas com dirigentes do movimento revolucionário, assim como notas das agências noticiosas da oposição (*El Mundo* e *Salpress*) que enviavam os seus serviços de Manágua e México.

Um desafio para Napoleón Duarte

Esta breve abertura dos meios de comunicação durante o diálogo governo-guerrilha, põe em evidência o desrespeito ao direito de formação levado a cabo pelo regime salvadorenho. Este é um facto não apenas político, mas social. A maioria dos meios de imprensa legalmente existentes pertencem à ultradireita e alguns, à direita moderada.

Neste quadro, há um consenso em El Salvador no sentido de que o convite de Duarte para que os rebeldes ingressem no "processo democrático" deve vir acompanhado, entre outros aspectos, de uma real abertura dos meios de comunicação, a criação de um espaço político (entendado como pluralidade) que permita o aparecimento dos meios de imprensa necessários para garantir o pluralismo político, respeitando-se o exercício do direito de expressão. No contexto actual, dificilmente Duarte poderá enfrentar este desafio. (H. C. M.)

Uma frente na guerra pela paz



Dois depoimentos de representantes de organismos — um eclesiástico e outro independente — que lutam em defesa dos direitos dos cidadãos salvadorenhos

A luta pelos direitos humanos em El Salvador é uma batalha constante e difícil. Durante 50 anos, as instituições militares e policiais sacram, prenderam e fizeram desaparecer pessoas com total impunidade. Hoje, as violações diárias e em massa.

Vários organismos religiosos e independentes alham para defender os direitos humanos, to- inspirados na doutrina cristã e no exemplo da de monsenhor Oscar Arnulfo Romero, assassi- o em 1980 por um esquadrão da morte. Graças investigações e denúncias feitas pelo Gabinete Tutela Legal do Arcebisado, a Comissão de Di- os Humanos de El Salvador, o Socorro Jurídico Comitê de Mães "Oscar Arnulfo Romero", vá- presos foram libertados. O caso mais recente o do sindicalista Héctor Bernabé Recinos, pre- sem julgamento desde 1980, e que foi para a anda no início de Outubro último.

Os grupos que defendem os direitos humanos cionam como mediadores procurando o diálo- entre as partes e pressionando as forças arma- para que respeitem os convênios internacionais re conflitos internos.

María Julia Hernández, encarregada do Gabinet- Legal do Arcebisado, afirma que, desde a pos- do novo presidente José Napoleón Duarte, as tes dos esquadrões da morte diminuíram quan- tivamente, mas qualitativamente a estrutura itém-se intocável.

Actualmente, declarou María Julia, a maior par- las violações acontece nas áreas rurais, teatro icipal da guerra, onde povoados inteiros são abardeados e massacrados. O bombardeamento scriminado de alvos civis está proibido pelo tocolo 2 da Convenção de Genebra, por cuja cação em El Salvador lutam os organismos de- sadores dos direitos humanos.

Os povoados civis sempre foram bombardea-

Salpress



A mãe de um "desaparecido": a guerra suja dos esquadrões da morte

dos, mas nunca de forma tão sistemática como a partir do início de 1984. Sobretudo nas zonas alta e baixa de Suchitoto, muito perto de Guazapa — onde sem dúvida nenhuma existem alguns alvos militares —, mas o resto da área é totalmente civil e tem sido sistematicamente bombardeada ao nível de extermínio", disse a encarregada do Gabinete de Tutela Legal.

O Gabinete recebe denúncias sobre pessoas pre-

sas, desaparecidas, assassinadas, de gente que está detida sem assistência jurídica, de massacres ou bombardeamentos no campo e age segundo cada denúncia. Ou seja, o procedimento do Gabinete não é o mesmo para todos os casos.

"Se são capturas ou desaparecimentos, dirigi-mo-nos imediatamente aos quartéis para perguntar sobre a pessoa, até encontrá-la. Quando nos respondem que sim, que a pessoa está presa para investigações, já sabemos que geralmente ela será transferida para um cárcere. Mas, é muito difícil que seja libertada imediatamente em função da nossa acção. Ao passar ao cárcere, temos advogados que nos auxiliam na parte jurídica", conta Maria Julia.

"Mas — continua —, o julgamento não é público nem aberto. Depois que o detido sai da investigação preliminar — feita por cinco juizes de instrução militar — ele é mandado ao juiz de primeira instância, que é advogado. Apenas um juiz, para todos os casos políticos e militares, pode determinar se o detido será libertado ou não. Mas esse juiz não tem poder para fazer cumprir a sua decisão. O



Maria Julia Hernández: "o julgamento não é público"

preso tem que passar a uma terceira instância, o Tribunal Militar, integrada por dois militares e um advogado (que geralmente adopta o nome de juiz de primeira instância). Então, o preso vai ao primeiro juiz, para novas investigações e julgamento eterno".

O advogado contratado pela Tutela do Detido só pode entrar na defesa do detido

As estatísticas das violações

Pessoas assassinadas na população civil (mês de Setembro de 1984), por sector:

	Outros anos 1980	1982
Camponeses	8	2
Operários	2	5
Estudantes	1	2
Empregados	6	9
Profissionais Liberais	1	
Donas-de-casa	4	
Religiosos	2	1
Seguranças	1	Operário
Não-identificados	58	
Total	83	

Responsáveis pelas mortes:

Batalhão Manuel José Arce	1
Polícia Fiscal	6
6ª Brigada de Infantaria	1
3ª Brigada de Infantaria	7
Esquadrão da Morte	20
Exército Nacional	48
Total	83

Pessoas presas, correspondente ao mês de Setembro de 1984, por sector:

Camponeses	
Operários	
Estudantes	
Professores	
Empregados	
Profissionais Liberais	
Donas-de-casa	
Soldados	
Total	

Responsáveis pelas prisões:

Exército Nacional	5
Guarda Nacional	2
Polícia Nacional	
Esquadrão da Morte	
Defesa Civil	
Total	1

Pessoas desaparecidas, durante o mês de Setembro de 1984, por sector:

Camponeses	
Operários	1
Estudantes	6
Empregados do sector terciário	1
Comerciantes	7
Donas-de-casa	
Cabos	20
Não-identificados	48
Total	83

este tenha passado pela investigação preliminar que dura mais ou menos 18 dias.

aparecimentos e assassinatos

No caso dos desaparecidos, o Gabinete de Tutela procede como no caso das prisões. E, só depois de esgotar os recursos jurídicos internos, é que recorre à ONU ou à OEA. Segundo María Julia, o caso de violação dos direitos humanos é a anáide, a angústia, a tortura psicológica que essas denúncias causam aos familiares, vítimas directas da repressão.

No caso de assassinatos, "a única coisa que podemos fazer é denunciar", porque não há em El Salvador um tribunal capaz de aplicar a lei, pois sequer há lei", diz a encarregada do Arcebispo para a defesa dos direitos humanos. E segue, explicando que, muitas vezes, também podem fazer mais nada senão denunciar os crimes e bombardeamentos contra alvos civis. Sendo possível, o Gabinete envia uma delegação local onde ocorreram essas violações para ficá-las *in loco*. Senão — diz ela —, "basta-nos o

testemunho de uma pessoa" para que seja feita a denúncia.

A posição dos EUA

A embaixada norte-americana em El Salvador tem feito duras críticas ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete Tutelar do Arcebispo. Para a encarregada deste órgão a embaixada adopta um critério político e não humanitário nas suas críticas à metodologia da igreja, pois, explica, "se a gente realça os direitos humanos a nível político, pode-se dizer que alguns casos tipificam assassinato e outros não. Mas, a nível humanitário, temos que ser objectivos, ainda que isso possa não ser do agrado de alguns". As forças armadas geralmente não aceitam que as vítimas sejam civis, dizem que eram combatentes. "Para nós — diz María Julia — o que vale é o critério do direito internacional humanitário".

O diálogo do presidente Duarte com a guerrilha foi positivo porque "rompeu esquemas" e, na medida em que se falou de pluralidade ideológica e

ntes:

Comissão dos Direitos Humanos de El Salvador — CDHES
Gabinete de Tutela Legal do Arcebispo
Corro Jurídico Cristão
Comité de Presos Políticos de El Salvador — COPPES
Comité de Mães "Monsenhor A. Romero"
Jornal *El Mundo*
Jornal *La Prensa Gráfica* (LPG)
Diário *de Hoy*

Pessoas capturadas pela FMLN durante o mês

Setembro de 1984, por sector:

Industriais	2
Empregados	2
Famílias-de-casa	1
Não-identificados	5
Total	10

ntes:

Comissão dos Direitos Humanos de El Salvador — CDHES
Gabinete de Tutela Legal do Arcebispo
Corro Jurídico Cristão
Comité de Presos Políticos de El Salvador — COPPES
Comité de Mães "Monsenhor A. Romero"
Jornal *El Mundo*
Jornal *La Prensa Gráfica* (LPG)
Diário *de Hoy*

Mortos pela FMLN referente ao mês de

Setembro de 1984, por sector:

Guarda Nacional	2
Soldados	7
Colaboradores	1
Total	10

Fontes:

Comissão dos Direitos Humanos de El Salvador — CDHES
Gabinete de Tutela Legal do Arcebispo
Corro Jurídico Cristão
Comité de Presos Políticos de El Salvador — COPPES
Comité de Mães "Monsenhor A. Romero"
Jornal *El Mundo*
Jornal *La Prensa Gráfica* (LPG)
Diário *de Hoy*

Pessoas desaparecidas noutros anos por sector:

Camponeses	1	Nota: Outros anos	
Comerciantes	1	1980	
Soldados	2	Soldados	1
Não-identificados	2	1981	
Total	6	Comerciantes	1
		1982	
		Camponeses	1
		Soldados	1
		Não-identificados	1
		Total	3
		1983	
		Não-identificados	1

de humanização do conflito, surgiram novos argumentos para lutar por uma melhor aplicação do direito internacional humanitário. Segundo María Julia, o caminho do diálogo e da paz têm terríveis inimigos nos esquadrões da morte, sobretudo no Exército Secreto Anticomunista (ESA), que ameaçou de morte muitas pessoas que se pronunciaram a favor das conversações entre Duarte e a guerrilha. "Por outro lado — continua — estão os interesses hegemônicos dos Estados Unidos, que é a parte mais empenhada em manter a sua hegemonia na área, sem respeitar a autodeterminação dos povos.

"Determinado tipo de tortura, certo tipo de execução, a forma como transportam o cadáver de um lado para o outro, a retirada dos papéis de identificação", entre outros detalhes, possibilitam aos organismos defensores dos direitos humanos saber se se trata ou não de uma vítima dos esquadrões da morte, diz María Julia Hernández, que assinala ser apenas uma missionária cristã e, por isso, se sente na obrigação de lutar pelo cumprimento dos fundamentos evangélicos, como todos aqueles que, como ela, desenvolvem uma intensa e humanitária acção em El Salvador para defender o direito à vida, à liberdade e à justiça.

O Comité de Mães

O Comité de Mães e Familiares de Presos, Desaparecidos e Assassinados Políticos de El Salvador "Monsieur Oscar Arnulfo Romero", foi fundado em 1977 e aglutina actualmente mais de 500 mães e familiares. As suas actividades incluem a recolha de depoimentos sobre violações aos direitos humanos, publicação de denúncias em espaços pagos ou cartas abertas aos jornais, realização de marchas e "manifestações não-violentas pela paz", além de reuniões com funcionários governamentais nacionais e estrangeiros em busca de apoio.

Poucos dias após a posse do novo presidente salvadorenho, o Comité de Mães solicitou uma audiência para colocar as suas reivindicações, mas a audiência foi negada. As representantes do Comité foram recebidas, no dia 8 de Junho de 1984, por um funcionário do governo de Duarte, o advogado Adolfo Rey Prendes.

Resposta inqualificável

"Relatámos ao sr. Rey Prendes os nossos problemas e pedimos uma amnistia geral para todos os presos políticos. Respondeu-nos que isso significava perdoar os assassinos que haviam morto os nossos familiares. Ele falou do perdão aos esquadrões da morte. Nós falámos sobre a desactivação desses esquadrões, ao que ele nos respondeu que era muito difícil saber pertence ou não a essas organizações. Sobre os desaparecidos, infor-

82 - terceiro mundo



Mães de desaparecidos presentes ao diálogo Duarte

mou-nos que não tinha conhecimento do e que também desconhecia a existência de clandestinas", relata María Isabel Flores, do Comité de Mães.

Flores declarou que o Comité entregou Prendes uma lista contendo datas e informações sobre os autores das capturas, nos casos em que milhares os haviam reconhecido. O funcionário meteu criar um organismo que investigasse de desaparecimentos e assassinatos. "Mas — nua ela —, até hoje não recebemos mais informação."

"Depois, o presidente Duarte declarou na imprensa que o Comité de Mães é manipulado pelo FMLN e que intercedia por subversivos. Também que os nossos desaparecidos estavam na América, nos Estados Unidos, no México e em outros países, e que, ele próprio, não sabia da existência de nenhum desaparecido", conta Isabel Flores acrescentando que, para o Comité de Mães, foi "uma resposta inqualificável", que parece mais uma desculpa para "nos fazer desaparecer como espartanos, pois acusava-nos de sermos manipulados pelo FMLN".

"O Comité de Mães é um organismo apolítico. Aqui, estão também as mães dos soldados que caíram prisioneiros da FMLN. Aglutinamos as mães, não importa de que lado estejam, para ter uma representante salvadorenha.

Afirmando que a violação dos direitos hu-

El Salvador aumentou muito nos três meses anteriores à posse do novo presidente, María Isabel Flores diz ser preciso manter a pressão sobre o presidente Duarte. Nesse sentido, o Comité tem lizado, desde Dezembro de 1983, de quinze em quinze dias, manifestações não-violentas pela paz, nas escadarias da Catedral de San Salvador. A par de agora, esta forma de protesto e denúncia será lizada frente à Casa Presidencial, porque o Comité quer cobrar do presidente Duarte o cumprimento de uma das suas promessas eleitorais: a de manter os esquadrões da morte. Para isso, as mães salvadorenhas entregarão um documento assinado sobre a participação de membros dos esquadrões de segurança nos esquadrões.

A imprensa salvadorenha dá muito pouca ou nenhuma cobertura às actividades e denúncias do Comité. "O único jornal que fura um pouco o bloqueio é o *El Mundo*, diz Isabel Flores, pois os outros nem sequer aceitam artigos pagos".

Entretanto — realça a representante das mães salvadorenhas — o Comité "já rompeu o bloqueio de terror e do medo", construído pelos governantes. "Muitas mães não vinham denunciar por medo de serem futuras desaparecidas. Mas, o nosso trabalho constante fez com que fossem perdendo esse

medo". Assim, o Comité de Mães converteu-se no porta-voz dos presos políticos e já conseguiu a libertação de alguns deles, como no caso dos sindicalistas recém libertos. "Nós temos sido a voz pública para que as pessoas, noutros países, se preocupem e pressionem, por sua vez, o presidente Duarte."

"Duarte disse que os nossos desaparecidos estão mortos. Se ele sabe que estão mortos, então porque não diz onde estão os cadáveres? Se ele sabe que estão mortos, que assuma então a sua responsabilidade para que possamos exigir o julgamento dos responsáveis, porque a maioria dos desaparecimentos ocorreu quando ele foi presidente no período de 1980-1982", reivindicou María Isabel Flores.

"A dor de uma mãe é muito grande. As mães não pariram filhos para que outros disponham deles. Enquanto Duarte diz que aqui não há guerra e pede ajuda militar e económica a outro país, nós continuaremos a nossa luta. Não importa se formos massacradas na rua. As mães que formam o Comité podem ser mortas, mas o organismo não vai morrer porque atrás de nós há muitas outras mães dispostas a prosseguir a luta", finalizou María Isabel Flores. ●

anos do
terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)
por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe 23 dólares USA.	
Restantes Países	28 dólares USA

Uma bomba-relógio



Um em cada três salvadorenhos vive fora de casa por causa da guerra. É o preço imposto pela repressão indiscriminada do exército

O problema dos *desplazados* (refugiados internos e externos) recebe geralmente pouca importância no panorama político desse país em guerra. Quase todos são camponeses que foram obrigados a fugir dos combates. São mulheres, crianças e velhos, sem organização, sem meios de subsistência, que sobrevivem graças à caridade de entidades religiosas e de grupos humanitários internacionais. Na realidade, fazem parte de um drama humano de enormes proporções.

"Setecentas pessoas, das quais 450 são crianças, vivem no sótão de uma igreja. Por causa da escuridão e do fumo dos fogões a lenha, as crianças estão a perder a visão". É assim que um padre descreve a situação dos milhares de velhos, mulheres e crianças que vivem em refúgios organizados pela igreja. Por razões de segurança, o padre prefere ficar no anonimato.

"Dentro dos campos de refugiados" — continua o sacerdote —, "ninguém pode desenvolver um trabalho lucrativo. Todos têm uma actividade, mas não podem ganhar dinheiro. Não podem deixar o local, nem fazer comércio, porque ou não têm documentos ou estão aterrorizados. Assim, tudo o que produzem é para o seu próprio consumo, o que na maior parte das vezes é insuficiente. Os primeiros chegaram em 1980, antes do início da guerra propriamente dita, antes mesmo da reforma agrária. Na época, a repressão iniciada pelo exército obrigou cerca de mil refugiados dos departamentos de Cabañas e Chalatenango a procurar o arcebispo de San Salvador. Em Março do mesmo ano, quando o exército começou a fazer a reforma agrária pela força, no dia seguinte ao início da acção militar, chegaram mais 80 famílias ao Seminário Diocesano e ali instalaram o primeiro refúgio da igreja". (Uma das primeiras medidas da reforma agrária do exército foi escolher os chefes das cooperativas, os quais, na sua maioria, foram



Os *desplazados* vivem um pesadelo com pouca repercussão política

depois assassinados pelos militares.)

O relato do padre continua: "em Julho já existiam cerca de 16 mil refugiados em 10 municípios de Chalatenango. Em Agosto o número subiu para 30 mil em Morazán, Chalatenango. Nesse mesmo mês, começou o fenómeno: populações inteiras abandonaram apenas as suas casas como também a registaram em direcção à capital em busca de refúgio. A igreja assumiu a protecção de todos, criando campos de refugiados, que logo foram re-



...a apenas quatro. Fora do país, só nos Estados Unidos há cerca de meio milhão de salvadorenhos. Normalmente, o número de refugiados é calculado quase 500 mil, enquanto nos demais países latino-americanos as estatísticas indicam a existência de 350 mil. Se a esse número juntarmos os que estão do outro lado da frente de guerra poderiamos facilmente chegar à conclusão de que entre 30 a 35% da população salvadorenha vive fora dos seus locais de origem. Isto é, um em cada três habitantes.

Carlos Ernesto Aguilar

...sempre os mais pobres”

“A igreja atende entre três a cinco mil pessoas em seus campos, o que constitui uma proporção mínima do total de refugiados. O arcebispo da diocese ainda mais 15 mil *desplazados*, fornecendo apoio que não é regular nem sistemático por causa da absoluta falta de condições materiais. Entre 150 mil e 200 mil refugiados recebem ajuda do governo, mas ela não atinge nem a metade da dieta alimentar mínima fixada pela Organização Mundial de Saúde. Nos campos de refugiados da igreja, em geral, 65% da população é formada por crianças com menos de 12 anos, 30% são mulheres e velhos, enquanto apenas 5% são jovens adolescentes. Quando eles nos procuram em busca de refúgio, na maioria estão em condições sanitárias terríveis, com desnutrição em terceiro grau...”

...são sempre as pessoas mais pobres da população. E, além de serem as mais miseráveis, são também as mais atingidas, as mais perseguidas e as mais aterrorizadas. Eles continuam a chegar à me-



A igreja atende entre três e cinco mil pessoas nos campos de refugiados, uma proporção mínima do total

...dida que o conflito se prolonga. Relatam experiências terríveis, vivem amedrontados, pois enfrentar organismos de segurança é quase um sinônimo de morte. São expulsos pelos bombardeamentos. Chegam quando já não aguentam mais as sucessivas *guindas* (fugas para o mato quando o exército chega a uma aldeia).

Além da total carência de meios de subsistência, os refugiados enfrentam problemas psicológicos



El Salvador



Sulpress



Sulpress

Em Campo Bethania 65% dos refugiados são crianças. A população foge das destruições do exército (acima)

... muito graves, provocados pelo clima de medo e angústia. Os desequilíbrios emocionais são quase omnipresentes e são raras as crianças que não foram traumatizadas pelo ruído dos helicópteros. Também casos relatados aos religiosos de numerosos desaparecimentos de camponeses capturados pelo exército quando saíam de casa para o trabalho ou para ir ao médico. Os espiões militares em toda a parte e, com uma frequência cada vez maior, dedicam-se a actos sádicos para simplesmente atemorizar os camponeses, sejam eles homens, mulheres ou crianças.

A estratégia do exército

Ainda de acordo com o depoimento de um soldado, "actualmente o fluxo de refugiados tem diminuído. Desde a posse de Napoleón Duarte em Junho de 1984, ocorreram pelo menos dois grandes massacres, ambos organizados por soldados da infantaria do Batalhão Atlacatl. Um foi em Chalatenango, na segunda quinzena de Julho, o outro em Cabanñas, houve 68 mortos civis e em Chalatenango o número de baixas foi superior a 50. Depois dos massacres o fluxo de camponeses que buscam refúgios aumentou. Não são os mortos que os camponeses temem, mas sim a completa destruição das suas casas e lavouras.

"A estratégia do exército é destruir tudo que é considerado apoio logístico para a guerrilha. Assim, não houve qualquer escrúpulo em bombardear, matar e aterrorizar a população civil. Mesmo nas zonas controladas pela guerrilha, a população civil é quase sempre nómada, fugindo constantemente das agressões do exército, com as excepções da FMLN. O exército denunciou que a maioria dos medicamentos fornecidos aos refugiados são entregues aos combatentes da FMLN. Isso é absolutamente falso e absurdo. A quantidade que deveria ser passada é mínima. Trata-se de um bombardeio so para tentar desprestigiar o trabalho da ONU. O que tem acontecido com frequência é o envio da ajuda internacional destinada aos refugiados que é levada pelo governo para os quartéis".

"As pessoas no campo estão politizadas. Muitas sofreram os horrores da guerra. Querem a paz, não uma paz qualquer, pois desejam um mínimo de garantias. Quando aqui estive uma missão da AID (da embaixada norte-americana) intentou em levantar as necessidades de ajuda, os moradores do campo disseram-lhes claramente: façam o que quiserem, mas não acabem com a guerra. Os refugiados sabem que o exército os persegue porque encontraram nas organizações político-militares da esquerda um tipo de protecção. A longa convivência durante a guerra fez com que eles se colocassem do lado da FMLN." (M. F.)

Sindicatos voltam a pressionar



Forçados pela crise económica, os trabalhadores salvadorenhos exigem do governo o diálogo com a guerrilha para acabar com a guerra

Desde o início de 1984, o movimento sindical salvadorenho viveu um ressurgimento inesperado. Depois de quatro anos de viraparlalização imposta pelos esquadrões da morte, as organizações operárias voltaram a tomar a iniciativa com acções importantes.

A primeira onda de protestos foi lançada — evitando a conjuntura eleitoral —, entre Fevereiro e Maio, quando o governo foi obrigado a criar uma fachada democrática perante o mundo. Em Março, os funcionários dos bancos nacionalizados do Instituto Salvadorenho da Previdência Social (ISSS), da empresa administrativa de água potável (ANDA), de vários ministérios e outros órgãos públicos, entraram em greve por aumentos salariais, depois de estes terem sido congelados durante três anos por decreto governamental. Os professores, agrupados na Associação Nacional de Educadores Salvadorenhos (ANDES), realizaram também paralisações para exigir aumentos.

Durante essa campanha, que durou até Abril, foram sequestrados vários dirigentes, enquanto os edifícios da ANDA e do ISSS foram ocupados pelos soldados.

Como as os grevistas venceram. A Assembleia Legislativa concedeu-lhes um aumento geral e o presidente Alvaro Magaña prometeu aumentos ainda maiores para certas classes.

Uma segunda onda de movimentos reivindicativos começou a 28 de Maio, três dias antes da posse do governo de José Napoleón Duarte, com a greve dos funcionários dos Correios. Novamente, a reivindicação principal era aumento dos vencimentos. Na sua luta de mês e meio, os carteiros não ficaram sozinhos. A Associação Geral de Empregados Públicos (AGEPYM), a Associação Nacional de Educadores Salvadorenhos (ANDES) e os 22



Os grevistas conseguiram da Assembleia Legislativa um aumento geral

sindicatos reunidos no Movimento Unitário Sindical e Gremial de El Salvador (MUSYGES) promoveram paralisações progressivas de solidariedade.

Em Junho, os trabalhadores do ISSS e do ANDA, que ainda não haviam recebido os aumentos prometidos em Abril, declararam-se também em greve, fazendo suas as reivindicações dos funcionários dos correios. Em seguida, surgiram movimentos reivindicativos no Ministério da Fazenda, no Instituto de Moradia Urbana e no Ministério da Educação.

Simultaneamente, pararam os operários da fábrica de fiação e tecidos *El León*, os professores de 43 escolas do departamento de Usulután, os professores de San Vicente que trabalham para a Comissão Nacional de Restauração de Áreas (CONARA) e os operários da refinaria estatal de açúcar (INAZUCAR).

De novo, os trabalhadores venceram. Diante desta mobilização, o novo governo viu-se obrigado a ceder. E, devido à necessidade de legitimar internacionalmente a sua imagem, recuou sem os sequestros, desaparecimentos e massacres que tradicionalmente caracterizam os desfechos dos conflitos laborais em El Salvador.

A 7 de Novembro, eclodiu uma terceira onda de protestos, quando 22 sindicatos iniciaram greves de solidariedade com os operários do Círculo Desportivo Internacional, que já estavam há três meses parados. À data deste artigo, o conflito continuava sem solução.

O pano de fundo político

O tipo de reivindicação exigida nestas campanhas indica que a grave situação económica da classe trabalhadora salvadorenha é o motivo mais imediato do ressurgimento deste novo movimento. O congelamento salarial, vigente desde 1980, somado à taxa anual de inflação de 15%, teve como consequência uma grande perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Porém, como toda acção pública nesse país mergulhado numa guerra civil, as campanhas de greve tiveram também um pano de fundo político. O carácter não-violento do conflito entre governo/forças armadas e a FMLN-FDR não significa que os sindicatos não tenham simpatias por uma das partes em disputa. E as suas acções não podem, de forma nenhuma, ser dissociadas do contexto de guerra que o país vive. De facto, o movimento está claramente dividido a esse respeito, entre os que apoiam o projecto reformista do Partido Democrata Cristão (PDC) e os que se inclinam para o projecto revolucionário da FMLN-FDR.

A Unidade Popular Democrática

O sector sindical que apoia o governo do PDC está representado pela Unidade Popular Democrática (UPD), fundada em 1980 a pedido da embaixada norte-americana. Reúne três organizações camponesas — UCS, ACOPAI e ANIS, com aproximadamente 300 mil filiados —, e duas federações sindicais (FESINCONSTRANS e CTS). Dos 22 mil filiados da FESINCONSTRANS, 95% são trabalhadores da construção civil; já a CTS reúne basicamente funcionários públicos e desempenhou um papel de protagonista na primeira onda de protestos.

Há outros sindicatos que apoiam o governo e mantêm certos vínculos com o PDC, mas não pertencem à UPD: a FESACORA, com 22 mil camponeses filiados e a CGT, com 1.800 membros.

Este sector tem sido bastante beneficiado pela sua relação com a embaixada norte-ameri-

cana, através do seu organismo sindical, o Instituto Norte-Americano para o Desenvolvimento Sindical (AIFLD) e da AID. A estes Estados Unidos tem-se dirigido no sentido de fortalecer um movimento camponês e operário inspirado no sindicalismo norte-americano, de gerar votos para o PDC e disposto a apoiar os seus filiados na ideologia anticomunista. O objectivo foi criar uma classe privilegiada que receba benefícios concretos do actual sistema, e enfrentar as organizações de base da FMLN. A UCS, por exemplo, foi encarregada de trabalhar em nome da administração da reforma agrária em 1980, de maneira que os seus dirigentes e funcionários para o governo e os seus filiados tornaram-se, gradualmente, os únicos e exclusivos beneficiários da reforma.

Esta estratégia sofreu um duro golpe no período 1982-84, quando a extrema direita conseguiu controlar o governo. Nesse período, tanto os integrantes da UPD foram reprimidos como os esquadrões da morte. O partido de extrema direita, ARENA, apoderou-se das cooperativas em forma agrária e expulsou violentamente a UPD.

Diante do processo eleitoral de 1984, esperava-se que a UPD se mobilizasse para assegurar a vitória do PDC. Em Setembro de 1983, a UPD assinou um "pacto social" com o PDC, segundo o qual a UPD receberia, em troca dos votos, bases, cargos no governo democrata cristão e o congelamento salarial e a aprovação de leis legais permitindo a sindicalização do sector público.

De facto, uma vez chegado à presidência, nomeou Jorge Camacho (da ACOPAI) como ministro da Agricultura e Pecuária, Samuel Nájera (da UCS) para presidente do Instituto de Transformação Agrária (ISTA) e Ramón M. Rodríguez (da UCS) como gerente do Banco de Desenvolvimento Agrícola. Estas nomeações devolveram às organizações camponesas da UPD o controle pleno sobre as cooperativas da reforma agrária, dominavam antes de 1982. Segundo denúncias, a ARENA, a filiação forçada à UCS é agora o impedimento normal nessas cooperativas.

O MUSYGES

O outro grande sector do movimento está representado pelo Movimento Unitário Sindical e Gremial de El Salvador (MUSYGES). As posições são parecidas com as da FMLN-FDR, embora não tenha vínculos oficiais com a frente revolucionária. Surgiu no final de 1982, para os sobreviventes das maiores federações do país que, por pertencerem à FDR e terem participado aos protestos de 1979-80, foram fisicamente destruídos pelos esquadrões da morte e

arança. Compreendem sete federações (FSR, NASTRAS, FUSS, FESTIAVTSCEs, FUSEPM, ES e FESTRAS), que representam 44 mil operários industriais e funcionários públicos, além de os quatro sindicatos independentes, com cinco mil filiados.

Doutros sindicatos importantes que simpatizam com as propostas da FMLN-FDR, mas que não pertencem ao MUSYGES, são a Associação Nacional de Educadores Salvadorenhas (ANDES), com 10 mil filiados e a Associação Geral de Funcionários Públicos e Municipais (AGEPYM), com 12 mil membros.

Os sindicatos de esquerda sofreram a maior repressão urbana durante os últimos quatro anos. A sua actividade ainda está muito limitada e os seus dirigentes são obrigados a viver numa situação de clandestinidade. Ao contrário da UPD, não têm acesso fácil à imprensa e não contam com nenhum apoio oficial.

O MUSYGES tem criticado muito o governo pela ausência de respeito aos direitos humanos e pela dependência em relação aos Estados Unidos, ao mesmo tempo que tem sido coerente com a defesa das reformas agrária e bancária iniciadas pelo governo democrata cristão. O MUSYGES declara-se, em diversas ocasiões, a favor do diálogo em condições prévias como caminho para a solução do conflito armado. Tem lutado pelos direitos sindicais, pela obtenção de melhores salários e pela realização de actividades que abram espaço político para a luta sindical. Tentou também acções conjuntas com a UPD, que até agora se tem recusado a cooperar.

Apesar da recusa da UPD em trabalhar com os sindicatos de esquerda, interesses comuns vão dando impulso na prática a uma maior unidade.

Favor do diálogo

Embora a UPD seja uma organização estritamente vinculada ao Partido Democrata Cristão e influenciada norte-americana, o seu apoio ao PDC é condicionado pelos seus próprios interesses. Ficou evidente no dia 1 de Setembro passado, quando publicou um comunicado onde criticava o governo por imobilismo quanto ao diálogo com a FMLN-FDR, como Duarte havia prometido durante a campanha eleitoral.

O mesmo se poderia dizer quanto à relação entre o MUSYGES e a FMLN-FDR. As posições do grupo sindical sempre foram parecidas às da Frente Revolucionária, mas mostraram uma tendência para estar um passo à frente quanto à evolução do seu programa, particularmente quanto à abertura de diálogo e à absorção de reivindicações dentro do programa de guerra da FMLN-FDR.

Várias razões explicam porque tanto a UPD



O principal argumento de Duarte para reprimir os sindicatos é que eles seriam colaboradores da guerrilha

como o MUSYGES são favoráveis a uma solução negociada. Sendo organizações de massas, refletem, em primeiro lugar, o anseio do povo pela paz. As suas bases exigem delas essa posição. Mas, também, como organizações sindicais, entendem que nem a recuperação económica nem a liberdade sindical serão possíveis enquanto o país estiver em guerra.

No início, a abertura de um espaço político para a luta sindical resultou da necessidade do governo democrata cristão ganhar a simpatia do povo para o projecto reformista idealizado pelos Estados Unidos. Mas esse mesmo espaço foi aproveitado pelos sindicatos, da esquerda e dos reformistas, para estimular o diálogo entre as partes em conflito, enquanto conquistam maior campo de manobra para as suas próprias organizações e lutas.

Apesar disso, ambos os sectores do sindicalismo salvadorenho transformaram-se em porta-vozes do desejo do povo pela paz. Razão porque as suas pressões foram um dos factores que mais pesaram na decisão de Duarte em aceitar a proposta de diálogo que a FMLN-FDR vem fazendo há mais de um ano.

De qualquer modo, o despertar do movimento sindical indica uma nova etapa do processo revolucionário, na qual as massas simpatizantes, mas não beligerantes, têm maiores perspectivas de voltar a desempenhar um papel principal. (M. F.) ●

Acaba de sair

**Guia do
terceiro
mundo**
1984-85

Economia
História
Geografia
Política

Mapas
Fotografias
Dados Estatísticos
de Todos os Países
do Mundo

Esc. 580\$00

Desconto especial
de 20% para
assinantes de CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

**A mais completa obra
em português
sobre o Terceiro Mundo**

Uma Edição da
TRICONTINENTAL EDIT

Calçada do Combro, 10-1.º
Telef. 320650/320751
1200 Lisboa

Distribuição
CDL

A estratégia insurreccional



*Em três anos, a guerrilha salvadorenha passou da fase de auto-defesa para a da ampliação diversificada de frentes de combate, usando quase todos os tipos de táctica militar**

A guerra em El Salvador é provocada pela impossibilidade de conciliar dois projectos antagónicos de poder que polarizam as forças sociais e políticas do país de forma cada vez mais aguda, principalmente desde 1980.

O período 1979-80 é fundamental para se compreender como se desencadeou essa guerra. Já na altura havia uma ligação entre as lutas reivindicativas populares e as formas combativas de resistência ao regime, com um crescente desenvolvimento da consciência de classe e da luta armada. O golpe de 15 de Outubro procurou travar o aparecimento de uma situação revolucionária, mas fracassou devido ao grau de radicalização do processo. Só a falta de unidade do movimento revolucionário deu ao regime, o alento necessário para reagrupar em torno da junta militar. A partir daí generalizou-se a repressão indiscriminada.

No final de 1980, o clima de violência política funcionava como presságio da guerra civil, mas a unidade orgânica da FMLN — ainda em processo de organização — impediu o desenvolvimento de uma insurreição. Em contrapartida, a FMLN lançou em 10 de Janeiro de 1981, uma ofensiva generalizada, em cujo plano a insurreição constituía um elemento estratégico.

Essa primeira ofensiva não alcançou os seus objetivos e os resultados foram significativos: ocorreram um refluxo do movimento de massas devido a atingir um ponto crítico da situação revolucionária no primeiro semestre do ano anterior, necessariamente uma reavaliação da concepção insurreccional, até então (e ainda mais tarde) influenciada pelo êxito alcançado na Nicarágua. É óbvio, porém, que se esgotou a expectativa de uma revolução de jovens oficiais, já que foram poucos os que passaram, naquele momento, para as fileiras da FMLN. Mas, sobretudo, foi inevitável adoptar uma estratégia política de acumulação de forças e consoli-



No final de 1980, a violência política era um presságio da guerra civil

ção de uma retaguarda, para tornar a resistência efectiva.

O estabelecimento e defesa das bases de apoio, foi o primeiro passo na construção de uma retaguarda. É uma etapa que a FMLN definiu como de "desenvolvimento" e na qual aplicou uma táctica de defesa escalonada de posições, o que lhe permitiu enfraquecer um exército empenhado em desgastantes operações de limpeza.

"Nas frentes" — declara uma testemunha —, "o

* Este trabalho faz parte do livro *La batalla de El Salvador*, publicado em 1984 pela Editorial Legasa, de Buenos Aires.

nosso domínio do terreno reduzia-se a pequenos espaços dispersos, nos quais podíamos preparar os combatentes e sobreviver a partir da organização das massas camponesas em cada zona. Dentro das próprias áreas de retaguarda, começaram a apare-



MILICA HERRICK Teherã

A maioria dos activistas foram empurrados para a guerrilha



Cleveland/Siga

Helicóptero UH-1H enviado pelos EUA

cer as primeiras manifestações de poder popular através da produção, alfabetização, saúde, etc.”

Construir a retaguarda

Os principais combates durante os primeiros meses de 1981 ocorreram no departamento de San Miguel (ocupação do município de Nuevo Edén de San Juan) e na ocupação da localidade de Villa El Rosario, em Morazán, que permaneceu 18 dias em poder dos rebeldes. As forças insurreccionais, rechaçaram também uma ofensiva do exército na colina Guazapa (próxima de San Salvador) que durou 44 dias consecutivos. O mesmo ocorreu nas montanhas de San Vicente e Chalatenango.

O regime salvadorenho, que já em 1979 anunciou uma infinidade de vezes o exército das forças revolucionárias, reconheceu, em 1981, desse ano — depois da ocupação da cidade de San Quín e da captura dos primeiros prisioneiros do exército —, que “os terroristas conseguiram agrupar-se nalguns pontos isolados”.

Assim, o primeiro ano de guerra mostrou vantagem inicial do exército, permanecendo o FMLN nas montanhas dedicando-se a cuidar da sua retaguarda. Contudo, quando o regime realizou eleições legislativas, em Março de 1982, o FMLN lançou uma nova acção de carácter insurreccional, promovendo uma segunda “ofensiva geral”. Acção que, como no caso anterior, conseguiu os seus objectivos sem que isso implicasse tudo uma derrota dos rebeldes.

Naquele momento, não faltaram observadores capazes de afirmar — partindo de uma comparação com a insurreição nicaraguense — que o regime havia perdido o apoio popular. O presidente Leonardo Duarte, o seu ministro da Defesa, general Guillermo García e outros oficiais, assumiram a posição que “a recusa das massas à convocação insurreccional, era o toque de finados da FMLN”. E foi o silêncio surdo: a FMLN equivocou-se ao achar que poderia reverter a desmobilização imposta pelo exército; mas enganaram-se muito mais ao perceberem que a FMLN só podia resistir nas suas bases rurais, graças ao apoio popular.

É preciso ter em conta que o grosso da população, de sindical, militância estudantil, os agricultores, bairros e fábricas, os intelectuais e profissionais, politicamente mais comprometidos e, inclusive, padres acusados de subversivos, foram empurrados para a retaguarda guerrilheira quando desistiu todo e qualquer espaço legal nos centros urbanos. E se converteram em vítimas na lista de desaparecidos, devido à infinidade de factores que actuavam contra a clandestinidade.

O suposto fracasso ou retrocesso das primeiras acções rebeldes foi desmentido com a acelerada ofensiva militar dos Estados Unidos no conflito salvadorenho aumentou o número de assessores americanos e se iniciou o treino de 1.500 oficiais salvadorenhos em Fort Bragg, (EUA).

A campanha “Comandante Gonzalo”

O curso da guerra mudou definitivamente com a campanha guerrilheira “Comandante Gonzalo” em Junho de 1982, na qual a FMLN conseguiu uma vitória contundente em Moscarrón, departamento de Morazán, com o aniquilamento de duas companhias do exército, a captura de numerosos militares (inclusive o vice-ministro da Defesa).



"Farabundo (Martí) e Sandino: o mesmo sangue, o mesmo destino", diz o cartaz (acima), enquanto o jovem pinta a frase: "O teu voto não conta"



região de Guazapa (baluarte guerrilheiro do departamento de Cuscatlán), outro em Chiniquila (zona de belos vulcões repleta de bases do departamento de San Vicente) e o terceiro em Cacahuatique (departamento de Morazan), principal de uma das mais antigas brigadas do FMLN, a unidade "Rafael Arce Zablala". Além disso, assessores norte-americanos instalaram duas bases de treino em San Vicente e San Salvador.

Esta manobra supunha a utilização de unidades de forças especiais "Ramón Bellosos" — treinados nos Estados Unidos — recrutadas pelas unidades de elite "Pipil" e "Jaguar" recrutadas nas Honduras — para estabelecer bases para a FMLN e desgastá-la enquanto eram treinados por dois batalhões de "caçadores".

Isso obrigou a FMLN a readequar a sua estratégia, estender o teatro de operações e abrir novos frentes de luta. E, necessariamente, o esboço de um trabalho político que garantiria um maior apoio popular, visando engrossar as fileiras revolucionárias. Desta forma — indirectamente —, os especialistas norte-americanos promoveram a melhoria qualitativa da FMLN no plano militar.

Para o exército, os resultados desta nova estratégia foram desastrosos. A 4 de Setembro de 1980, o ataque da FMLN à 3ª Brigada de Infantaria (que virtualmente ocupava a cidade de San Miguel, a maior cidade do país), começou uma grande ofensiva que em poucas semanas ultrapassou todos os limites das visões militares.

Um balanço da guerra ao longo de 1980 mostrou não só a amplitude e intensidade da ofensiva, mas também como a FMLN cresceu enormemente.

o exército perdia terreno. Um relatório do ministro da Defesa, general Eduardo Vides Casanova, reconheceu que o exército sofreu quase sete mil baixas em apenas um ano, mais de 3.200 mortos (quase metade) 40 são oficiais e 20 cadetes; entre os 4.200 feridos, contam-se 110 oficiais e 40 cadetes; mais de 300 militares estão desaparecidos, incluindo seis oficiais e 20 cadetes. A estes números somam-se 1.200 soldados, incluindo dezenas de oficiais, feitos prisioneiros.

É interessante notar que 3.200 baixas efectivas (para referir somente estas) equivalem a 20% da força activa mais bem treinada do exército salvadoreño. Mas se for levado em conta o número de soldados incapacitados de regressar à luta, resulta que um terço do exército foi posto fora de combate apenas um ano. Mais, avaliando o total de baixas desde o início da guerra (Janeiro de 1981), até Janeiro de 1984 (três anos), calcula-se que o exército tenha perdido 14.500 homens, entre mortos e feridos, mais 2.065 prisioneiros, o que perfaz um total de 16.565, mais de metade das tropas com que conta o regime de San Salvador.

Estes dados falam, por si só, do grau de desenvolvimento que alcançou a guerra em El Salvador. Como é lógico, colocam uma questão tão simples quanto: quem, senão grande parte do povo, tem lutado contra o regime opressor?

De torna-se importante considerar que o carácter popular da guerra travada pela FMLN lhe proporciona vantagem na capacidade táctico-estratégica e no número de reservas humanas, superando assim as grandes desvantagens materiais e logísticas (problemas do abastecimento ilimitado que os Estados Unidos realizam). O elemento material é, para a FMLN, um factor mais ou menos relativo: cada arma, cada arma nas mãos dos rebeldes, tem valor superior relativamente ao armamento de que o exército dispõe.

O crescimento da FMLN — explica um dos dirigentes — baseia-se na constante participação das massas através de um processo de insurreicamponesa quase permanente.”

Assim que, ao longo de duros combates durante dois anos (1982-83), a FMLN assegurou o controlo na cordilheira norte do país e, a partir daí pôde expandir-se para largas zonas de Morazán e Chalatenango. O mesmo ocorreu na cordilheira de la Chapinameca, região chave para consolidar o controlo da parte leste de El Salvador. Por sua vez, a assistência heróica dos rebeldes em Guazapa desdobrou-se por essa colina ser um terreno dominante em relação à capital e ponto de partida da acção e as defesas periféricas de San Salvador.

Produto dessa acumulação de forças no plano militar, a acção armada passou a sintetizar a luta das massas e a coordenação política (elemento pre-

dominante em 1980), com a luta militar (factor determinante há quatro anos).

Estes elementos permitem assinalar que no terreno militar o crescimento, desenvolvimento e estabilidade das forças da FMLN compreendem um rico processo de acumulação de experiências. O exército revolucionário aprendeu a fazer a guerra em quase todas as suas acepções: guerra de posições (em defesa das suas bases e retaguarda estratégica), guerra de movimentos, de guerrilhas e de



Duarte e o general Vides Casanova no momento em que chegavam à cidade de La Palma, para o diálogo

formações maiores; assim como acções tão sofisticadas como a ocupação de grandes bases fortificadas e até mesmo o uso de armas complementares (artilharia, sapadores, etc.)

Menção especial requer a actividade de guerra psicológica, baseada fundamentalmente na operação de emissoras como a *Radio Liberación*, a *Radio Venceremos* e a *Radio Farabundo Martí*; o trabalho de propaganda e publicação de inúmeros jornais, além da difusão cultural de unidades especiais.

Isso explica porque, na opinião da FMLN, “nem a revolução cubana e nicaraguense chegaram a exigir um esforço de acumulação militar e política com as dimensões do processo salvadoreño. A revolução salvadoreña talvez possa ser comparada, com o devido cuidado para não esquematizar, ao processo vietnamita”. Daí, a consideração de que, no seu desenvolvimento, “a revolução salvadoreña adquire cada vez mais as características de uma guerra de libertação nacional”. O que a intervenção norte-americana parece confirmar. (I. G. J.)

Humor

SE AS NAÇÕES POBRES
QUISEREM NOVOS EMPRÉSTIMOS,
EIS AS CONDIÇÕES:



MAIOR EQUILÍBRIO NA BALANÇO
COMERCIAL, REAJUSTES
CAMBIAIS...



E A SUSPENSÃO
DOS SUBSÍDIOS
PARA ALIMENTOS

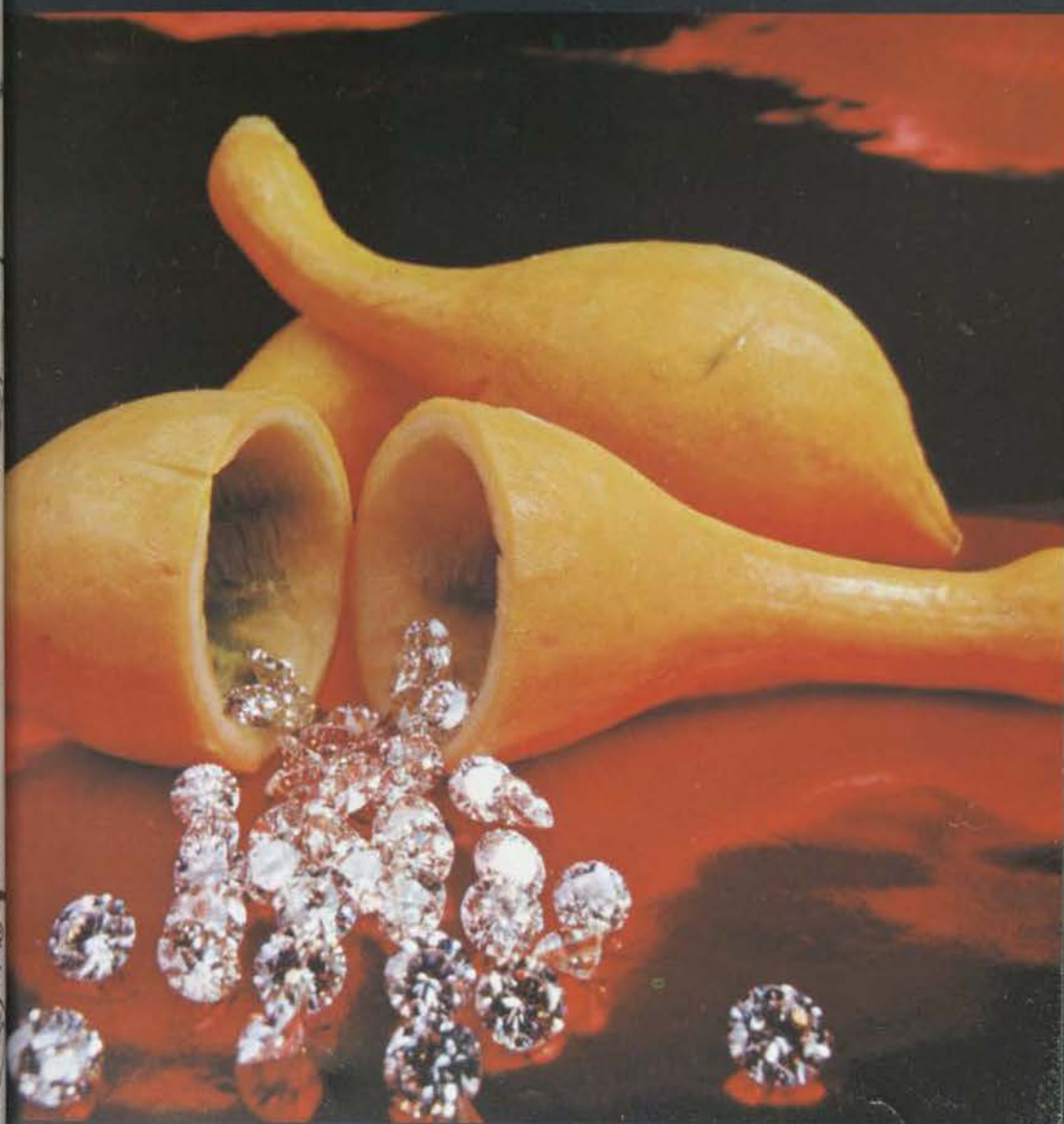
O QUE
SIGNIFICA
TUDO ISSO?

COMER MENOS



WASSE

ão existe nada mais precioso para um
ovo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Angola, terra da liberdade.



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional